

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

**A ocorrência de Policentralidade em Teresina - PI: a
formação de um subcentro na região Sudeste**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas, do Campus Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obter o título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Rio Claro – SP

2011

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

**A ocorrência de Policentralidade em Teresina – PI: a
formação de um subcentro urbano na região Sudeste**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Doutor em Geografia.

Comissão Examinadora.

Prof^a. Dr^a. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza (Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Braga

Prof^a. Dr^a. Geisa Daise Gumiero Cleps

Prof. Dr. Paulo Borges da Cunha

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria de Campos Leite

Rio Claro, SP ____ de _____ de 2011.

DEDICATÓRIA

A

CLÉA, GABRIEL e JUNINHO, com muito amor,
Pela compreensão das ausências.

A

Meus pais, HENRIQUE e ISABEL,
Pelo exemplo de vida que representam.

A

Meus irmãos, RAIMUNDO, SOCORRO, CLÁUDIO, JORGE,
REGINALDO, REGINALVA, MARCOS, MAURO e
NYKAELLE.
Pelo exemplo que se tornaram.

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente e, acima de tudo, a Deus, que pela busca constante da ciência em provar que Ele não existe, reforça o meu sentimento de que Ele existe em mim.
- A meus Pais, que sabem dar exemplo de dignidade.
- A minha esposa Cléa e a meus filhos Gabriel e Juninho, que entendiam o meu stress ao final do dia.
- A prof^a. Dr^a Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, minha orientadora, pelas vezes que me colocou “colete salva vidas” nos momentos de “afogamentos”.
- A prof^a Dr^a Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, como Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela coragem de abraçar o convênio com o CEFET do Piauí.
- Aos professores Auro, Paulo Godoy, Rolando, Pião, Sérgio dos Anjos, Ana Tereza, Fadel, Darlene, Sandra Piton, Silvia, Isabel por nos “abrirem uma janela”, possibilitando apreciação da bela paisagem geográfica.
- Aos colegas de curso, todos, pela partilha das angústias; pela alegria das conquistas e pela vitória dos esforços.
- Ao professor Santana, pela capacidade de enxergar “além dos muros”.

RESUMO

As cidades apresentam um nível de organização interna, cada vez mais complexo, caracterizado pela composição e diversificação de usos do solo urbano ao atingirem uma determinada forma urbana, em geral, média ou grande (metrópole). Esta complexidade é a expressão, de certa forma, da maneira dispersa com que o espaço urbano se configura. Por este padrão de formação da cidade, novos elementos espaciais com funções e abrangências diversas incorporam-se e redefinem a estrutura urbana, caracterizando determinadas áreas, conferindo-lhes uma diferenciação. Assim, nos estudos da organização espacial das cidades merecem destaque: o centro, por significar o ponto de onde essas se expandem e por ser a maior referência, em termos históricos, simbólicos e funcionais no conjunto dos elementos espaciais; e as novas centralidades ou subcentros, que se formam associados a um processo de crescimento urbano, representando uma descentralização/centralização territorial, significando que a cidade rompeu com seu modelo monocêntrico no início do processo, do ponto de vista da estrutura urbana, e, ao centralizar-se com estas novas áreas, reestrutura-se, indicando a ocorrência de policentralidade. Assim, este trabalho se propõe a analisar a formação de uma centralidade ou subcentro urbano, na região Sudeste de Teresina-PI, representado pelo bairro Itararé (área eu possui marcas mais visíveis deste processo), como novo elemento espacial da estrutura urbana capaz de significar o começo da ocorrência de policentralidade. As observações deste estudo estão relacionadas ao crescimento de Teresina a as mudanças na distribuição espacial das atividades do setor terciário, fato que denota a existência de uma descentralização, que por conseqüência gera uma centralização.

Palavras-chave: Espaço urbano. Estrutura urbana. Policentralidade. Teresina-PI.

Abstract

Cities present a level of internal organization very complex, characterized by the composition and diversification of the urban areas use, when they achieve a determined urban form, in general, medium or large (metropolitan). This complexity is, somehow, the expression of the dispersed way of the urban space formation. Because of this model of cities formation, new spatial elements with new functions and ranges are incorporated and redefine the urban structure, characterizing certain areas, making them different. In the studies of spatial organizational of the cities must be highlighted: the center, which is the point where the city starts and increases, being an important reference in historical, symbolical and functional terms at the set of spatial elements; and the new center or subcenters, that are formed associated with an urban increase process, representing a territorial decentralization/centralization, meaning, from a urban structure point of view, that the city brooked with its monocentric model in the beginning of the process, and, when the city centralize itself with new areas a restructure of the city happens, indicating the policentralization occurrence. Thus, this study has the objective to analyze the formation of a centrality or urban subcenter, at the Southeast region of Teresina-PI, where is located a district named Itararé (area that has more visible marcs of this process), as a new spatial element of urban structure, that should mean the beginning of the policentralization occurrence. This study brings some observations about the increase of Teresina that are related to the changes in the spatial distribution of tertiary activities, a fact which indicates a decentralization and, therefore, centralization.

Key-words: Urban space. Urban structure. Policentralization. Teresina-PI.

Resumen

Las ciudades presentan un nivel de organización interna, cada vez más complejo, caracterizado por la composición y diversificación de los usos del suelo urbano, cuando alcanzan una determinada forma urbana, en general, media o grande (metrópoli). De cierto modo, esta complejidad es la expresión de la manera dispersa de como el espacio urbano se ha configurado. Por este estándar de formación de la ciudad, nuevos elementos espaciales con funciones y alcances distintos se incorporan y redefinen la estructura urbana, caracterizando determinadas áreas, dándoles una distinción. Así, en los estudios de la organización espacial de las ciudades se destacan: el centro, pues este es el punto de dónde las ciudades se expanden y es una referencia importante en términos históricos, simbólicos y funcionales en el conjunto de los elementos espaciales; y las nuevas centralidades o subcentros que se forman asociados a un proceso de crecimiento urbano, que representan una descentralización/centralización territorial, lo que significa, del punto de vista de la estructura urbana, que la ciudad rompió su modelo monocéntrico en el inicio del proceso, y al crear centros en estas nuevas áreas, se reestructura, indicando la ocurrencia de la policentralidad. De esta manera, este estudio tiene por objetivo analizar la formación de una centralidad o subcentro urbano, en la región Sudeste de Teresina-PI, dónde se localiza el barrio Itararé (área que posee marcas más visibles de este proceso), como nuevo elemento espacial de la estructura urbana capaz de significar el inicio de la ocurrencia de policentralidad. Las observaciones de este estudio están relacionadas al crecimiento de Teresina y a los cambios en la distribución espacial de las actividades del sector terciario, hecho que denota la existencia de una descentralización, que por consecuencia genera una centralización.

Palabras-clave: Espacio urbano. Estructura urbana. Policentralidad. Teresina-PI

LISTA DE MAPAS

MAPA 01

Elementos espaciais do começo da ocorrência de policentralidade em Teresina-PI, 2010..... 23

MAPA 02

Teresina na Rede de Cidades Brasileira, 2007..... 64

MAPA 03

Região de Influência de Fortaleza na Rede de Cidades Brasileiras, 2007..... 65

MAPA 04

Região de Influência de Teresina na Rede de Cidades Brasileiras, 2007..... 66

MAPA 05

Localização geográfica de Teresina, 2010..... 67

MAPA 06

Indicação da localização da Vila do Poti e Teresina, 1852..... 71

MAPA 07

Mancha urbana de Teresina-PI, em 1950..... 76

MAPA 08

Divisão em Bairros de Teresina, 2006..... 79

MAPA 09

Bairros da Zona Leste de Teresina, 2010..... 81

MAPA 10

Regiões Administrativas de Teresina, 2006..... 83

MAPA 11

Distribuição espacial das vilas e favelas em Teresina, 1996..... 98

MAPA 12

Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas Residenciais, 2006..... 104

MAPA 13

Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas Comerciais, 2006..... 106

MAPA 14

Organização do espaço urbano de Teresina em Zonas de Serviços, 2006.....108

MAPA 15

Organização do espaço urbano de Teresina em Zonas Industriais, 2006..... 110

MAPA 16

Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas Especiais, 2006..... 112

MAPA 17

Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas de Preservação Ambiental, 2006..... 114

MAPA 18

Distribuição Socioespacial em Teresina, 2000..... 122

MAPA 19

Composição Espacial da Região Sudeste de Teresina, 2006..... 124

MAPA 20

Localização do bairro Itararé, zona Sudeste de Teresina, 2010..... 144

MAPA 21

Espacialização das Atividades Terciárias no bairro Itararé, Teresina, 2009..... 159

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01

Modelos de estruturas urbanas, 2010..... 49

FIGURA 02

Modelo proposto de organização espacial, 1930..... 61

FIGURA 03

Localização das cidades de Oeiras/PI, Caxias/MA, Parnaíba/PI e Teresina/PI, 2011..... 70

FIGURA 04

Primeiro Traçado Urbano de Teresina, 1852..... 72

FIGURA 05

Vista parcial do bairro Frei Serafim, expressando a ação dos promotores imobiliários em Teresina, 2010..... 88

FIGURA 06

Vista da Construção do Conjunto Habitacional Parque Piauí, Zona Sul, Teresina-PI, 1968..... 90

FIGURA 07

Local do Início da Ocupação da Região Sudeste de Teresina-PI, 1975..... 127

FIGURA 08

Indicação do Início da Ocupação da Região Sudeste de Teresina-PI, 1981..... 128

FIGURA 09

Igreja de São Francisco de Assis, Referências dos primeiros momentos do conjunto habitacional Itararé I, Teresina-PI, 2010..... 132

FIGURA 10

Campus da Universidade Estadual do Piauí, localizado no bairro Itararé, Teresina, 2010..... 147

FIGURA 11

Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, bairro Itararé, 2010..... 148

FIGURA 12

Clinica particular, bairro Itararé, 2010..... 148

FIGURA 13

Sistema viário de ligação da Região Sudeste com o resto da cidade de Teresina, 2010..... 149

FIGURA 14	
Percurso do Metrô de Superfície em Teresina, 2010.....	150
FIGURA 15	
Mercado público do Dirceu I, 2010.....	152
FIGURA 16	
Supermercado localizado no bairro Itararé, 2010.....	152
FIGURA 17	
Teatro Municipal João Paulo II, localizado no bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	153
FIGURA 18	
Agência da Caixa Econômica Federal, bairro Itararé, 2010.....	154
FIGURA 19	
Agência do Banco do Brasil, bairro Itararé, 2010.....	154
FIGURA 20	
Exemplo de estabelecimento de atividades local encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	164
FIGURA 21	
Exemplo de estabelecimento de atividades subcentral encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	165
FIGURA 22	
Exemplo de estabelecimento de atividades subregional encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	166
FIGURA 23	
Exemplo de fracionamentos dos imóveis pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	170
FIGURA 24	
Presença de grande estabelecimento comercial na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	171
FIGURA 25	
Exemplo de um estabelecimento comercial de grande porte na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	172
FIGURA 26	
Vista parcial da Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	174

FIGURA 27

Indicação da localização de um Empreendimento Imobiliário no bairro Itararé,
2010..... 176

LISTA DE TABELAS

TABELA 01

Evolução Populacional de Teresina 1872 a 2010..... 74

TABELA 02

Produção de habitações em Teresina pelo Estado, no período de 1966 a 1990.... 92

TABELA 03

Produção de habitações em Teresina pelo Estado, no período de 1995 a 1998..... 93

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01

Produção Formal de Loteamentos Urbanos em Teresina, no período de 1977 a 2000..... 85

GRÁFICO 02

Distribuição da produção de conjuntos habitacionais por zonas de Teresina, 1966 a 1998..... 94

GRÁFICO 03

Evolução dos setores de atividades de Teresina – 2004 a 2008..... 117

GRÁFICO 04

Classes de rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio, em salários mínimos, no ano de 2000..... 120

GRÁFICO 05

Distribuição, por regiões de Teresina, de domicílios permanentes, 2000..... 134

GRÁFICO 06

Rendimento médio do responsável pelo domicílio em Teresina, no ano de 2000.. 135

GRÁFICO 07

Distribuição, por bairros, da População da Região Sudeste de Teresina, em 2000136

GRÁFICO 08

Chefes de domicílio, por bairro, da Região Sudeste de Teresina, em 2000..... 137

GRÁFICO 09

Classes de rendimento dos responsáveis pelos domicílios da Região Sudeste de Teresina, 2000..... 137

GRÁFICO 10

Renda média dos responsáveis pelos domicílios, por bairro da região Sudeste, 2000..... 138

GRÁFICO 11

Escolarização dos responsáveis pelos domicílios da região Sudeste, em anos de estudo, 2000..... 139

GRÁFICO 12

Forma de abastecimento d'água na região Sudeste de Teresina-PI, em 2000..... 141

GRÁFICO 13

Tipos de egostamento sanitário da região Sudeste de Teresina, em 2000..... 142

GRÁFICO 14	
Destino do lixo produzido na região Sudeste de Teresina, em 2000.....	143
GRÁFICO 15	
Comportamento demográfico do bairro Itararé nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2007.....	146
GRÁFICO 16	
Tipos de estabelecimentos pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	162
GRÁFICO 17	
Categorias dos estabelecimentos identificados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	163
GRÁFICO 18	
Número de empregados por estabelecimento pesquisado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	167
GRÁFICO 19	
Origem dos empregados dos estabelecimentos pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.....	168
GRÁFICO 20	
Situação do imóvel quanto a condição do ocupante, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	169
GRÁFICO 21	
Percentual dos entrevistados sobre a percepção da centralidade na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.....	173
GRÁFICO 22	
Implicações apontadas em decorrência da formação da centralidade na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, 2010.....	175

LISTA DE SIGLAS

a.C – antes de Cristo.

AGESPISA – Companhia de Água e Esgoto do Piauí S/A

BNH – Banco Nacional de Habitação

BR – 343 Rodovia com Jurisdição Federal

CBD - *Central Business District*

CEF – Caixa Econômica Federal

COHAB – Companhia de Habitação

DSG – Diretoria de Serviços Geográficos.

FAMCC – Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários

FAMEPI – Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FICAM – Programa de Financiamento da Construção, Conclusão, Ampliação ou Melhoria da Habitação de Interesse Social.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IAPEP – Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDLI – Plano Diretor Local Integrado

PET – Plano Estrutural de Teresina

PI – 113 Rodovia com Jurisdição do Estado do Piauí

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

PROFILURB – Programa de Lotes Urbanizados

PROMORAR – Programa de Erradicação de Subhabitação

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SCU – Centro Social urbano

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFPI – Universidade Federal do Piauí

ZC – Zona Comercial

ZE – Zona Especial

ZI – Zona Industrial

ZP – Zona de Preservação

ZR – Zona Residencial

ZS – Zona de Serviços

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	
O CRESCIMENTO DAS CIDADES E AS NOVAS ÁREAS DE CENTRALIDADES.	
1.1. Aspectos históricos sobre a origem e formação das cidades.....	33
1.2. Cenários da urbanização brasileira	38
1.3. Do espaço urbano ao espaço metropolizado	43
1.4. Modelos de estruturas urbanas	47
1.5. Espaço intraurbano da metrópole brasileira	50
1.6. Centro e centralidade intraurbana	53
1.7. Policentralidade	60
CAPÍTULO II	
ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA	63
2.1. Teresina no contexto da rede urbana brasileira	63
2.2. Aspectos históricos da formação de Teresina	68
2.3. Evolução populacional de Teresina: 1872 a 2010	73
2.4. Produção do espaço urbano de Teresina	78
2.4.1. Os Industriais	84
2.4.2. Os proprietários fundiários	84
2.4.3. Os promotores imobiliários	86
2.4.4. O Estado	89
2.4.5 Os Agentes sociais excluídos	97
2.5. Controle e disciplina do espaço urbano	100
2.6. Organização do espaço urbano em Teresina	101
2.6.1. Zonas Residenciais	102
2.6.2. Zonas Comerciais	105
2.6.3. Zonas de Serviços	107
2.6.4. Zonas Industriais	109
2.6.5. Zonas Especiais	111
2.4.6. Zonas de Preservação Ambiental de Teresina	113

CAPITULO III

FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA REGIÃO SUDESTE DE TERESINA	116
3.1. Setores de atividades produtivas de Teresina	116
3.2. Estrutura socioespacial de Teresina	121
3.3. Região Sudeste de Teresina: composição espacial	123
3.4. Início da ocupação da região Sudeste de Teresina	126
3.5. Itararé: sinônimo de preconceito	129
3.6. Consolidação da Região Sudeste de Teresina	133
3.7. Distribuição populacional da região Sudeste de Teresina	135
3.8. Infraestrutura básica da região Sudeste de Teresina	140
3.9. O bairro Itararé se destaca na região Sudeste	143

CAPÍTULO IV

ITARARÉ: EXPRESSÃO DA NOVA CENTRALIDADE EM TERESINA – PI	156
4.1. O “Grande Dirceu”	157
4.2. Procedimentos técnicos da Pesquisa Direta	160
4.3. Resultados obtidos	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS	186
ANEXO	194
ANEXO A – Formulário de coleta de dados.....	195
ANEXO B – Estabelecimentos caracterizados na pesquisa.....	201
ANEXO C – Amostra de estabelecimentos descentralizados	204

INTRODUÇÃO

Observa-se que as cidades, em geral, ao atingirem uma determinada dimensão de crescimento, do ponto de vista do seu espaço e de sua população, configurando-se, neste aspecto, como média e grande, passam a apresentar um nível de organização espacial cada vez mais complexo. Esta complexidade, por seu lado, pode ser percebida, entre outros fatores, pela variação e distribuição dos diversos usos e ocupações do solo urbano que, dessa forma, vão definir os elementos espaciais que, com efeito, estabelecem relações entre si, formando um conjunto dinâmico caracterizando a estrutura urbana.

Nestas condições Teresina, capital do Estado do Piauí, é uma cidade que foi fundada, oficialmente, em 16 de agosto de 1852 e que, ao longo desse período, vem crescendo e diversificando sua organização espacial. A dimensão populacional, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), aponta para a existência de uma população correspondente a 814.230 habitantes sendo que, deste total, 767.557 são residentes na zona urbana, equivalente de 94,26% do universo populacional. Esse contingente populacional encontra-se distribuído e organizado sobre um determinado espaço urbano, expressando os diversos processos sociais e configurando a organização espacial desta cidade.

Neste aspecto, Lipietz (1994, p.10) considera que:

Todos os processos sociais, todas as práticas sociais são processos materiais. Reproduzir-se trabalhar, comer, distrair-se, instruir-se, aperfeiçoar-se, brincar, criar, debater, ensinar, escutar, fazer amor e fazer a guerra são processos materiais e, por esse motivo tem uma dimensão espacial. Não se inscrevem no 'espaço': são o espaço, tecem o espaço, pelo menos o espaço humano, aquele da geografia humana e o espaço urbano.

Portanto, a materialidade dos processos e das práticas sociais revela o espaço. A dimensão deste espaço, por outro lado, vai apontar para um nível de complexidade da organização espacial. Dessa maneira, a dimensão socioespacial da cidade de Teresina enquadra-se, de acordo com definição do IBGE (2007), - "Regiões de Influências das Cidades"-, na categoria de Capital Regional A, isto é, corresponde ao nível em que estas cidades, como as metrópoles, estabelecem um relacionamento com o estrato superior da rede urbana. Porém, estas cidades possuem capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles,

por possuir uma área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

Neste aspecto, por ser a capital do Estado do Piauí, concentra a maioria das atividades de comércio, serviços, lazer, saúde, educação, administração, etc., atraindo um grande fluxo de pessoas, mercadorias, informações e, com isso, exercendo influência sobre todo o Estado do Piauí e certas áreas de outros estados, principalmente Maranhão e Ceará, que estão localizadas nas suas proximidades. Desse modo, o espaço urbano de Teresina representa a complexidade das relações sociais que se estabelecem no seu interior, revelando a sua organização espacial através de uma estrutura urbana.

Por conseguinte, entende-se a estrutura urbana das cidades com base na definição de Villaça (2001, p.12) que, ao estudar o espaço intraurbano no Brasil, a partir da análise de algumas metrópoles brasileiras, portanto, na forma urbana diferente daquela que caracteriza a cidade de Teresina-PI, este autor considerou esta estrutura como sendo “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”.

Ainda assim, considera-se que os elementos da estrutura urbana não mudam na sua composição, independente da forma que assume a cidade. O que pode acontecer é a cidade, pela categoria que assume, não dispor de todos os elementos constantes nas metrópoles. Este fato, portanto, vai apontar para o nível de complexidade que caracteriza a dimensão da cidade.

Desse modo, como forma para compreender esse nível de organização do espaço urbano de Teresina, objeto de estudo deste trabalho, considera-se que é preciso conhecer os seus elementos espaciais, assim como analisar as alterações que ocorrem nestes, revelando a dinâmica que caracteriza a organização interna desta cidade, de modo que se possa identificar se alterações que se processam no seu interior são significativas a ponto de caracterizar uma reestrutura urbana.

Para tanto, de acordo com Villaça (2001, p.12), os elementos espaciais, identificados por ele nos estudos sobre as metrópoles brasileiras, são:

[...] o centro principal da metrópole (a maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços), os subcentros de comércio e serviços (aglomeração diversificada de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal), os bairros residenciais, ou melhor, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais e as áreas industriais.

Portanto, para a identificação dos elementos espaciais de Teresina levou-se em consideração a Lei Complementar Municipal nº 3.560, de 20 de outubro de 2006, que versa sobre a organização espacial de Teresina. Por esse instrumento legal, o uso do solo urbano de Teresina está dividido em “zonas residenciais, comerciais, de serviços, industriais, especiais, preservação ambiental e de interesse social” (Art.4º). Nesta perspectiva, a citada Lei objetiva, entre outros aspectos, uma “orientação da utilização do solo quanto ao uso, quanto à distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas”, assim como “promover uma estruturação urbana, visando melhorar a distribuição e a articulação dos pólos de dinamização”.

Neste particular, nosso interesse sobre a organização do espaço urbano de Teresina resulta da constatação de que:

O crescimento da cidade (...), tem provocado mudanças na ocupação espacial do comércio varejista e de empresas prestadoras de serviços. Assim observa-se: (...) o surgimento de pólos de comércios e serviços nos grandes bairros, como Itararé, Parque Piauí e São Cristóvão; (...) Assim sendo, **começa a ocorrer uma poli-nucleação na cidade, com o surgimento de novos centros**, o que é um aspecto positivo, pois evita longos deslocamentos da população e economia de transportes (TERESINA - AGENDA 2015, 2002, p.21. Grifo nosso).

O que a Prefeitura Municipal de Teresina assume como sendo uma mudança na ocupação espacial do comércio varejista e de empresas prestadoras de serviços, atingindo os bairros Itararé, Parque Piauí e São Cristóvão, implicando na ocorrência de uma “poli-nucleação”, é a evidência que a ocupação, nestas áreas, sofreu alterações, já que se trata de uso originariamente residencial. No entanto, há de se buscar conhecer se as alterações processadas são significativas a ponto de definir uma reestruturação urbana.

Antes, porém, considerou-se relevante analisar alguns pontos mencionados sobre as mudanças espaciais verificadas em Teresina, nos seus aspectos conceituais. Trata-se de “incertezas conceituais”. Deseja-se dizer com isso, que quando se aponta para a existência de “pólos” de comércios e serviços e, com isso, o surgimento de “novos centros”, indicando o começo da ocorrência de uma “poli-nucleação”, estes conceitos espaciais já se encontram sem uso na literatura geográfica atual. De acordo com Tourinho (2004, p.13), esta imprecisão conceitual:

É o resultado da acumulação acrítica de um legado terminológico proveniente das variadas disciplinas que se debruçaram sobre esta temática do central, e que nos deixaram, além de idéias de significativa permanência, esquecimentos conceituais também significativos. Definitivamente, uma herança de emaranhadas noções que, embora ligadas a particulares momentos da história urbana e social, continuam sendo hoje os elementos conceituais, conscientes ou inconscientes, que encontramos na base de grande parte dos trabalhos acadêmicos, institucionais ou, ainda, nas idéias divulgadas nos veículos formadores da opinião pública, cujo tema versa sobre o centro ou a centralidade urbana.

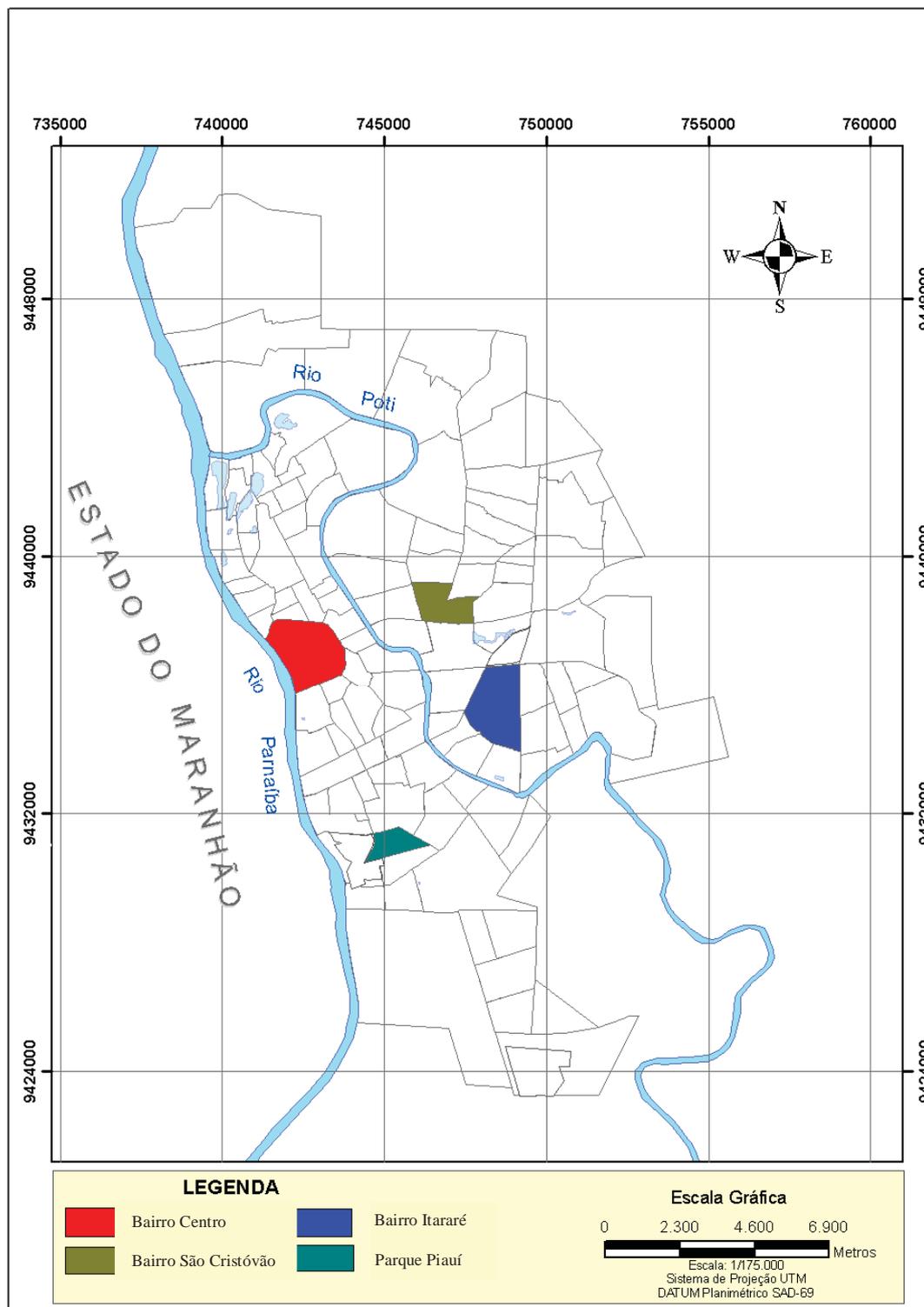
É necessário este esclarecimento porque designar-se-á neste trabalho, a partir de agora, que os “novos centros”, representados pelos os elementos espaciais – os bairros Itararé, Parque Piauí e São Cristóvão (Mapa 01) -, serão tratados como “novas áreas de centralidades ou subcentros” e que, portanto, o que começa ocorrer em Teresina, com relação a sua organização espacial, é uma “policentralidade”, em atendimento aos conceitos vigentes sobre a estrutura urbana, em substituição à terminologia de “poli-nucleação”.

Dessa maneira, a pergunta que se buscou responder foi: algum dos elementos urbanos que representam uma mudança na ocupação espacial do comércio varejista e das empresas prestadores de serviços em Teresina-PI possui as características urbanas que indicam o começo da ocorrência de uma policentralidade?

A hipótese para esta questão é a de que o bairro Itararé possui as características de um subcentro urbano de comércio e serviços, representando uma nova área de centralidade, indicando, com isso, o começo da ocorrência de policentralidade em Teresina-PI.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a formação de um subcentro urbano na Região Sudeste de Teresina-PI, representado pelo bairro Itararé, como novo elemento espacial da estrutura urbana, capaz de significar o começo da ocorrência de policentralidade. De forma específica, buscou-se compreender a origem e a formação do espaço urbano de Teresina, assim como conhecer as características socioespaciais deste subcentro, caracterizar a funcionalidade do bairro Itararé e definir o começo da ocorrência de policentralidade em Teresina.

Mapa 01. Elementos espaciais do começo da ocorrência de policentralidade em Teresina-PI, 2010.



Fonte: TERESINA. Prefeitura Municipal: Plano de Desenvolvimento Sustentável: Teresina – Agenda 2015, 2002.

Elaborado: Lima, P.H.G, 2010.

A escolha deste bairro considera, entre outros aspectos, o fato do mesmo ter sido o precursor da formação da Região Sudeste de Teresina além de apresentar, atualmente, uma paisagem que apresenta as melhores características do elemento espacial subcentro. De fato, a ocupação da Região Sudeste de Teresina começa com a construção, em 1977 do Conjunto Habitacional Itararé I, com 3040 unidades habitacionais, durante o governo Dirceu Mendes Arcoverde. Posteriormente, em 1980 foi construído o Conjunto Habitacional Itararé II, com 4254 unidades habitacionais. Após a morte do ex-governador Dirceu Arcoverde, em sua homenagem, estes dois conjuntos foram designados, respectivamente de Dirceu Arcoverde I e II.

Cabe destacar que, originariamente, esses dois conjuntos habitacionais tiveram como propósito abrigar funcionários públicos de baixa renda, moradores de áreas de riscos e de debaixo das pontes. Percebe-se, com isso, que o conteúdo social desta área, naquela época, caracterizava-se por estratos sociais de baixo poder econômico. Além disso, representava, também, um lugar distante do resto do tecido urbano, configurando uma dispersão urbana. Dessa maneira, estas características sociais refletem sobre a espacial, na forma de uma área desprovida de total infraestrutura naquela época.

No entanto, esses dois conjuntos habitacionais induziram a formação da Região Sudeste de Teresina que, atualmente, dispõe de vinte bairros, Vilas, Parques, Residenciais e Favelas contendo cerca de 140 mil habitantes. Portanto, neste processo de formação de um subcentro no bairro Itararé, uma das características importantes que vai definir esta condição é o seu grande contingente populacional, haja vista que a região predomina, ainda, a baixa renda.

A condição urbana do bairro Itararé, no tocante a sua centralidade, expressa uma reestruturação urbana de Teresina-PI que, até então, predominava uma única área central. Porém, nesta cidade começa a apresentar uma tendência, quanto a sua organização espacial, que já se verifica em outras cidades do mesmo porte ou maiores. Esta tendência, de acordo com Sposito (2001, p.238) é a de que:

[...] as áreas centrais estão multiplicando-se e a observação dessa tendência pode ser reconhecida como resultado de uma lógica que passou a orientar a constante dinâmica de reestruturação das cidades brasileiras. A multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais de serviços revela-se através da nova espacialização urbana. (...) Em outras palavras, o reconhecimento da multiplicação de áreas centrais de diferentes importâncias e papéis funcionais pode se dar **através da observação da localização das atividades comerciais e de serviços** (grifo nosso).

Conforme pode-se deduzir desta tendência que acontece nas grandes cidades e também nas cidades chamadas de médias¹, além do elemento centro principal, tem surgido com certa frequência o elemento subcentro, implicando numa (re)estruturação da cidade. Portanto, isto obedece a uma certa lógica de organização das cidades atuais, em que os subcentros assumem papel importante como elementos de uma estrutura urbana.

Pretende-se dizer com isso, que uma estrutura composta de apenas uma área de centralidade, geralmente o centro principal, com o crescimento urbano, pode ser reestruturada tornando-se policêntrica como resultado de um processo de fragmentação urbana. Ainda assim, o elemento centro principal continua sendo um elo das relações urbanas, contribuindo para a complexidade da organização espacial.

Dessa forma, considera-se que uma cidade, na sua origem, possui uma configuração espacial simples, caracterizada por uma única área de referência das atividades de comércio, serviços, consumo, administração, etc. Esta área caracteriza-se como um centro funcional que, muitas vezes, pode representar o centro histórico. Dessa maneira, esta estrutura conforma a organização espacial, definindo-a como monocêntrica.

Por conseguinte, com o crescimento urbano horizontal refletindo a dinâmica das cidades, algumas atividades, com maior frequência as terciárias, deslocam-se no espaço urbano ao longo do tempo, fazendo com que certas áreas adquiram características especiais de atração para a reprodução do capital, ou seja, a expansão urbana faz com que haja um distanciamento cada vez maior do centro principal e, com isso, cria-se a necessidade de outras áreas de comércio e serviços para atender à população que passa a habitá-las.

Nesse sentido, a formação de novas áreas de centralidades ou subcentros passa a ser uma necessidade urbana, do ponto de vista de um planejamento que vise à otimização do espaço, tendo em vista que com a condição de monocentralidade, concentrando as atividades apenas em uma determinada área da cidade, o centro principal tende a ficar sobrecarregado, com algumas implicações como: congestionamento, elevação do preço dos imóveis, etc.

¹ Adotamos o conceito de cidade média baseado no seu papel funcional (SPOSITO, 2007).

Neste processo, a existência de novas áreas centrais passou a ser uma das características da organização espacial de Teresina. Esta condição indica para a ocorrência de uma policentralidade que, de acordo com Kneib (2008, p.23), pode ser entendida como uma estrutura urbana formada por áreas com “múltiplos subcentros”. Ainda que seja tendência, a multiplicação de áreas centrais em cidades brasileiras, no caso da cidade de Teresina-PI, a formação destas novas áreas revela-se apenas no começo.

Ainda assim, há que se buscar critérios para definir a centralidade de uma área. Nesse aspecto, Kneib (2008, p.3), desenvolvendo uma metodologia para definir subcentro, para efeito de planejamento de transporte, usou a variável “geração de viagens” para identificar e definir subcentro, a partir do argumento de que certas áreas possuem características que produzem ou atraem deslocamentos. Entretanto, não ficou claro se essas viagens geradas/atraídas estavam associadas às atividades terciárias e, sim, indicativas de potencial para a formação de subcentros, com base na acessibilidade.

Villaça (2001, p. 141), por seu lado, entende que para a ocorrência da centralidade, é necessário a existência de alguns fatores. Assim, a condição da centralidade não acontece *a priori*, pelo contrário. Em sua opinião, o que faz uma área ser ou deixar de ser central, relaciona-se com a “presença de fixos que viabilizem a aglomeração e da possibilidade da sociedade arcar com os custos da aglomeração”.

Entretanto, a formação/permanência da centralidade de certas áreas urbanas, é uma condição espacial que determinados grupos sociais assumem, tendo em vista que isso implica “numa articulação diferenciada nos usos do solo, alterando a forma urbana e tornando-a segmentada tanto de natureza social e econômica quanto espacialmente” (SILVA, 2001, p. 108).

A segmentação urbana realiza-se, porém, como resposta a um modelo de estrutura monocêntrica, em que as atividades concentram-se em uma área específica e que já não responde, de maneira eficiente, pela funcionalidade urbana. Levando-se em conta esse raciocínio, com a formação de novas centralidades, a estrutura urbana passa a ser, do ponto de vista da funcionalidade, uma condição favorável, no que diz respeito à otimização do uso e da ocupação do espaço urbano.

Mendes e Grzegorzcyk (2003, p.90) consideram que a formação de novas áreas de centralidade ou subcentros é uma característica que diz respeito, tanto às

grandes cidades, quanto àquelas de porte médio, e que esta formação: “[...] podem originar-se dentro das cidades, como resposta à expansão territorial e ao adensamento populacional em determinadas áreas. Esse tipo de subcentro surge tanto nas cidades grandes como nas de médio porte”.

Portanto, o critério para definição da existência de um subcentro urbano de comércio e serviços baseou-se na observação das características funcionais da área. Para tanto, buscou-se identificar elementos fixos que pudessem caracterizar a “independência” funcional desta área em relação aos demais elementos espaciais, bem como serem capazes de atrair fluxos, seja de pessoas, veículos, mercadorias, informações, etc. Por seu lado, Castells (2006, p.230) considera que o centro perde o seu papel propriamente comercial em virtude “da expansão urbana, da mobilidade dos cidadãos e de outras formas de compra, que não a direta”.

Isso quer dizer, pelo entendimento do citado autor, que quando o espaço se estende, entre outros fatores, favorece a formação de novas áreas comerciais e, desse modo, impacta a área do centro, que deixa de ser a única referência da cidade, com essa função. Além do mais, novas formas de comércio, que necessariamente não precise da presença física, ou seja, não exigem deslocamento, também contribuem para a perda do papel do centro, na organização das cidades, criando condições para a formação de novas áreas com essas características, no interior da cidade.

Da mesma forma, Sposito (1991, p. 120) considera que as novas áreas de centralidade são capazes de “gerar e manter um determinado padrão de consumo”. Esta característica define uma funcionalidade e acessibilidade para estas áreas, não só para determinados grupos e camadas sociais de elevado poder aquisitivo, como sugere a autora, mas, em alguns casos, formam-se em regiões da cidade caracterizada por baixa renda, desde que dotadas de certos atrativos.

Por seu lado, Corrêa (1999, p. 7) entende que áreas de centralidades se formam quando há ou são criados fatores de atrações nestes locais. Sendo assim, ocorre o que ele chama de “descentralização” e esta está associada ao crescimento da cidade, tanto em termos populacional quanto espacial.

Segundo o que aponta Kneib (2008, p.29), o Ministério das Cidades, com relação às novas áreas de centralidade, ou subcentros, inseridos nos Planos Diretores, considera a formação e também consolidação dessas áreas, como uma “estrutura eficiente na organização das cidades, uma vez que essas localidades são

capazes de proporcionar aos seus habitantes, acesso aos serviços essenciais". Com isso, evita-se um grande fluxo de deslocamentos para outras localizações.

Contudo, é interessante considerar que para compreender as estruturas internas das cidades atuais, é necessário retornar às suas origens, tendo em vista que as cidades nem sempre tiveram a importância e o tamanho que têm hoje. Para fundamentar essa ideia, cite-se:

Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória (SPOSITO, 2000, p. 11).

Embora se reconheça a importância de um resgate histórico sobre a evolução das cidades, na perspectiva de se entender a complexidade das mesmas na atualidade, alguns períodos dessa trajetória são mais determinantes neste entendimento. Assim, de acordo com Castells (2006, p.45):

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia.

Porém, como modo de produção, o capitalismo proporcionou um crescimento acelerado da urbanização, tendo a cidade como espaço adequado de produção e consumo de capitais, com a industrialização sendo a expressão concreta desse modo, nos últimos tempos. Neste caso, as cidades tornaram-se a base territorial do processo de industrialização, além de concentrar o capital e a força de trabalho. Assim:

As grandes vagas de industrialização dos dois últimos séculos provocaram a formação de imensas aglomerações, porque as atividades novas exigiam a reunião de trabalhadores às centenas de milhares. Estes surtos brutais assumiram a forma de arrabaldes pouco planejados em torno das grandes cidades e a de conurbações ainda menos estruturadas (LACAZE, 1995, p.19).

Este cenário aponta para a relação direta da industrialização com a urbanização mundial. Embora em períodos distintos, os países subdesenvolvidos também experimentam esta situação. Na esteira desse processo, no Brasil, de forma particular, no início do século XX até os anos de 1930, aproximadamente 60% da

produção industrial brasileira concentrava-se na Região Sudeste, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em detrimento de outras regiões que apresentavam certa retração de atividades econômicas. Como consequência dessa situação, esta região tornou-se um pólo de atração demográfica.

No período pós 1950, o processo de urbanização brasileira acentuou-se, quando as bases de desenvolvimento do país se assentaram na industrialização, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. A partir desse marco, o país aprofundou o seu processo de modernização. As grandes cidades eram o meio técnico apto a receber inovações tecnológicas e ramos produtivos mais avançados. Dessa forma, a intensa urbanização ocorrida no Brasil, a partir deste momento, esteve diretamente relacionada à intensificação da modernização econômica do país.

No entanto, o processo de industrialização brasileiro não aconteceu em todas as regiões. Pelo contrário, ele se tornou concentrador e esse fato se refletiu na taxa de urbanização das regiões do Brasil.

A complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a Região Sudeste a mais urbanizada, com índice de 82,79%. A menos urbanizada é a Região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57% (SANTOS, 2008a, p. 63).

Com efeito, a realidade apontada há trinta anos ainda se mantém. De acordo com o IBGE (2010), a taxa de urbanização do Brasil, em 2010, foi de 84,35%. Neste cenário, a Região Nordeste apresentou uma taxa de urbanização de 73,13%; a Região Norte 73,51%; a Região Sul 84,93%; a Região Centro Oeste 88,82%; e a Região Sudeste com taxa de urbanização de 92,92%. Constatou-se, pois, que a Região Nordeste ainda aparece como a menos urbanizada do Brasil.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Síntese de Indicadores Sociais - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010, o estado do Piauí tem a menor proporção de pessoas residentes em áreas urbanas do Brasil, com uma taxa de urbanização de 61,9%.

É nesse contexto, portanto, que se insere a cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, como objeto de estudo da Geografia Urbana, no tocante a sua organização espacial, uma vez que:

Registra-se, particularmente, o pouco interesse, no Brasil, quanto aos estudos espaciais de nossas metrópoles e, quando são realizados, têm-se limitado, em geral, às cidades (municípios) centrais das áreas metropolitanas. Além disso, cabe destacar a inexistência de estudos sobre os aspectos comuns aos espaços urbanos das diversas metrópoles. Afinal, se todas vêm sendo produzidas num mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico – os últimos 150 anos -, sob o mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver muito em comum entre seus espaços (VILLAÇA, 2001, p.11).

Fica evidente, conforme apontado acima, que existe uma necessidade de se ampliarem os estudos sobre a organização interna das cidades, posto que, os existentes, além de serem poucos no Brasil, ainda estão muito concentrados nos municípios centrais das áreas metropolitanas. Dessa forma, além de ampliar os estudos sobre a organização espacial das metrópoles, faz-se necessário, também, estudar outras áreas que não a metropolitana.

Cabe destacar alguns estudos nas chamadas cidades médias. Podemos citar como exemplo, os trabalhos de Lima (2001 - Teresina), Santos (2002 – João Pessoa/PB), Ruiz (2004 – Presidente Prudente), Silveira (2004 – João Pessoa/PB), Cardoso (2006 - Teresina), Montessoro (2006 - Anápolis), Silva (2006 – Londrina e Mattingá/PR), Nardoque (2007- Jales/SP), Pereira (2008 – Campina Grande/PB), Garcez (2009 – São Luiz), Souza (2009 - Uberlândia) entre outros.

Portanto, para atingir aos propósitos aqui estabelecidos, que consistem em identificar e analisar as características definidoras da noção de centralidade, contidas na área em estudo, do ponto de vista de sua funcionalidade, de tal forma que se possa definir a condição desse elemento na estrutura urbana de Teresina, segue-se o método de trabalho e os seus respectivos procedimentos adotados na pesquisa realizada.

I – uma ampla pesquisa qualitativa com levantamentos bibliográficos que trata das cidades, sua origem, formação, organização espacial, os elementos urbano centro e as novas áreas de centralidades. Inicialmente, procurou-se situar a cidade de Teresina no contexto da rede urbana brasileira. Posteriormente, buscou-se percorrer um caminho que levasse a compreender melhor a formação do espaço urbano de Teresina. Nesta etapa, considerou-se os dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Prefeitura Municipal de Teresina - PMT, Companhia de Habitação do Piauí – COHAB-PI, entre outros. Coube destacar o papel dos agentes sociais produtores e consumidores do espaço urbano, e o

desenvolvimento de uma análise sobre a estrutura produtiva de Teresina, como forma de compreender a realidade social e como essa se expressa no espaço urbano da cidade.

II – outro importante procedimento foi definir quais as variáveis relacionadas às características definidoras da noção de centralidade. Para tanto, utilizou-se como referência a espacialização dos lotes comerciais do bairro Itararé, a partir do “Cadastro de Consumidores da Agespisa – Companhia de Água e Esgoto do Piauí”, de 2009. Por esse cadastro, o bairro Itararé possui 1952 lotes comerciais.

III – os instrumentais de coleta de dados consistiram em um trabalho de campo, além de observações e registro fotográfico, da aplicação de questionário com questões abertas e fechadas, junto aos estabelecimentos que formam o eixo comercial na Avenida José Francisco de Almeida Neto ou, como é mais conhecida, “Avenida principal do Dirceu”, em um total de 167 questionários. As informações obtidas possibilitaram definir a composição das atividades de comércio e serviços nesse eixo comercial.

IV – a partir das informações obtidas passou-se à análise desses dados, como elementos capazes de definir a condição de funcionalidade da área. Com isso, formou-se o juízo sobre a existência ou não de um subcentro e se essa condição era percebida pelos entrevistados. Os resultados dos questionários foram expressos em gráficos. Quando necessário, ilustrou-se exemplos com figuras. Com isso, considerou-se ter elementos necessários para caracterizar a área de estudo e definir sua condição na estrutura urbana de Teresina.

Como síntese dessas metodologias aplicadas à investigação, o desenvolvimento do texto foi agrupado em quatro capítulos, conforme apresenta-se a seguir:

CAPÍTULO I – O CRESCIMENTO DAS CIDADES E AS NOVAS ÁREAS DE CENTRALIDADES: Consiste na fundamentação teórica. Neste capítulo são apontadas as principais referências bibliográficas consultadas neste trabalho, em um esforço de construir um diálogo com os autores, para poder compreender as principais questões que dizem respeito aos elementos espaciais, as estruturas e a reestruturação urbana.

CAPÍTULO II – ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA-PI: Neste capítulo procurou-se compreender a lógica da formação do espaço urbano de Teresina, a partir de uma revisitação histórica sobre a origem e a formação da

cidade, identificando e analisando o papel dos principais agentes sociais produtores e consumidores desse espaço, como acontece a evolução populacional e como é composta a base produtiva desta cidade.

CAPITULO III – FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA REGIÃO SUDESTE DE TERESINA-PI: Neste capítulo, buscou-se conhecer os aspectos que deram origem à formação da Região Sudeste de Teresina, tendo em vista que é, nesta área, que evidencia a ocorrência de uma nova área de centralidade, procurando entender, com isso, como se forma este novo elemento espacial.

CAPITULO IV – O “GRANDE DIRCEU”: EXPRESSÃO DA NOVA CENTRALIDADE EM TERESINA-PI

Neste capítulo fez-se uma caracterização do objeto empírico, e, a partir dos dados coletados nos questionários, assim como das observações e registros fotográficos, que se buscou responder à questão central desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos dados obtidos e na literatura específica sobre o tema desenvolvido teceu-se as considerações finais sobre o que foi proposto neste trabalho, de forma que se aponte para resultados alcançados. Dessa forma, valida-se ou não a hipótese levantada.

CAPÍTULO I

O CRESCIMENTO DAS CIDADES E AS NOVAS ÁREAS DE CENTRALIDADES

Este capítulo busca na literatura específica subsídios que permitam estabelecer uma compreensão sobre a formação de novas áreas de centralidade, ou subcentros, como elemento espacial componente da estrutura urbana da cidade de Teresina-PI, capaz de significar uma reestruturação. Entende-se, ainda, que para esta compreensão, deve-se iniciar conhecendo a lógica que rege a formação das cidades, ao longo de sua existência.

Assim, buscou-se identificar os primeiros traços que caracterizaram a formação das cidades para, com isso, estabelecer um percurso histórico em que se apontam alguns momentos que são considerados significantes para a compreensão. Dessa forma, os diferentes momentos abordados sobre a evolução da formação das cidades, ajudaram a compreender que “toda forma de matéria possui uma história ou, melhor ainda ela é sua própria história” (CASTELLS, 2006, p.35).

Da mesma forma, entende Santos (2008c, p.96), que:

Todo e qualquer período histórico se afirma com um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas (...) Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função.

Assim, nos tópicos a seguir buscou-se subsídios que ajudaram a conhecer como se formam e se organizam internamente as cidades atuais, ou seja, a sua dinâmica para se compreender este fato em Teresina-PI.

1.1. Aspectos históricos sobre a origem e formação das cidades.

Muitos pesquisadores e de diferentes áreas encontram nas cidades elementos de interesses para suas investigações. Não só porque esta se apresenta como suporte da informação, mas, e principalmente, porque há um emaranhado de possibilidades de análises que acontecem neste espaço. A geografia, de modo particular, busca na cidade compreender, por exemplo, a organização espacial

expressando a estrutura urbana. Assim, de acordo com Rodrigues (1998, p.51) ao fazer uma análise do Espaço na Geografia considera que:

De modo geral, poderíamos dizer que há análises que buscam compreender a realidade concreta, sem, contudo sistematizar as questões epistemológicas e há outras que analisam a epistemologia, sem preocupar-se com a realidade concreta e outras, ainda, que analisam a realidade com pesquisas empíricas e que buscam compreender a epistemologia. De algum modo a necessária e complexa imbricação entre teoria e pesquisa tem sido realizada no âmbito acadêmico. Contudo, ela não tem se difundido para a maioria dos geógrafos que atuam no ensino de primeiro e segundo graus, mesmo porque não se tem, também, difundido no próprio ensino nas universidades que formam os professores de primeiro e segundo graus.

Constata-se, portanto, que há uma produção acadêmica no campo da geografia o que falta, no entanto, é uma maior difusão deste conhecimento. Particularmente, quando se trata de estudos sobre a organização espacial, Villaça (2001, p.11) já alerta para o fato de que há pouco interesse, no Brasil, para este objeto de investigação. No entanto, segundo este autor, quando são realizados estes estudos “tem-se limitado, em geral às cidades (municípios) centrais das áreas metropolitanas”. Portanto, o campo de investigação sobre a organização espacial é vasto e merece ser estudado e difundido.

Colaborando, também, com este pensamento, Soares (1994, p.145) entende que:

Os estudos de geografia urbana, tendo em vista a complexidade das cidades, especialmente das grandes metrópoles, tornam-se cada vez mais necessários, sobretudo aqueles que indiquem caminhos e busquem alternativas para os processos de transformações que estão em curso na sociedade contemporânea. Numerosos são os trabalhos realizados no Brasil para compreender a citada temática, no que diz respeito ao processo de urbanização-industrialização, (...) ao crescimento urbano e à metropolização.

Desse modo, entende-se que para compreender a organização espacial e analisar as alterações que se processam no seu interior, demonstrando toda uma dinâmica capaz de uma reestruturação urbana, é necessário retornar à origem da formação das cidades. Para tanto, concorda-se com Sposito (2000, p.11) quando esta considera que:

Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória.

Portanto, o retorno ao passado, numa trajetória histórica sobre a origem e formação das cidades, é compreensível quando se sabe que as cidades nem

sempre tiveram a forma e a importância que tem hoje. Logo, o seu estudo passa pela compreensão de cada momento histórico, uma vez que este momento é dotado de componentes culturais, ideológicos e expressa um modelo produtivo fincado em um domínio político. De fato, Castells (2006, p. 35-36) entende que:

[...] o processo de formação das cidades está na base das redes urbanas e condiciona a organização social do espaço, frequentemente nos deparamos com uma apresentação global e sem especificações de uma taxa de crescimento demográfico, ligando num mesmo discurso ideológico a evolução das formas espaciais de uma sociedade e a difusão de um modelo cultural à base de um domínio político.

Pode-se estabelecer como marco histórico para compreensão da formação das cidades, neste trabalho, o momento em que o homem passou a se fixar em determinado lugar e a domesticar animais. Estas características apresentam-se como condições “embrionárias” para o surgimento das cidades, uma vez que, segundo Lacaze (1995, p. 14):

A passagem à agricultura implicava o armazenamento dos alimentos e das sementes durante o inverno, e por conseqüência a construção de granjas e de silos, e também produção de utensílios. As comunidades que abandonaram a vida nômade para praticarem a agricultura têm, pois que se organizar bem como proteger-se das rapinadas tribos predadoras.

O modo de produção que se praticava naquele período, tendo a agricultura como atividade principal, criou uma organização social que se configurava como aldeia, expressando uma aglomeração e que esta denotava a existência de um território, por conseguinte, uma condição básica para o surgimento da cidade. Porém, a simplicidade das relações sociais e de trabalho existentes naquelas comunidades não a configuravam, ainda, como cidade. Dessa forma, Sjoberg (1972, p. 38) define cidade como sendo “[...] uma comunidade de dimensões e densidade populacional consideráveis, abrangendo uma variedade de especialistas não agrícolas, nela incluída a elite culta”.

Ao considerar uma variedade de especialistas não agrícolas como sendo uma das características para definir-se uma cidade, concorda-se, com isso, que nesta comunidade deverá existir uma complexa divisão social do trabalho e, por conseguinte, a formação de uma sociedade de classes, assim como de instituições sociais (SINGER, 1998).

A partir desse entendimento, conhecer-se-á quais são as condições iniciais para o surgimento das cidades. No entanto, há dificuldades de se precisar,

historicamente, o momento do surgimento dessas cidades. Neste sentido, de acordo com Carlos (2007, p.57):

Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim, isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência.

Porém, há entendimento entre autores dessa temática em apontar que terá sido provavelmente perto de 3500 a.C, seu aparecimento na Mesopotâmia (área compreendida pelos rios Tigre e Eufrates), tendo surgido posteriormente no vale do rio Nilo (3100 a.C), no vale do rio Indo (2500 a.C.) e no rio Amarelo (1550 a.C).

Colaborando com este pensamento, Lacaze (1995, p.16) aponta:

A cidade é em primeiro lugar um sítio natural no espaço geográfico. Duas lógicas principais explicam a seleção deste sítio. A mais característica diz respeito à economia dos transportes e remete, pois, para o papel comercial das cidades (...) a outra lógica resulta da complementaridade entre as cidades e os seus territórios agrícolas.

Com isso, pode-se entender, por exemplo, a formação de um grande número de cidades da antiguidade, de função basicamente comercial, situadas ao longo de rios. Naquele período, merece destaque a formação dos Impérios, especificamente o Romano, por conta de sua política expansionista. Com isso, as cidades desse império passaram a ser a expressão concreta da legitimação do poder de Roma sobre determinada área, formando, desse modo, uma rede de cidades.

O império romano talvez tenha sido a mais ampla economia urbana pré-industrial que já existiu, entendendo-se por economia urbana uma organização da produção que se baseia na divisão do trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades (SINGER, 1998, p.17).

Uma crise político-econômica no Império Romano, no entanto, provocou a sua queda, e o efeito mais evidente foi a ruína das cidades e a dispersão dos habitantes pelos campos, formando o que se conhece como feudalismo, cuja estrutura social se baseia no poder de quem detém a terra. Naquele período, as cidades perderam importância. Carlos (2007, p.63) entende que:

Enquanto que na Antiguidade o comércio impulsionava o crescimento das cidades e produzia um determinado espaço, no feudalismo, dentro do feudo produziam-se e consumiam-se os próprios produtos, numa economia auto-suficiente, sem mercados externos e sem ligações.

Neste percurso histórico sobre as cidades, considerou-se o Século X como sendo aquele que irá definir o começo de um renascimento econômico da Europa, impactando diretamente sobre as cidades. Este período marca o início do fim do

feudalismo, tendo em vista o surgimento de inovações técnicas na agricultura. Este fato vai resultar na fuga de trabalhadores que não acham mais trabalho no campo. Este movimento assentou-se na formação e crescimento do capital comercial e na existência de mercados consumidores. Assim, no entender de Sposito (2000, p.31):

Este processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio, enquanto atividade econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal (o latifúndio com sua economia "fechada" e a servidão) (grifo do autor).

Com o modo de produção assentado em outras bases, ou seja, mudança do feudalismo para o capitalismo, as cidades se multiplicaram e passaram a ser o local da produção e reprodução deste sistema, onde a riqueza se acumula, a vida emana e partem as inovações, representando o *lócus* de reprodução da sociedade. Por seu lado, Castells (2006, p. 45) chama atenção para o fato de que:

O desenvolvimento do capitalismo industrial, ao contrário de uma visão ingênua muito difundida, não provocou o reforço da cidade e sim seu quase desaparecimento enquanto sistema institucional e social relativamente autônomo, organizado em torno de objetivos específicos. Com efeito, a constituição da mercadoria enquanto engrenagem de base do sistema econômico, a divisão técnica e social do trabalho, a diversificação dos interesses econômicos e sociais sobre um espaço mais vasto, a homogeneização do sistema institucional, ocasionam a irrupção da conjunção de uma forma espacial, a cidade, e da esfera de domínio social de uma classe específica, a burguesia.

Nessa trajetória histórica sobre a origem e formação das cidades, um fato marcante mudou novamente o curso dos acontecimentos e promoveu o crescimento acelerado da população urbana. Este fato, que aconteceu depois da metade do século XVIII, foi a Revolução Industrial. Desse modo:

O início da industrialização, entendida aqui como traço da sociedade contemporânea, como principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropriava da natureza e a transformava, marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização (SPOSITO, 2000, p. 48).

Dessa forma, o modo de produção capitalista, que sucede o feudal, impulsiona a formação e consolidação das cidades, como forma espacial que vai propiciar o surgimento do processo de industrialização. Por seu lado, Lefebvre (1991, p.9) considera que:

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois 'aspectos' deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se releva cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos.

Portanto, a complexidade desses aspectos que formam a dialética do processo da industrialização e da urbanização, resulta, também, numa complexidade urbana, uma vez que o espaço urbano tende a responder pelos diversos usos, implicando numa concentração da população e, desse modo, revelando uma série de problemas, notadamente de ordem socioeconômica.

De certa forma, segundo Clark (1991, p. 62), a urbanização é um processo social e não espacial. Isso leva a entender que essa condição, ou seja, que o fato de pessoas estarem morando em cidades, resulta de mudanças nas relações comportamentais e sociais. De acordo com este autor:

[...] um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidade. Essencialmente isso refere-se às mudanças complexas no estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

Essas novas formas de comportamentos e de relações, na sociedade, aparecem como mudanças no estilo de vida, que caracterizam a cidade. Por conseguinte, este estilo de vida implica em mudança no espaço. Assim, a urbanização vai expressar essas relações que, embora apareçam conflitantes, também são complementares.

Com isso, esta revisitação histórica sobre a origem e formação das cidades mostra que as formas de atividade econômica, a organização social e a organização das cidades não pararam de se modificar, paralelamente, sob a influência das invenções técnicas e da evolução das ideias sociais, culturais e políticas.

1.2. Cenários da urbanização brasileira

Considerando o que foi discorrido no item anterior sobre a evolução da formação das cidades, principalmente após o início do processo de industrialização, que ainda hoje é influência para a organização da cidade atual, deve-se fazer um

esforço teórico para compreender como esse processo influencia a urbanização brasileira.

O processo de urbanização brasileira acentuou-se, consideravelmente, no decorrer do século XX, trouxe consigo algumas implicações que representaram rupturas e permanências que incidiram nos processos de produção e estruturação do espaço urbano. A percepção dessas rupturas revela-se quando se considera tanto a escala intraurbana quanto a escala interurbana.

Com efeito, no Brasil, a partir da década de 1930, inicia-se um novo ciclo da economia. Agora, sob o comando do capital industrial, representando um novo padrão de acumulação do capital. Com isso, começa a intensificar o rompimento do modelo até então dominante, que se assentava no predomínio da estrutura produtiva, baseada no modelo agroexportador.

Porém, este novo ciclo da economia brasileira baseada na acumulação industrial, foi bastante restrita até os anos de 1950, uma vez que não conseguiu uma grande abrangência territorial. Pelo contrário, ficou concentrada em regiões específicas do Brasil. Entretanto, a industrialização pesada reuniu condições que favoreceram a integração do mercado e a economia nacional, sendo determinante o papel do Estado na criação da infraestrutura e no investimento produtivo. Com isso, progressivamente ampliou-se o território de acumulação industrial.

Desse modo, no contexto do padrão que caracterizou o início da urbanização brasileira, ou seja, daquele que se baseou no crescimento da economia urbano-industrial, traz como consequência espacial o fato de possuir uma forte concentração na região sudeste. Esta característica implica em desequilíbrio regional resultando em um processo de migração para a região, que refletiu em profundas mudanças estruturais e na expansão urbana, principalmente regional.

Neste aspecto, as profundas diferenças regionais são resultantes de uma complexa organização territorial e urbana do Brasil. De acordo com Santos (2008a, p.69):

[...] a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária, hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento. (...) Já o Sudeste, mais "novo" que o Nordeste e mais "velho" que o Centro-Oeste, consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva, eficiente aos interesses do capital dominante. Cada vez que há uma modernidade, esta é encampada pela região.

Neste particular, cabe destacar o importante papel que representou a proposta desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (1956-60), a qual se baseava numa forte política industrial, expressa através do seu “Plano de Metas”, de 1956. A base de sustentação desse plano considerou dois pilares: um que consistiu na abertura do país à entrada maciça do capital estrangeiro e o outro entendia que cabia a intervenção do Estado como agente organizador do processo de industrialização.

Portanto, no papel que cabia ao Estado, como agente organizador do processo de industrialização, além do desenvolvimento da infraestrutura, principalmente a de transportes, era investir maciçamente recursos financeiros para fornecer bases de ampliação do sistema industrial, como forma de atrair o capital internacional. Este processo de industrialização brasileira provocou uma ampliação significativa na divisão social do trabalho, com reflexos significativos sobre o espaço urbano. Dessa forma, o que antes ocorria no interior da fábrica passou a ocorrer na cidade.

Com isso, o desenvolvimento do processo industrial brasileiro, que irá refletir sobre a urbanização, tem derrubadas as barreiras que dificultavam a integração do mercado nacional. Portanto, a unificação do mercado interno, tanto física quanto politicamente, é alcançada através da ampliação da rede rodoviária interligando as principais regiões do país, sobretudo na década de 1940, e da abolição da autonomia dos estados e eliminação paulatina dos impostos interestaduais, respectivamente (SINGER, 1998).

De alguma forma, Chaffun (1996, p.20) deixa entender que certos aspectos da urbanização brasileira estão associados à grande transformação na base produtiva, verificadas no período de 1945 a 1980. Com o fim Segunda Guerra Mundial, aconteceu uma aceleração da atividade industrial no Brasil que, como foi visto anteriormente, estava associada a uma proposta de desenvolvimento nacional. Esta proposta promove reforma estruturante na base produtiva e também nas relações de trabalho, ocasionando o aumento da empregabilidade nas cidades.

Por conta disso, ocorre um intenso processo migratório, com a mobilidade de populações do campo para as cidades, acelerando o processo de urbanização. Porém, o adensamento populacional gerado pelo fluxo migratório vai acontecer, de forma mais intensa, na região Sudeste do país, mais precisamente na cidade de São Paulo, que apresentava um maior dinamismo econômico.

Sendo uma das características mais expressivas da urbanização a elevada concentração populacional, pelo fluxo migratório de pessoas intra e inter-regional atraídas por fatores como uma forte industrialização em certas áreas do país, resultando disso, a formação de metrópoles. Neste aspecto, Santos (2008a, p.77) afirma que:

A partir dos anos 1970, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à revolução demográfica dos anos de 1970, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos como mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes).

Esta formação urbana decorre, de um modo geral, do modelo de desenvolvimento urbano que acontece no mundo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, esta forma urbana tem sido com maior ênfase objeto de estudos, devido à própria escala privilegiada de análise dos processos de reprodução e urbanização da sociedade e acumulação do capital.

Por outro lado, é sabido que o mundo passou por um extraordinário período de prosperidade econômica e transformações sociais, que coincidem com os períodos subsequentes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Como uma das implicações desses fenômenos, pode-se considerar que foram criadas condições para o desenvolvimento de fatores que afetaram de modo significativo, os rumos que tomaram as cidades e, de forma especial, a metrópole.

Muito dessa prosperidade econômica e a conseqüente transformação social deve-se ao baixo custo da energia, ocasionado, em parte, pela estabilização do barril do petróleo saudita. Isso contribuiu, sem dúvida, para a difusão do veículo automotor em todas as partes, conjugado, evidentemente, aos interesses da indústria automobilística.

Com efeito, o que o mundo assistiu nesse período foi um crescimento acelerado da população das cidades, a intensificação do uso do automóvel e uma nova expansão suburbana. Esses fenômenos, que já se mostravam em algumas áreas metropolitanas, principalmente as norte-americanas, acentuaram alguns processos urbanos, como a expansão, a dispersão, descentralização, especialização e segregação (TOURINHO, 2004, p.23).

No entanto, essa acentuação não significou, em absoluto, que a metrópole tenha continuado a mesma. O cenário global que se apresentava passava por transformações, notadamente na relação campo-cidade, com acentuado esvaziamento do campo e, conseqüentemente, uma aceleração do ritmo de urbanização. Com isso, o mundo se configurou com predominância do urbano, estreitamente vinculado à intensificação do consumo de massa. Nesse contexto, configurou-se uma nova dualidade de relação, antes cidade-região, deslocando-se então para centro-periferia.

Esse fenômeno global aponta para a diversidade de significados para diferentes partes do mundo.

[...] a novidade dessa transformação está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade. Claro, as partes desenvolvidas do mundo (...), há muito viviam num mundo de constante mudança, transformação tecnológica e inovação cultural. Para eles, a revolução da sociedade global significou uma aceleração ou intensificação de movimento a que já se achavam acostumados e princípio. (...) Mas para a maior parte do globo as mudanças foram igualmente súbitas e sísmicas. Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente, em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960 (HOBSBAWM, 1995, p.283).

Embora esse período de prosperidade tivesse uma amplitude global, a sua eficácia, evidentemente, não atingiu a todos. De certa forma, os países chamados subdesenvolvidos experimentaram alguns avanços tecnológicos sem, no entanto, deixarem de ser dependentes dos países desenvolvidos.

Santos (2008b), em relação a este aspecto, considera que a urbanização dos países subdesenvolvidos foi mais recente e mais rápida, uma vez que ela aconteceu num contexto econômico e político diferente daquele dos países desenvolvidos. Este autor entende, ainda, que esta urbanização possui características originais, que as diferenciam nitidamente da urbanização dos países desenvolvidos. Por este aspecto, segundo este asutor:

O efeito demonstração, ou seja, a inclinação dos pobres no sentido de consumir da mesma maneira que os ricos têm um papel importante nos países subdesenvolvidos por contribuir para a atração dos homens pelas cidades, local de novas atividades; no entanto, não só as indústrias são aí raras como também, em todo caso, os empregos permanentes são suficientes para atender à demanda. Não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária (SANTOS, 2008b, p.23, grifo no original do autor).

Por outro lado, Castells (2006, p. 79) entende que é errônea a interpretação que considera a “urbanização como consequência mecânica do crescimento econômico e, em particular, da industrialização”. Ele sustenta este argumento com o fato de que no “mesmo estágio de população urbana alcançada hoje em dia pelos países ‘subdesenvolvidos’, o nível de industrialização dos países ‘desenvolvidos’ era bem mais alto”.

Assim, o processo de urbanização brasileiro, a princípio, apresentou características específicas, por serem regionais os determinantes do crescimento urbano. Novas determinações para o desenvolvimento urbano generalizaram-se à medida que se desenvolvia o processo de industrialização.

Essas notas sobre o processo de desenvolvimento brasileiro são relevantes para situar a questão a ser investigada nesse trabalho. Esse processo terá fortes impactos sobre as cidades, alterando de forma definitiva a dualidade campo x cidade. Com isso, as cidades brasileiras, de um modo geral, as metrópoles, ganham maior complexidade na sua estrutura urbana. Essa complexidade, condicionada em parte pela expansão urbana, se expressa, por exemplo, na formação de novas áreas centrais. Essas novas “centralidades” passam a ser percebidas como objeto próprio de investigação e constituem tema recente dentro da geografia urbana, com esse enfoque.

1.3. Do espaço urbano ao espaço metropolizado

Corrêa (1999, p.32) considera o termo espaço urbano como sinônimo de cidade, e o define como um conjunto de “diferentes usos da terra justapostos entre si, que definem áreas como o centro da cidade, áreas industriais, residenciais, de lazer etc.” Nessa perspectiva, considera, ainda, que o espaço urbano é “simultaneamente fragmentado e articulado, de forma que cada uma das suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidades variáveis”. O que o autor apresenta é aquilo que se entende como estrutura urbana, com seus elementos espaciais e suas dinâmicas, refletindo a organização espacial.

Por seu lado, Santos (2008d, p.166), entende que o espaço geográfico é formado por um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” e que, para sua definição, tem-se que considerar as suas respectivas épocas.

Assim, ao questionar o que caracteriza espaço geográfico atual, este autor considera que:

Os objetos que o constituem são objetos técnicos, intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional.

Por seu lado, perceber e analisar as diferentes formas, conteúdos e movimentos do espaço urbano, significa que se está compreendendo o conjunto de sistemas que o compõem. Este conjunto, composto de sistemas de objetos e de ações, revela os distintos usos que, de forma articulada, expressam-se pelos diferentes processos espaciais demonstrados através de centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia (CORRÊA, 1999, p. 36).

Desse modo, à medida que o espaço é, também, um produto social, ele representa as contradições da realidade. Lefebvre (1974, p. 41) define três momentos na produção social do espaço. *O espaço concebido*, que é notadamente o da representação abstrata, traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real; *O espaço percebido*, que aparece como uma intermediação da ordem distante e da ordem próxima, referente aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social, e *o espaço vivido*, que denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Assim:

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar. Significa pensar o processo de produção do humano num contexto mais amplo, aquele da produção da história, de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência, e do modo como concebem as possibilidades de mudanças (CARLOS, 2007, p.70).

Parece evidente que o espaço, enquanto produto social, deve ser entendido nos seus diversos momentos históricos. A sua análise, para uma melhor compreensão, precisa considerar a sua formação a partir da origem e formação das cidades, na perspectiva de que o modo de produção, que define a vida cotidiana do homem nos diferentes estágios de formação das cidades, expressa essa condição.

Por seu lado, Castells (2006, p. 181) considera que:

A cidade como projeção da sociedade no espaço é ao mesmo tempo um ponto de partida indispensável e uma afirmação muito elementar. Pois, se é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos o risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas (...) O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço (bem como outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social (grifo no original do autor).

Noutro aspecto, Lojkin (1997, p.202) analisa o urbano com foco na produção econômica e da reprodução da força de trabalho. Por esse aspecto, considera que os bens consumo coletivo são contribuintes para a reprodução do capital. Ressalta, ainda, o papel indispensável do Estado, como provedor de tais bens de consumo. Entende este autor, que áreas com melhores infraestruturas potencializam mais investimentos e que a distribuição desigual de serviços na cidade determina demandas diferenciadas nos preços e usos do solo.

Por sua vez, Rolnik (1995, p.30) considera a cidade como um local permanente de moradia e trabalho. Nesse sentido, autora entende que:

[...] as cidades passam a se organizar em função do mercado, gerando um tipo de estrutura urbana que não só opera uma reorganização do seu espaço interno, mas também redefine todo o espaço circundante, atraindo para a cidade grandes populações.

Por este aspecto, a cidade apresenta-se como a melhor forma para reprodução do capital, uma vez que, além de dispor, consegue atrair grandes populações, ainda que isso implique em conflitos que, de certa forma, refletem no processo de reprodução da vida. Também, no cotidiano da sociedade e das suas classes. Por seu lado, as classes se organizam no espaço numa lógica de segmentação socioeconômica e nesse sentido são segregadas e se “separam”. Porém:

A *separação* das classes é simultaneamente ilusória e extremamente real. É ilusória porque as classes figuram-se na mesma sociedade, no mesmo ‘todo’ que se sistematiza; aliás, há uma única fonte de riqueza social. E é real porque socialmente e na prática há uma separação de classes que como tal é mantida e vai até o conflito (LÉFÈBVRE, 1972, p. 36).

O rebatimento dessa separação, dentro da cidade, expressa-se no espaço diferenciado ocupado pelas classes. A característica espacial, associada às classes altas, é de que esse espaço dispõe de uma maior concentração de atividades e que lhe é atribuído um maior poder de articulação na organização espacial. Com isso, essas áreas exercem atração sobre as demais, formando uma centralidade urbana,

que resulta em uma área capaz de gerar e manter fluxos de pessoas, capitais, mercadorias etc, e não apenas concentrar determinados fixos.

No entanto, esta característica urbana não é exclusiva das classes altas, porém, enquanto ocorrência urbana, ela aparece com maior intensidade como manifestação na metrópole, haja vista que essa forma urbana apresenta uma maior complexidade da sua organização espacial. No entanto, nas chamadas cidades médias, também, já ocorrem formações de áreas com características da centralidade.

De acordo com Davidovich (2003, p.3):

A designação de metrópole tem permanecido, devido, em grande parte, ao valor emblemático que adquiriu, seja como representação de problemáticas econômicas e sociais, seja pelas posições mais elevadas na hierarquia urbana, seja pela dominação política e polarização que exerce sobre lugares de um dado território. É preciso, contudo, considerar que tal designação genérica não corresponde a um tipo ideal, já que a metrópole é um fenômeno plural, que apresenta diferentes dimensões e formas de concentração.

A organização da metrópole contemporânea, na visão de Soja (2000) é resultante, cada vez mais, da “dimensão concebida da realidade”, ou seja, é fruto da imaginação na qual orienta as decisões tomadas e que modificam o espaço. Neste sentido, segundo este autor (p.165):

Uma mudança radical no imaginário urbano, nas maneiras pelas quais relacionamos nossas imagens do real com a própria realidade. Essa é, fundamentalmente, uma questão de epistemologia, a questão de saber como reconhecemos o que é real do que não é.

Ainda, de acordo com o autor, as ações que orientam os indivíduos, grupos sociais e mesmo o poder público estão de acordo com suas simulações do espaço. Assim sendo, no imaginário desses agentes, o espaço deveria assumir a existência material efetiva de acordo com suas concepções. Com isso, as ações na produção do espaço estão de acordo que as formulações mentais desses agentes. Dessa maneira, eleva-se, em certa medida, o espaço simulado do espaço produzido.

Entretanto, no espaço urbano expressam-se as concepções, crenças e valores das diversas classes sociais que o compõem. Nesse sentido:

A história de quase todas as cidades ocidentais mostra que em variados momentos do século XX a burguesia, que ocupava o centro, abandonou-o por outras partes. A razão dessa conduta tem origem em inconveniências trazidas pelo progresso: barulho, poluição atmosférica, comprometimentos da intimidade etc. (YAZIGI, 2005, p.86).

Isso permitiu, por exemplo, que as classes de maior poder aquisitivo pudessem eleger áreas fora dos setores centrais para seu lugar de residência.

Dessa forma, essas áreas começaram a atrair as atividades de serviço e comércio gerando novas centralidades, no espaço metropolitano e também em outras formas urbana, particularmente as cidades médias.

Assim, a organização atual da metrópole brasileira apresenta, de forma mais evidente, uma organização espacial mais descentralizada, advinda de um modelo que vem, desde a década de 1960, quando se começou a observar a saída da área central das elites favorecidas, em parte, pela expansão do transporte privado.

Observa-se daí, como resultado, que a metrópole atual apresenta cada vez mais uma estrutura policêntrica. Este modelo opõe-se ao antigo, que considerava uma abordagem centro x periferia. No entanto, considera-se que o surgimento de novas centralidades é razão direta do crescimento urbano que, em alguns casos, apresentam uma urbanização dispersa.

1.4. Modelos de estruturas urbanas

Uma primeira consideração sobre o espaço urbano é a de que ele é estruturado. Portanto, ele deve, em princípio, ser entendido na sua forma teórica – através de alguns modelos -, cujo propósito é permitir uma melhor compreensão dos seus elementos espaciais e das relações que se estabelecem entre eles. Segundo o que considera Castells (2006, p.182), sobre a estruturação do espaço urbano, “ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”.

Entre os anos de 1917 e 1940, um grupo de sociólogos ligados à Escola de Ecologia Humana de Chicago, E.U.A., em uma tentativa de explicar as complexidades que caracterizavam a organização espacial de algumas cidades americanas, assim como descobrir a existência de padrões de regularidades, desenvolveram esforços no sentido de estabelecer modelos que tratam da estrutura do espaço urbano.

Desses estudos, foram elaboradas teorias para a explicação das formas de crescimento urbano, das quais se destacam a teoria de Burgess (zonas concêntricas – figura 01-A), de Hoyt (teoria dos setores – figura 01-B) e de Harris e Ullman (teoria dos núcleos múltiplos – figura 01-C). Estas teorias tratam a organização do espaço a partir da interação entre a espécie humana, os instrumentos criados por ela e o meio

natural, ou seja, estabelecia comparações entre a organização e o crescimento das cidades e a Ecologia Vegetal (CASTELLS, 2006).

Tendo a Ecologia Vegetal como elemento de comparação, aqueles estudos sobre a estrutura urbana consideraram que as cidades cresciam como plantas, cuja expansão acontecia de forma emaranhada, porém, permaneciam de maneira ordenada. Contudo, cada nova parte que surgia, continuava a manter relações com as demais.

O estudo realizado por Burgess, ou seja, o modelo das zonas concêntricas objetivava mostrar que as cidades tendem a organizar-se concentricamente, a partir do seu centro (*Central Business District, CDB*). Por este modelo, conforme se pode observar pela figura 01-A, cada círculo abriga atividades específicas que estruturam de modo diferente o uso do solo, configurando zonas de transição, zona residencial de trabalhadores independentes, zona de boas residências e zonas periféricas.

Este modelo adota cinco círculos concêntricos, sendo que o primeiro corresponde àquele dos negócios, onde se concentrariam as atividades econômicas mais importantes. O que se pode vislumbrar desse modelo, considerando apenas o primeiro círculo, para o caso de Teresina-PI, é que ele corresponde ao elemento espacial centro. No entanto, não será objeto de estudo, neste trabalho, analisar a estrutura urbana de Teresina com base neste modelo.

O fato da pesquisa que originou a teoria das zonas concêntricas, como modelo de explicação para a organização espacial das cidades, ter acontecido em Chicago, na década de 1920, portanto, durante um período que representava um processo acelerado de industrialização e, por conseguinte, de urbanização, o que representava significativas modificações do solo urbano naquele período, foi motivo de muitas críticas a este modelo. O que fundamentou tais críticas a este modelo, foi a falta de aplicabilidade da teoria à realidade concreta de outras cidades, ou seja, não universalizou. Todavia, como modelo, serviu para formalizar uma proposta de organização do espaço urbano num contexto de mudança significativa, que foi o período do início do século XX.

A partir da observação de que nem todas as cidades crescem de forma circular, portanto, uma negação ao modelo de zonas concêntricas desenvolvido por Burgess, Hoyt lançou, em 1939, o seu modelo de estrutura urbana, baseado em setores (figura 01-B). Por esta proposta, a organização espacial da cidade está

condicionada pela disposição dos eixos viários que partem do centro da cidade, conferindo diferentes acessibilidades.

O modelo proposto por Hoyt considera a premissa de que as especificidades do uso do solo definem os setores e, estes, por sua vez, estruturam fisicamente a cidade. No entanto, o processo de crescimento das cidades, por este modelo, dá-se a partir de um centro. Todavia, a continuidade desses setores e sua expansão estão condicionadas às direções dos principais eixos de transportes.

Por fim, a Teoria dos Núcleos Múltiplos, de Harris e Ullman (figura 01-C), que data de 1945, destaca que, em grande parte das cidades, as estruturas do solo não se organizam exclusivamente ao redor de um único centro. Pelo contrário, por esse modelo, as estruturas desenvolveram-se em volta de vários centros distintos, motivadas pelas necessidades especializadas de certas atividades, de uma tendência geral de aglomeração de atividades complementares, tendência de algumas atividades em repelir-se e, por fim, a capacidade de rendimento de atividades que as forçam a agrupar-se, formando setores (GARNER, 1971).

Figura 01. Modelos de estruturas urbanas.



Fonte: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/185/imprime149628.asp>.
Acessado em 20 de julho de 2011.

Desse modo, os modelos teóricos que tentaram explicar a organização espacial (figuras 01 A,B e C), trataram da realidade americana em um período de industrialização crescente. Naquela época, a organização da cidade dispunha de um elemento espacial, o CDB, sobre o qual a vida dessas cidades girava em torno. De acordo com Tourinho (2004, p.205), numa análise do modelo concêntrico das cidades:

O conceito de CDB corresponde a uma concepção de centro como a principal concentração de comércio varejista e serviços da cidade. (...) é traduzido como sendo o seu principal centro comercial ou de negócios. O CDB é o lugar das chamadas funções centrais, embora existam distintas interpretações sobre as funções consideradas como sendo típicas do CDB.

No entanto, quando se busca conhecer a realidade da organização interna da metrópole brasileira, depara-se com poucos estudos que versem sobre esta temática. Quando a forma urbana é outra, no caso as cidades médias, estreitam-se ainda mais estes estudos e, particularmente, quando o objeto é a cidade de Teresina-PI, estes estudos eram escassos ou inexistentes.

Portanto, quando se tenta identificar o padrão de organização das cidades brasileiras, com base nos modelos de estrutura urbana estudados anteriormente, defronta-se com o trabalho de Villaça (2001), segundo o qual nossas metrópoles têm uma organização interna que é um pouco um “misto de círculos concêntricos e de setores de círculo, apesar de os últimos predominarem sobre os primeiros e apresentarem maior potencial explicativo – até hoje pouco utilizado – dos processos espaciais intraurbanos” (p.113).

No capítulo seguinte, no item que trata sobre a “organização espacial de Teresina-PI”, retomaremos esta questão, uma vez que apresentaremos os diversos usos do solo urbano através de mapas. Dessa maneira, desenvolver-se-á esforços teóricos no sentido de analisar a organização interna desta cidade e, com isso, definir se é possível identificar em qual(is) modelo(s) de estrutura urbana, estudados anteriormente, enquadra-se Teresina.

1.5. Espaço intraurbano da metrópole brasileira

Conforme se mencionou, existe uma carência no Brasil de trabalhos que abordem a questão do espaço intraurbano de nossas metrópoles. Por outro lado, quando se trata de cidades médias, do ponto de vista da sua dimensão populacional

e espacial, é mais difícil ainda. Assim, por semelhança, para se compreender o espaço intraurbano de Teresina, foi considerado o trabalho mais expressivo o de Villaça (2001). Portanto, é com base nele, que se desenvolverá este item.

Um primeiro aspecto importante a ser destacado, quando se quer analisar a estrutura urbana de uma cidade, é fazer um agrupamento dos tipos de cidades. No caso estudado, a metrópole. Cabe destacar mais uma vez que esta forma está sendo adotada por falta de referências em outras. Segundo Villaça (1997, p.7):

Do ponto de vista de sua estrutura espacial interna a metrópole brasileira pode ser classificada em dois grupos: a metrópole interior e a costeira. Esta última é caracterizada pela localização das camadas de alta renda ao longo da costa de alto mar, mesmo que eventualmente um pouco afastada dele (...) No caso da metrópole interior (...) as camadas de alta renda também se localizaram em função (...) proximidade ao centro e atratividade do sítio.

Definido a classificação de nossas metrópoles, do ponto de vista de sua localização, em interioranas ou costeiras, resta-se saber como se deu a produção do seu espaço. Assim, Villaça (2001, p.11), considera que o espaço urbano das metrópoles brasileiras vem sendo produzido “num mesmo país, pela mesma formação social, num mesmo momento histórico (...) sob um mesmo modo de produção, através das mesmas relações sociais e sob o mesmo Estado, deve haver muito em comum entre seus espaços”. Por isso, do ponto de vista da localização, a cidade de Teresina-PI, objeto deste estudo, é classificada como interiorana sendo, inclusive, a única capital dos estados nordestinos nesta condição.

Agora que se conhece e onde se localiza as metrópoles brasileiras e a cidade de Teresina, precisa-se avançar na busca pelas respostas sobre a formação dos seus espaços. Para tanto, entende-se que, primeiramente, deve-se identificar quais são os elementos espaciais que os compõem. Neste sentido, Villaça (2001, p.12), considera estes elementos como sendo:

- a) **o centro principal** - a maior aglomeração e diversificação de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e serviços-;
- b) **os subcentros de comércio e serviços** - aglomerações diversificadas de comércio e serviços, réplicas menores do centro principal-;
- c) **os conjuntos de bairros residenciais** - segundo as classes sociais - e
- d) **as áreas industriais** (grifo nosso).

A partir desses elementos, o autor empreende um estudo sobre o espaço intraurbano no Brasil, que consiste em identificar e analisar a existência desses

elementos em algumas metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Assim:

Registra-se, particularmente, o pouco interesse, no Brasil, quanto aos estudos espaciais de nossas metrópoles e, quando são realizados, têm-se limitado, em geral, às cidades (ou municípios) centrais das áreas metropolitanas (VILLAÇA, 2001, p.11).

A compreensão de como se comportam e distribuem esses elementos pelo interior da metrópole vai revelar as estratégias locacionais das classes sociais. Assim, acredita o autor, embora reconheça que não dispõe de outros estudos que não das metrópoles brasileiras, que tanto a segregação como seu impacto sobre a estrutura urbana serão tão mais forte quanto maior for o desnível entre os poderes econômico e político das classes sociais.

[...] a burguesia baiana começou a abandonar o centro de Salvador e a construir seu novo Centro Administrativo quando a cidade tinha um milhão de habitantes, enquanto que a burguesia paulistana começou a fazê-lo somente no final da década de 50, quando São Paulo tinha três milhões de habitantes. As cidades do interior do sul do Brasil, com 50, 100 ou 200 mil habitantes, começam a apresentar processos idênticos na década de 60. O que há de comum entre esses processos não é o tamanho da cidade onde ocorrem, é a época. Década de 60; expansão da indústria automobilística e difusão do automóvel (VILLAÇA, 1988, ps. 131-132).

Por fim, Villaça (2001) entende que o espaço urbano das metrópoles brasileiras, estudadas por ele, é produzido e consumido por um mesmo e único processo. Porém, a estruturação interna se processa sob o “domínio de forças” que representam os interesses de consumo das camadas de mais alta renda.

Isso fica evidente quando ele constata que desde a segunda metade do século XIX, as classes de mais alta renda começaram a exibir um processo de segregação, tendência essa que segue até hoje. “Em todas elas, sem exceção, a tendência é dessas classes se segregarem numa única e mesma região geral da cidade” (VILLAÇA, 1997, p. 4). Esse fato leva a crer que a luta pela localização entre as classes sociais, de acordo com este autor, se dá em torno de “condições de consumo, não em torno de condições de produção”.

Com essas considerações sobre o espaço intraurbano da metrópole brasileira, acredita-se que se podem especificar ainda mais estes estudos, com uma abordagem sobre alguns dos elementos que compõem a estrutura urbana

1.6. Centro e centralidade intraurbana

Dentro da organização espacial das cidades, o elemento Centro assume um papel privilegiado. É a partir dele, em geral, que começa o processo de expansão. “Não há povoação que não se inicie pelo centro, onde são organizadas suas principais funções, onde se desenvolvem diferentes práticas econômicas, sócio-culturais e religiosas” (YÁZIGI, 2005, p.89).

Da mesma forma, Jacobs (2001, p.181) descreve assim o Centro:

[...] a maioria dos centros das grandes cidades preenche – ou já preencheu no passado – as quatro condições necessárias para gerar diversidade. É por isso que conseguiram se tornar centros das cidades. Hoje, eles normalmente ainda preenchem três ou quatro condições. Mas passaram a voltar-se predominantemente para o trabalho (...) e tem muita pouca gente depois do horário comercial.

Por ser a parte da cidade que lhe dá origem, o centro é o elemento espacial da estrutura urbana que, de início, concentra as principais atividades – administração, comércio, serviços, lazer, residências, etc., - caracterizando-se pela diversidade de usos. No entanto, com a expansão urbana, há uma tendência homogeneização de uso, com predominância para o uso comercial e de serviços. Implica disso, uma grande quantidade de pessoas nos horários comerciais e um esvaziamento depois desse horário.

Castells (2006, p.311), ao abordar a problemática da centralidade dentro de uma perspectiva sociológica, entende que o “estudo do centro urbano exige, previamente, uma série de delimitações conceituais e históricas, sem as quais não podemos avançar num terreno tão minado pela ideologia”, isso porque, como ele mesmo afirma, o centro urbano designa, ao mesmo tempo, “um local geográfico e um conteúdo social”.

Ao estudar o espaço intraurbano no Brasil, através de algumas das metrópoles brasileiras, Villaça (2001) define estrutura urbana e aponta para os elementos que a constitui. Nesse sentido, ele entende que “toda aglomeração socioespacial humana (...) desenvolve um, e apenas um, centro principal” (p.237). Antes, porém, de desenvolver argumentos que justifica essa afirmação, chama atenção para os “equivocos cometidos” quando se aborda o centro, seja pela sua natureza ou pela concepção.

Ao concluir seus argumentos para definir o centro, Villaça (2001) pergunta pela origem da fonte da centralidade e responde: “está na possibilidade de

minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos” (p.242).

Por outro lado, ao fazer um estudo sobre a questão do centro e da centralidade, para estabelecimento de bases conceituais sobre o esse tema, Tourinho (2004, p.11), considerou que:

Ainda que o centro não possua exatamente as mesmas características em todas as partes e que não existe apenas uma conceituação de centro, pois os conceitos dependem das óticas profissionais e situações históricossociais dos diferentes observadores, constata-se, contudo, que tanto os discursos científicos quanto outras falas menos especializadas guardam elementos em comum no tratamento do tema do centro – sejam eles de cidades norte-americanas, européias ou brasileiras.

O centro, portanto, caracteriza-se pela sua funcionalidade e não pela localização geométrica. Nesse sentido, Castells (2206, p.34) considera que:

O centro urbano então não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana. Quer dizer que não podemos *assentar* o centro urbano, e sim que é necessário defini-lo com relação ao conjunto da estrutura urbana (grifo do autor).

Nesse sentido, Lecocq-Muller (1958: v.III, p.125) ao estudar o elemento centro da cidade de São Paulo, considerou que:

[...] em toda grande cidade, o Centro costuma caracterizar-se por ser o setor vital, em que se desenvolvem as funções essenciais do organismo urbano (...) ‘é onde as notícias são recebidas e transmitidas, onde se reúnem os cérebros e as capacidades, onde a cidade é mais viva’. Daí a complexidade de suas funções: a comercial, a financeira, a administrativa, a da pequena indústria, a das profissões liberais e dos mais variados ofícios, a religiosa, as de diversões.

Neste particular, é importante destacar o papel do centro, que simboliza a origem da cidade e, portanto, o ponto do qual esta se expandiu. Segundo Sposito (1991, p.5), a “estruturação das cidades tem de passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro”.

Assim, Cardoso (2006, p.9) fez um estudo do bairro centro de Teresina, a partir de elementos morfológicos que os identifica. Nesse trabalho, a autora analisa a paisagem do centro a partir da “interpretação dos significados atribuídos aos elementos morfológicos que constituem esta paisagem pelos grupos culturais que a vivenciam”. Na visão de alguns atores que vivenciam esta área da cidade, segundo transcrição de um depoimento colhido por Cardoso (2006, p. 58), acerca do centro de Teresina, um entrevistado considerou que:

“Ele continua sendo o principal pólo comercial da cidade. É impressionante, hoje mesmo, eu andei no Centro (sic) e fique impressionado com a quantidade de gente. A gente anda no Centro, até o próprio engarrafamento, quando é início de mês a gente nota que é uma dificuldade grande de transitar, de se locomover, então é um movimento muito grande de pessoas andando”.

Com efeito, o centro e a centralidade, como objetos próprios de investigação, são temas recentes (TOURINHO, 2004). De fato, como elemento diferenciado da estrutura urbana, o Centro emerge, nessa perspectiva, a partir da necessidade de reconstrução dessa área específica, após os bombardeios de cidades européias, durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, foi durante a realização do VIII Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, na Inglaterra, no ano de 1951, que seu presidente, José Luis Sert, chama atenção para a questão da reconstrução das áreas centrais. Neste aspecto, segundo Tourinho (2004, p.3):

A partir da experiência da reconstrução de um considerável número de centros urbanos destruídos pelos bombardeios foi possível perceber que o trabalho em áreas centrais era evidentemente diferente daquela realizada em outras partes da cidade, e que não havia experiência sobre como realizá-las, pois até antes da guerra as preocupações urbanísticas estavam dirigidas sobretudo às atuações nos subúrbios, fundamentalmente à construção de habitação.

Dessa maneira, entendido o papel funcional do centro e sua importância na estrutura urbana, por considerar que é dele que se dá o processo de expansão urbana e, com este, a cidade adquire uma maior complexidade na sua organização espacial, novas áreas com características de um centro se formam no interior das cidades. Com isso, a centralidade, que era entendida como um atributo do centro passa a ser, ela própria, um objeto. Desse modo:

[...] a centralidade esteve sempre definida como atributo dos centros historicamente construídos, os processos urbanos recentes (aqueles ligados à dispersão das atividades e à conformação das denominadas áreas de nova centralidade) reclamam seu entendimento como um fator complexo, um conceito ainda não esclarecido, capaz de identificar espaços urbanos que podem atuar de forma similar àqueles centros, funcionalmente falando (concentração de atividades definidas como centrais), sem, no entanto, apresentarem outros componentes de identidade do centro como, por exemplo, os simbólicos, que historicamente diferenciam os chamados centros históricos do resto do tecido urbano (TOURINHO, 2004, p.12).

Portanto, o elemento centro não é definido somente pela sua funcionalidade. Ele assume outros aspectos que o caracteriza daí ser considerado um elemento especial na estrutura urbana. Para Lefebvre (2004, p. 110):

A centralidade constitui para nós o essencial do fenômeno urbano, mas, uma centralidade considerada junto com o movimento dialético que a constituiu e a destrói, que a cria ou que a extingue. O fato de que qualquer ponto possa ser tomado como centro é o que caracteriza o espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano.

Como tendência, as cidades crescem e se espalham e, com ela, novas áreas de centralidades surgem, formando novos pontos comerciais e de serviços que visam a atender a uma população local e regional. Neste aspecto, as novas áreas de centralidades que se formam, diferenciando-se do centro, entre outros aspectos, pela abrangência. Enquanto o centro atende toda a cidade, essas novas áreas são de alcance limitado. Porém, do ponto de vista da funcionalidade urbana, são complementares tendo em vista que resulta em uma economia de transporte e tempo para o consumidor dessas áreas, o qual passa a ser atendido, em boa parte de suas necessidades funcionais, sem que necessite se deslocar para outras áreas da cidade, principalmente ao centro.

Portanto, o crescimento das cidades implica, também, em um processo de descentralização, ou seja, do ponto de vista da funcionalidade aquilo que antes era concentrado no centro, passa a se espacializar por outras áreas. Desse modo, Sposito (2001, p.242) observa que:

A descentralização territorial também pode ser observada através da emergência de eixos de desdobramentos do centro principal, através da alocação de atividades que antes se restringiam territorialmente ao centro principal da cidade, nas avenidas de maior circulação de veículos. A emergência desses eixos constitui-se em primeira expressão da complexificação da centralidade intra-urbana. Até então, o que se verificava (...) era a existência de um centro principal e de um ou mais subcentros, hierarquicamente menos equipados em relação ao principal e dele dependentes.

Constata-se, portanto, que o processo de descentralização territorial, desencadeado pela expansão urbana, espalhando-se pelos principais eixos de circulação das cidades, vai resultar em um modelo de estrutura urbana multinucleada. Dessa forma, esse modelo expressa uma tendência urbana que acontece nas grandes e médias cidades. Assim, de acordo com Silva (2001, p.111):

[...] uma tendência de descentralização e de uma conseqüente (re)centralização, expressando uma centralidade multicêntrica, que amplia a espacialização intraurbana, distribuindo os fluxos e ampliando a diferenciação/segmentação urbana.

Por outro lado, é importante que se observe um aspecto decorrente, em alguns casos, do crescimento urbano, que é o chamado “espraiamento urbano” definido, segundo Nadalin e Iglioni (2010, p. 9) como “um crescimento urbano desconcentrado, não denso e que deixa vazios urbanos dentro da mancha urbana”.

Por outro lado, Tourinho (2004, ps. 6-7), considera uma importante análise do centro, no contexto da organização espacial caracterizada por um espraiamento urbano ou polinucleação, uma vez que esta formação espacial está associada aos processos de descentralização e dispersão e que, segundo essa autora “[...] trouxeram implícita a preocupação em identificar quais são os centros e o seu papel nesta nova formação espacial”. No entanto, prossegue ela, “estas novas estruturas urbanas são de difícil apreensão, por falta de ferramentas conceituais precisas para identificá-las”.

Colaborando com essa afirmação, Dagger (2003, p.36), entende que a urbanização dispersa reflete uma opção individual, à medida que se escolhe viver em áreas relativamente próximas aos centros urbanos e, ao mesmo tempo, em proximidades com a natureza. Nesse aspecto, a dispersão urbana, mais do que um fenômeno observável em algumas cidades, atualmente, “[...] é um processo social que se relaciona ao estilo de vida de um segmento dessa sociedade”.

No entender de Corrêa (1999, p.5), a organização espacial urbana é resultante da criação das atividades e suas materializações, distribuídas espacialmente. Com isso, conforme do autor, “a grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais”. Dentre os processos apontados por ele, um está associado ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais: a descentralização. Assim:

A descentralização e os núcleos secundários aparecem como uma medida das empresas visando eliminar as deseconomias geradas pela excessiva centralização da área central. De outro lado, resulta de uma menor rigidez locacional no âmbito da cidade, em razão do aparecimento de fatores de atração em áreas não-centrais (CORREA, 1999, p.7).

Portanto, o processo de descentralização está implícito na expansão da cidade, conferindo sentido à existência do Centro e das novas áreas de centralidade. Assim, Santos (2001, p.39) entende que:

As mudanças que ocorrem na sociedade e nos elementos da centralidade, portanto, também refletirão no seu centro. Uma mudança nas estruturas de poder, mudanças de acessibilidade (introdução de novos meios de transporte, alterações nos meios já existentes ou mudanças no sistema viário), mudança na base produtiva ou alterações da relação de importância dos diversos elementos componentes do urbano ou elementos naturais de sua paisagem que atuam como forças de atração definindo centralidades levarão às mudanças no centro da cidade.

A complexidade do espaço urbano é decorrente, em parte, do processo descentralização, uma vez que este confere uma estrutura urbana composta de um centro e de uma ou mais áreas de centralidades, caracterizadas pelos núcleos secundários de atividades. Nesse processo, considera-se importante o papel que assume o Estado, como provedor da infraestrutura, na modelação da organização espacial, “quando o mesmo dispõe os serviços urbanos em função dos grupos de médio e alto rendimento, sem direcioná-los aos lugares de concentração dos grupos de menor rendimento” (SINGER, 1982). No entender desse autor:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exarceba a valorização de poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de rendimento mais elevada. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (p.27).

Portanto, a formação de novas áreas de centralidades não está condicionada somente a descentralização de determinadas atividades. O que vai ser determinante na formação dessas áreas é “o fluxo que as atividades geram e dos quais decorrem sua própria descentralização, que ao se estabelecerem e se intensificarem geram novas centralidades” (SPOSITO, 2001, p.236). Dessa maneira, como considera essa autora, ocorre uma articulação de duas dinâmicas econômico-territoriais, caracterizadas por uma descentralização territorial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e, por outro lado, a recentralização dessas atividades. O que resulta dessa dinâmica é:

A expressão completa desse processo é a diversificação das expressões da centralidade intra-urbana e, ainda, da centralidade interurbana, visto que novas formas de comércio promovem novos fluxos entre cidades de diferentes portes, permitindo a emergência de uma **centralidade múltipla e complexa**, no lugar da centralidade principal e muitas vezes única, que marcava a estruturação interna das cidades até há algumas décadas (SPOSITO, 2001, p. 236, grifo da autora).

Dessa forma, conforme Ascher (2001, p.63), “a centralidade única foi detonada em razão do zoneamento e da centralidade múltipla”. Esta condição urbana expressa à existência de diversos elementos urbanos, com funções e abrangências diversas, caracterizando determinada área da cidade, conferindo-lhe uma diferenciação estrutural. De acordo com Villaça (2001, ps. 274-276), estes elementos são subcentros, definidos como:

[...] aglomeração diversificada e equilibrada de comércio e serviços. Zonas comerciais pouco diversificadas (principalmente com baixa proporção de serviços) [...] não são consideradas subcentros. Muito menos o são os shopping centers, onde também é baixa a proporção de serviços; além disso, o comércio abarca um leque desequilibrado de estabelecimentos, com participação excepcionalmente alta de lojas de vestuários e roupas.

Pelo exposto acima, considera-se que as principais características que definem um subcentro estão relacionadas com complementaridade existentes entre diferentes funções que este exerce, assim como variedade equilibrada de comércio e serviços que um subcentro apresenta. Essa “variedade equilibrada”, alcançada “naturalmente” pelas forças de mercado, é responsável pela otimização dos deslocamentos dos consumidores, sendo que quanto maior a variedade de comércio e serviços existentes num centro, ou subcentro, menor o número de viagens que um consumidor precisa para ter todas suas necessidades atendidas.

Dessa forma, os grandes subcentros têm tudo o que os consumidores precisam, inclusive no tocante aos serviços públicos e privados, e nisso se opõem aos centros especializados. O subcentro diversificado atende às necessidades mais frequentes, de maior número de pessoas, porém de uma zona de influência menor. Assim:

Nos lugares de maior dimensão, a superfície ocupada acaba por se estender por um vasto território. O centro da cidade tende a ficar distante de um número considerável de consumidores, obrigando-os a percorrer grandes distâncias e, por esse motivo, algumas funções, sobretudo associadas a bens e serviços de uso corrente, tendem também a implantar-se noutras áreas. Com o tempo, formam-se assim novos centros de comércio e serviços, enquanto outros encetam um processo de diferenciação funcional, acabando por se constituir um sistema de lugares centrais com capacidades de atração distintas e, por isso mesmo, passíveis de hierarquização (CACHINHO, apud ORTIGOZA, 2007, p.109).

Existem, entretanto, diferenças entre o que se entende como centro e o que se pode compreender como centralidade. O primeiro, no entender de Sposito (2004), possui a possibilidade de que a segunda exista ao concentrar os meios de consumo

individuais e coletivos e o valor simbólico que foi constituído na história social da cidade.

Portanto, cabe identificar as funções e a variedade de comércio e serviços que caracterizam determinada área da cidade, como forma de definir um subcentro dentro da estrutura urbana. Com esse conhecimento, é possível (re)definir a estrutura urbana que, quando composta de múltiplos subcentros, é definida como policentralidade.

1.7. Policentralidade

Discutiu-se, até agora, neste trabalho, alguns aspectos que envolvem a organização espacial das cidades, à medida que estas crescem. Constatou-se a importância do centro, como sendo o ponto de origem e do qual a cidade se expande. Ao se expandir, a cidade se dispersa e descentraliza, rompendo com uma estrutura monocêntrica. Sobre o fenômeno da dispersão urbana, Santos (2008b, p.199) considera que:

Fenômenos de dispersão podem ocorrer: se uma cidade atinge, em alguns bairros centrais, uma densidade demográfica e econômica importante, criam-se centros secundários para a distribuição de mercadorias ou de serviços. Pode suceder, igualmente, que a cidade, durante seu crescimento, tenha englobado pequenos centros semi-urbanos ou antigos subúrbios, que se transformaram em centros secundários.

Verifica-se que, em certo momento de sua expansão urbana, uma cidade deixa de ter a centralidade baseada em um único centro, e passa para uma organização interna contendo múltiplas possibilidades de centralidade, neste caso, pode-se dizer que ocorre uma dispersão. Por seu lado, a dialética no centro, segundo Lefebvre (1999), envolvem o binômio “concentração-dispersão” como condição que estabelece as relações deste espaço com o todo urbano.

Assim, a concentração condiciona a formação da centralidade, enquanto a policentralidade resulta da dispersão. Mas essa dispersão tem em seu cerne a concentração, pois esta se direciona a promover a formação de novos centros. Surgem assim duas tendências:

- a) à centralidade, através dos distintos modos de produção, das diferentes relações de produção, da tendência que vai atualmente, até o centro decisional, encarnação do Estado, com todos os seus perigos;
- b) à policentralidade, à oniscapitalidade, à ruptura do centro, à disseminação, tendência que se orienta seja para a constituição de centros diferentes (ainda que análogos eventualmente complementares), seja para a dispersão e para a segregação (LEFÈBVRE, 1999, p.112-113).

No estudo que realizou sobre a geração de viagens como variável para identificação e definição de subcentros, para efeito de planejamento de transportes, Kneib (2008, p.23) apresentou algumas definições para policentralidade, baseadas em autores que ela estudou. Assim, considera-se que a policentralidade pode ser entendida como sendo áreas com “múltiplos subcentros”, ou que a policentralidade ou multinucleação pode ser entendida como a “estrutura espacial que inclui um ou mais nós econômicos especializados, além do CDB”.

Do mesmo modo, Lopez (Apud KNEIB, 2006, p.23) considera policentrismo, ou multinucleação, como o processo no qual:

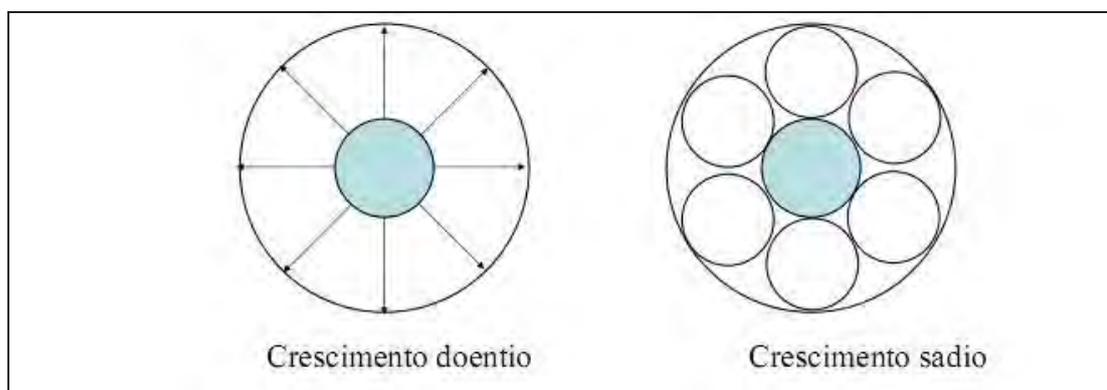
[...] uma cidade altera, paulatinamente, sua estrutura espacial, antes caracterizada pela existência de um único centro de emprego, para uma nova estrutura, na qual coexistam vários centros de emprego de mesma, ou de diferentes ordens hierárquicas.

Da mesma forma, Ferrari (1979, p.299), analisando uma proposta de organização espacial para as cidades, a luz do planejamento urbana destaca que:

A partir de meados da década de 30(sic) os planejadores urbanos, pretendendo restituir à cidade os grupos primários, imaginaram fazer dela um somatório de pequenas comunidades criadas à base da ideia de vizinhança. Surge a cidade polinucleada, que imitando o crescimento dos tecidos vivos, sadios, deve crescer sempre pela agregação de novas células (novos núcleos urbanos) e não pela inchação ou crescimento ilimitado de um única célula original.

Assim, o modelo de organização espacial, imaginado pelos planejadores urbanos na década de 1930 encontra-se representado pela figura 02.

Figura 02. Modelo proposto de organização espacial, 1930.



Fonte: Ferrari, 1979.

Observa-se, portanto, que já existia uma preocupação, por parte dos planejadores urbanos daquela época, em propor uma estrutura urbana que, do ponto

funcional, representasse uma otimização do espaço. Esta condição podia ser adquirida com o “crescimento sadio”, ou seja, aquele que corresponde a uma estrutura polinucleada.

A cidade polinucleada dá ao planejamento urbano uma escala humana, dificilmente encontrável sem ela. Tudo se passa como se o homem, ao longo de sua formação física e intelectual, encontrasse, em determinadas faixas etárias de sua vida, a proteção ao desenvolvimento plano, estrutura e equipamentos urbanos adequados (FERRARI, 1979, p.309).

Por esse entendimento faz-se necessário, no estudo da policentralidade, identificar e definir, na verdade, as novas áreas de centralidades e, com isso, caracterizar um desdobramento da centralidade urbana, implicando numa reestruturação urbana. Porém, como afirma Villaça (2001, p.13):

Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer alteração do espaço urbano, sem maiores preocupações com os elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou reestruturação. É preciso mostrar como as mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos.

A seguir, portanto, fazemos um estudo sobre a formação do espaço urbano de Teresina, desde os aspectos históricos da origem dessa cidade, na perspectiva de melhor compreender o seu espaço urbano e, com isso, entender se e como ocorre o fenômeno da descentralização urbana para, dessa forma, verificarmos a ocorrência do começo da policentralidade.

Pretende-se, com isso, dentro de uma compreensão histórica, buscar elementos que permitem identificar o processo de formação do espaço urbano de Teresina, no contexto de que, com o crescimento deste, começa ocorrer uma dispersão e, por conseguinte, uma descentralização territorial que implica numa centralização. É nesta dinâmica urbana que apontamos o começo da ocorrência de uma policentralidade em Teresina-PI, como expressão de um processo de caracteriza uma reestruturação.

CAPÍTULO II

ORIGEM E FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE TERESINA

Neste capítulo faz-se uma revisitação histórica da formação territorial de Teresina e a espacialização de algumas de suas características socioespaciais recentes, em um esforço para compreender a dinâmica da produção deste espaço e a sua organização atual.

Para tanto, contextualiza-se, de início, a cidade de Teresina dentro da atual estrutura urbana brasileira, de acordo com o IBGE (2007). Em seguida, busca-se traçar, mesmo que de forma sintética, a trajetória histórica da formação de Teresina, identificando as causas que deram origem à formação desta cidade, o papel dos principais agentes produtores e consumidores do espaço, a evolução populacional, além da estrutura econômica.

2.1. Teresina no contexto da rede urbana brasileira.

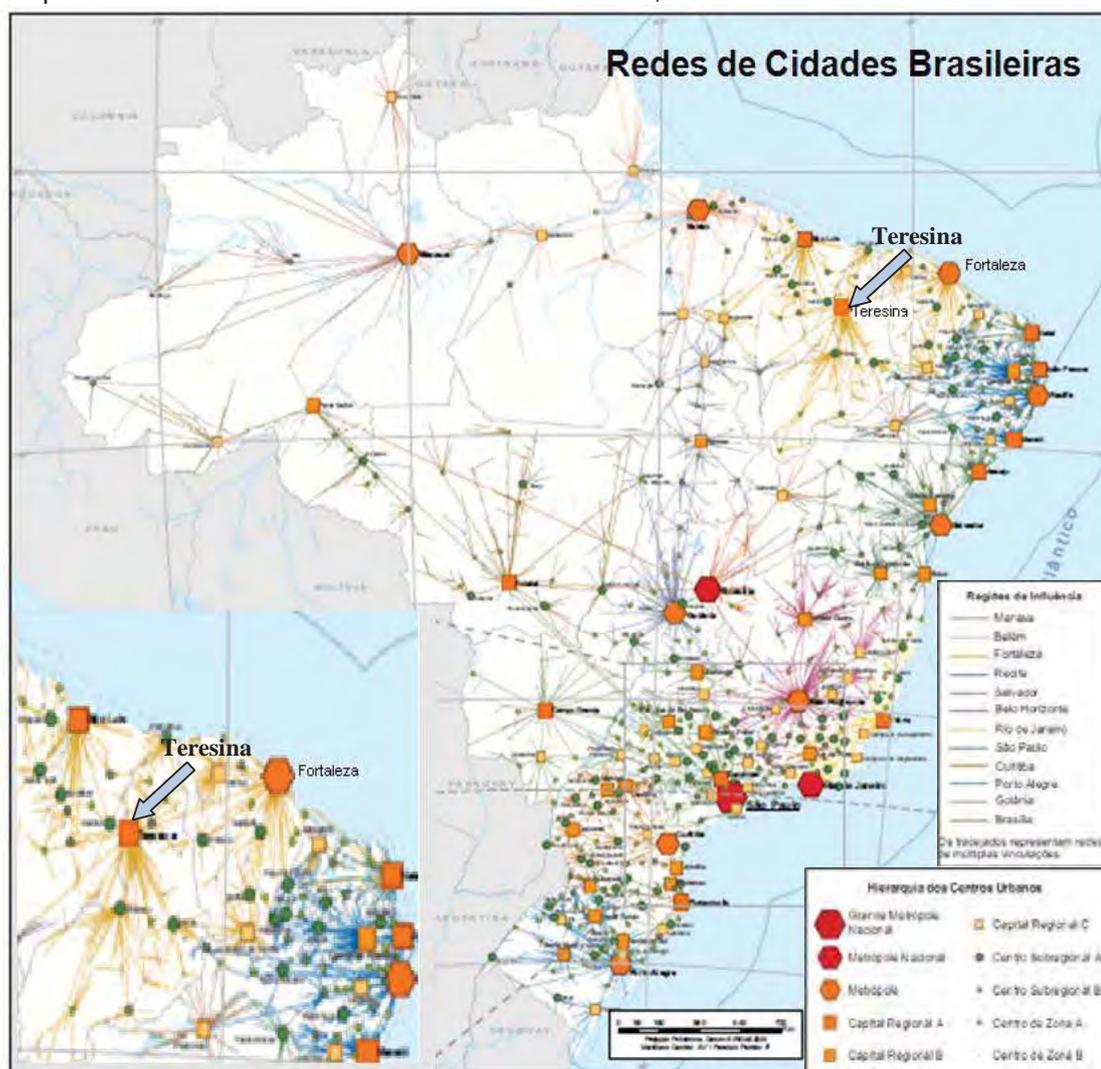
De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007), a Rede Urbana Brasileira (mapa 02) foi classificada em cinco níveis, contendo as seguintes formas: Metrôpoles, Capital Regional, Centro Sub-Regional, Centro de Zona e Centro Local.

O primeiro nível dessa Rede é ocupado pelas metrôpoles, em um total de doze (São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Manaus e Fortaleza) que se “caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta” (p.11).

Do mesmo modo, o segundo nível corresponde a “Capital Regional”, em um total de setenta. Caracterizam-se em função capacidade de gestão que, neste caso, estabelecem-se no nível imediatamente inferior ao das metrôpoles. As cidades desta categoria “têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios” (p.11). Para os propósitos estabelecidos neste trabalho, interessa-nos apenas estes dois primeiros níveis. O primeiro, por representar a maior fonte de referências para estudos sobre a organização espacial cidades. O segundo, por ser a categoria da cidade de

Teresina-PI, objeto de análise neste trabalho. Com relação aos demais níveis hierárquicos fica o registro como apontamentos para outros estudos.

Mapa 02. Teresina na Rede de Cidades Brasileira, 2007.



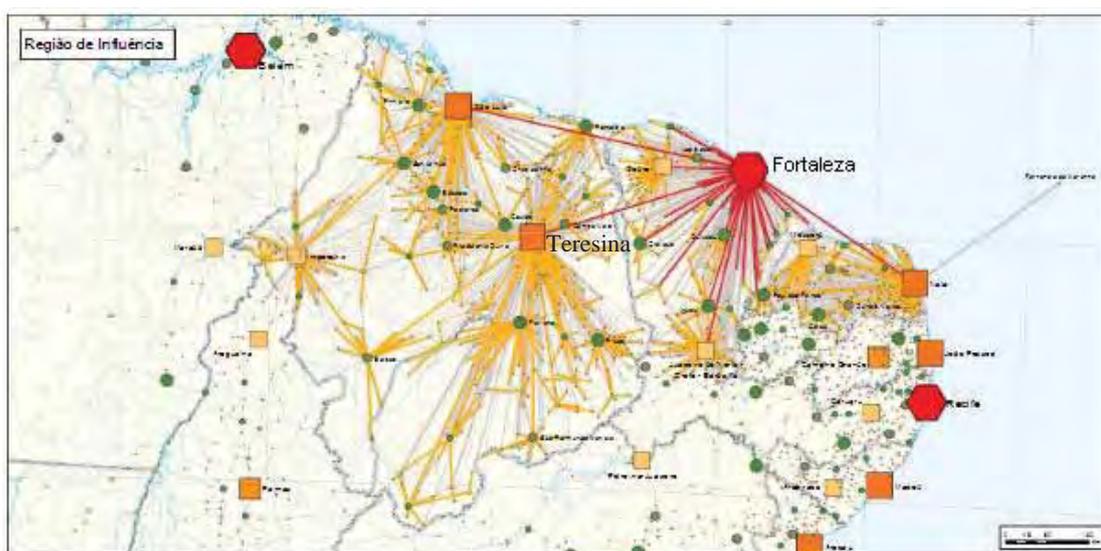
Fonte: IBGE: Regiões de Influência das Cidades, 2007.

Portanto, o que IBGE (2007, p.11) considerou para classificar esta Rede foram elementos como a “função de gestão do território, avaliando níveis de centralidade do Poder Executivo e do Judiciário no nível federal, e de centralidade empresarial, bem como a presença de diferentes equipamentos e serviços”. Dessa maneira, constata-se que a centralidade exercida pelas cidades que compõem cada Região de Influência, baseia-se em informações de dependência administrativa, no caso da gestão federal, e de localização das sedes e filiais de empresas, para

estabelecer a gestão empresarial e ainda, oferta de serviços vinculados a ensino superior, saúde, etc.

Dessa forma, a cidade de Teresina-PI liga-se ao nível hierárquico superior na Rede de Cidades Brasileiras através da região de influência de Fortaleza-CE, conforme aponta o mapa 03. Como se disse anteriormente, esta cidade faz parte do primeiro nível dessa Rede, sendo uma das doze metrópoles que a compõem.

Mapa 03. Região de Influência de Fortaleza na Rede de Cidades Brasileiras, 2007.



Fonte: IBGE: Regiões de Influência das Cidades, 2007.

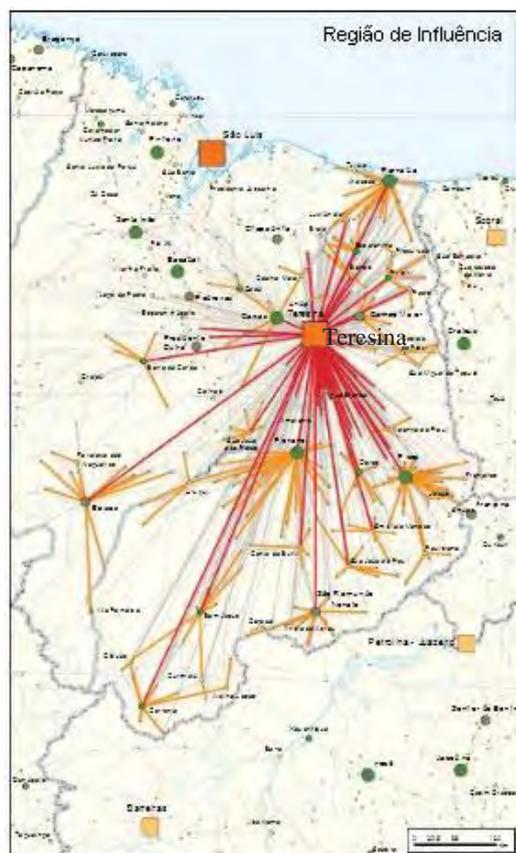
Do mesmo modo, como se pode observar pelo mapa 03, a Região de Influência de Fortaleza, abrange os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Compartilha, ainda, com Região de Influência de Recife-PE, uma parte da área do Rio Grande do Norte. Sendo assim, fazem parte dessa Região, no segundo nível hierárquico, as cidades de Natal/RN, Teresina/PI e São Luís/MA, como Capital Regional.

Dessa maneira, a classificação da cidade de Teresina-PI, dentro da Rede de Cidades Brasileiras, é do tipo de Capital Regional, ou seja, aquela categoria que, como se mencionou, tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios.

Sendo assim, o mapa 04 apresenta a área de abrangência de Teresina-PI que, como se pode observar, trata-se de todo o estado do Piauí e parte do Maranhão. Dessa forma, com a função de capital do estado do Piauí, concentra as

principais atividades administrativas além de dispor de vários serviços como ensino superior, saúde, lazer, comércio

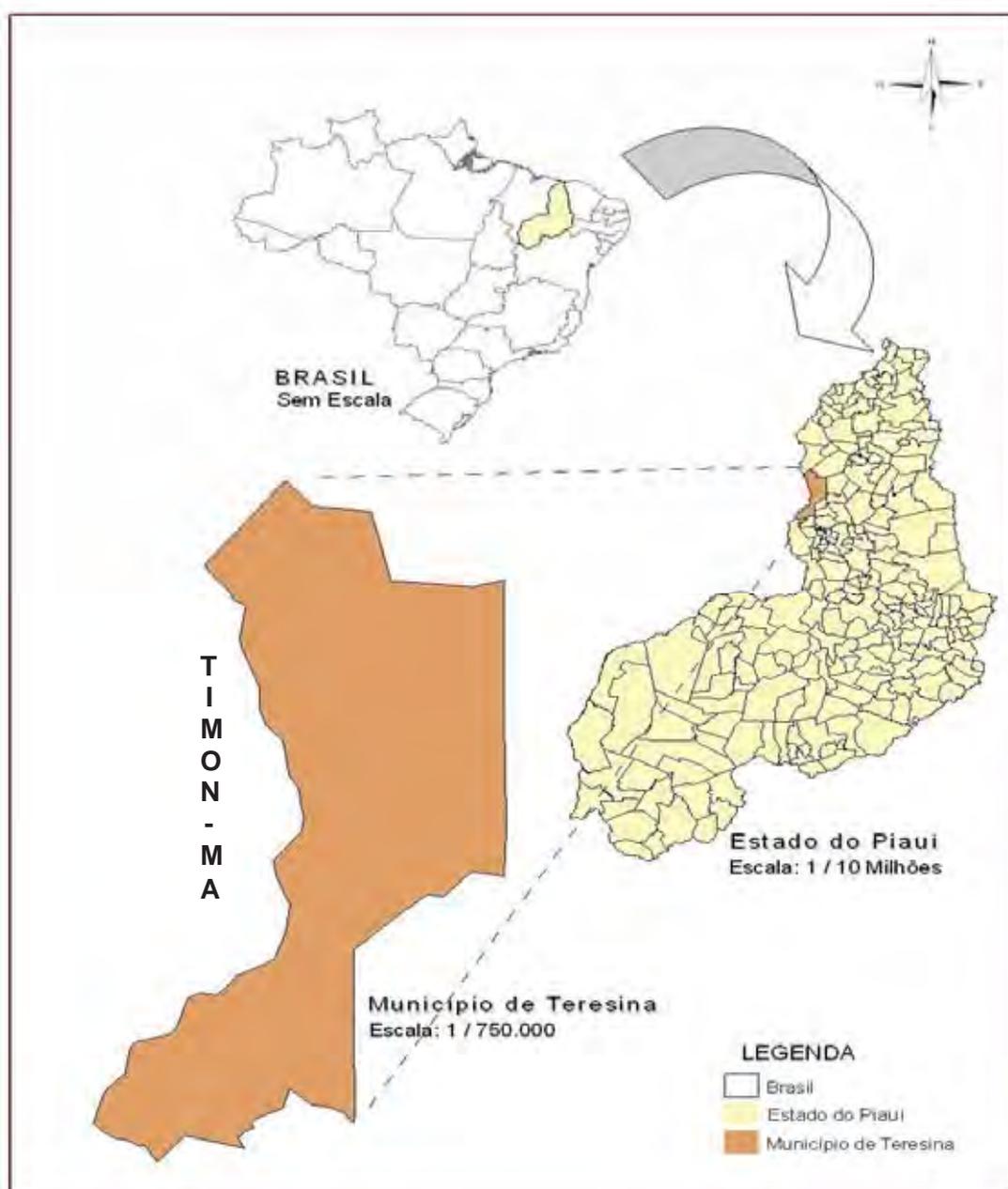
Mapa 04. Região de Influência de Teresina na Rede de Cidades Brasileiras, 2007.



Fonte: IBGE: Regiões de Influência das Cidades, 2007.

Localizada na região conhecida como “Meio Norte”, por caracterizar uma região de transição entre a Amazônia Legal e o Sertão nordestino, a cidade de Teresina limita-se com o estado do Maranhão, através da cidade de Timon (mapa 05), possuindo uma área de 1.343km². A zona urbana ocupa uma área equivalente a 242 km² correspondente a aproximadamente 15% da área total do município.

Mapa 05. Localização geográfica de Teresina, 2010.



Fonte: Elaborado por: Lima, P.H.G. de, 2010.

2.2. Aspectos históricos da formação de Teresina

A estrutura produtiva brasileira, desde o período colonial até 1930, centrou sua atividade econômica na produção de produtos primários. Durante esse período, houve três grandes ciclos de produção no Brasil – o da cana-de-açúcar, o do ouro e o do café – que, ao lado de outros sistemas produtivos de menor expressão, buscaram, fundamentalmente, suprir o mercado externo.

A situação econômica da província do Piauí, no período que antecede a fundação de Teresina, não produzia riqueza que despertasse interesse para o mercado internacional. Dessa forma, o desenvolvimento da economia do Piauí deu-se no âmbito regional e através da pecuária extensiva, tendo em vista que a carne para alimentação das pessoas que viviam nos engenhos passou a ter importância comercial.

Deve-se observar, no entanto que do ponto de vista do interesse da economia nacional, a pecuária, quando se inicia no Piauí, era uma atividade secundária, já que o interesse maior ainda era a economia açucareira. De início, a pecuária se realizava em conjunto com a cana-de-açúcar, que sendo o produto nobre, no momento em que precisa se expandir vai se dissociando e empurrando a pecuária para o sertão; quando esta chega ao Piauí, a economia da cana-de-açúcar já estava em decadência (BRAZ, 2007, p.6).

Naquele período, a capital da província do Piauí era a cidade de Oeiras, localizada na região centro-sul da província. Nesta mesma época, a cidade de Caxias, no Maranhão, apresentava-se como o principal centro comercial da região e mantinha fortes ligações comerciais com a cidade de Parnaíba, no extremo norte do Piauí, favorecida pela navegabilidade do rio Parnaíba, que até então se constituía no principal meio de ligação entre estas cidades.

Por sua vez, a então capital da província do Piauí, Oeiras, por estar localizada na região centro-sul do Piauí e, portanto, distante do rio Parnaíba, não apresentava condições de concorrer comercialmente com a cidade de Caxias, justamente pela distância em relação ao rio Parnaíba. Esta situação despertou interesses dos dirigentes da província em mudar a capital para outro local que favorecesse o desenvolvimento da província, tendo como meio a navegabilidade do rio Parnaíba.

Segundo Abreu (1983, p.5):

[...] situada em terras pouco férteis e distante do principal escoadouro natural do território piauiense – o rio Parnaíba – não correspondia mais às necessidades exigidas para uma cidade – capital, cuja administração tinha expectativas diferentes com relação ao papel que um centro urbano de tal porte deveria desempenhar no contexto considerado. Com população pobre, sem maiores perspectivas do que gravitar em torno do decadente comércio do gado – reflexo da situação econômica porque passava a província – Oeiras encontrava-se em franco processo de estagnação, processo este que se reproduzia igualmente na maioria dos pequenos núcleos urbanos piauienses.

Diante disso, fazia-se necessária a mudança da capital para um novo local, dadas as limitações geográficas de Oeiras, considerando que o processo de desenvolvimento da província do Piauí, acreditava-se, passava pelo aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba. Com isso, a motivação para a mudança da capital de Oeiras para outro local esperava-se que, além das funções administrativas, houvesse uma redefinição econômica e administrativa da província e, com isso, reanimar a economia piauiense, com base na utilização da navegação do rio Parnaíba que, desse modo, passaria a ser a rota de transportes para ligação com a cidade de Parnaíba, desbancando, dessa forma, o comércio que a cidade de Caxias no Maranhão mantinha na região (figura 03).

Figura 03. Localização das cidades de Oeiras/PI, Caxias/MA, Parnaíba/PI e Teresina/PI, 2011.



Fonte: www.ibge.gov.br/cidades
Elaborado, Lima P.H.G. 2010.

Desse modo, restava, pois, a transferência da capital para um local estratégico, que atendesse a estes propósitos. Assim sendo, no dia 30 de outubro de 1850, o Presidente da Província do Piauí, Conselheiro José Antonio Saraiva, fez uma visita à Vila do Poti, situada à margem do rio com o mesmo nome, que pouco adiante da vila faz encontro com o rio Parnaíba.

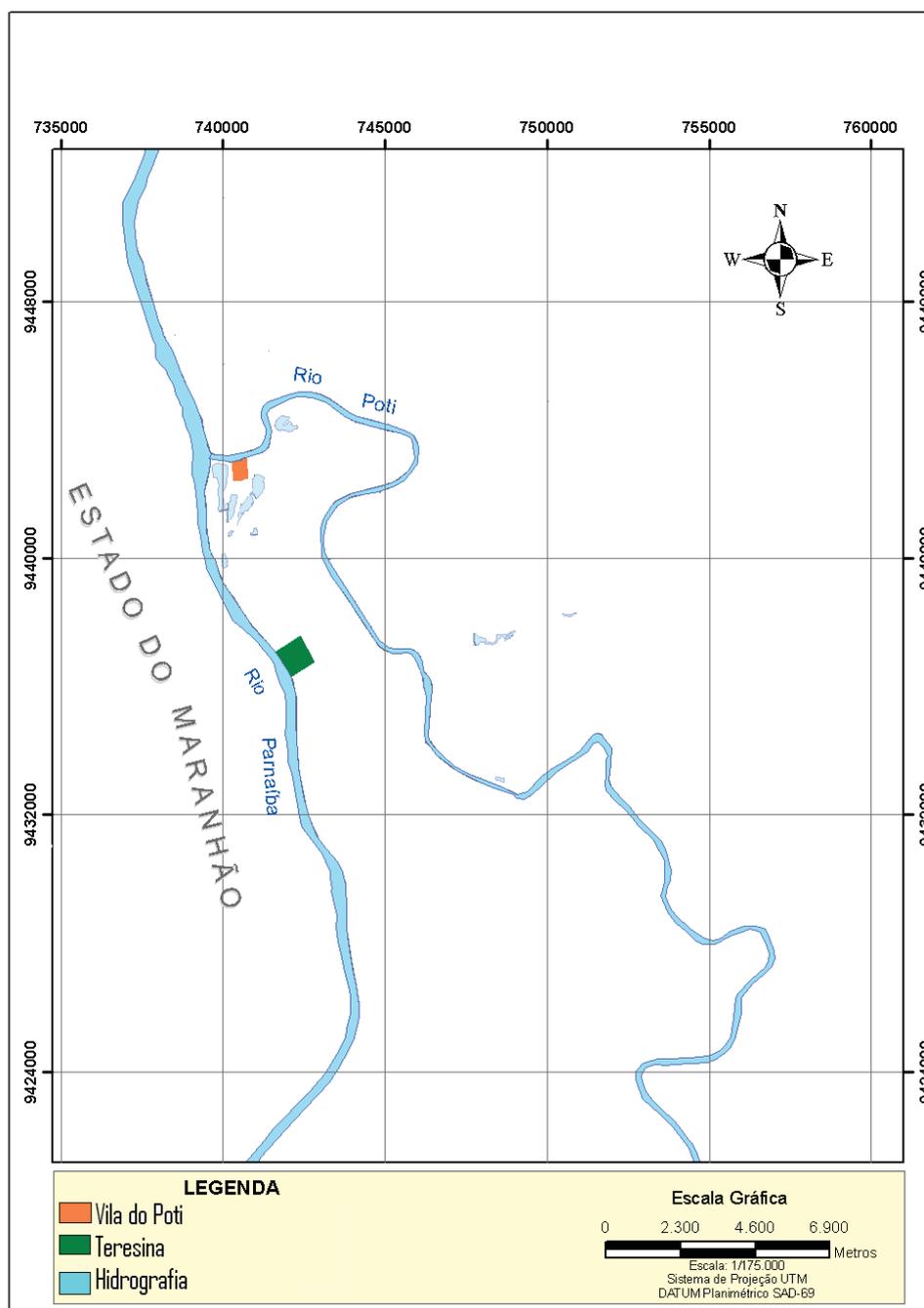
De acordo com Chaves (1952, p.16):

As suas inundações periódicas, aumentadas pelo retrocesso de suas águas, quando o Parnaíba as não recebe com facilidade, têm arruinado a maior parte daquela vila, cujas edificações quase que cessaram e cujo comércio tem diminuído na razão dessa desanimação proveniente das inundações.

Assim, o local para a instalação da cidade não foi a Vila do Poti, mas uma região conhecida como “chapada do corisco”, na data covas (mapa 06). Definido o local para implantação da nova cidade, a atuação do Presidente da Província

centrou-se noutra questão: vencer as resistências dos que eram contra a mudança da capital. Nesse intento, buscou-se formar uma base sólida de aliados no campo do legislativo, de modo que conseguiu eleger o maior número de aliados favoráveis à mudança da capital.

Mapa 06. Indicação da localização da Vila do Poti e Teresina, 1852.



Fonte: Chaves, 1952.

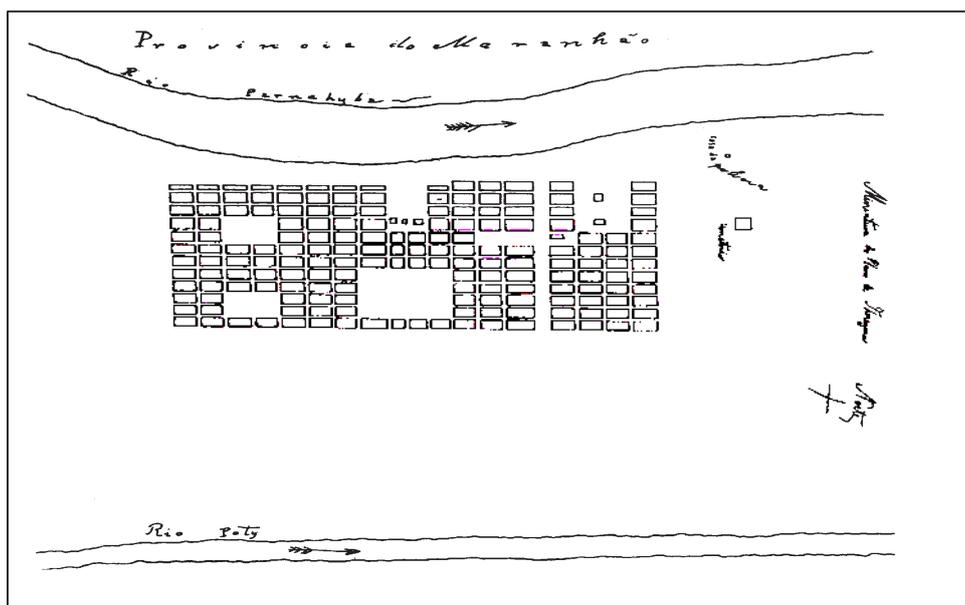
Elaborado por: Lima, P.H.G. 2010.

Com isso, em 16 de agosto de 1852, o presidente da província do Piauí fez um comunicado a todos os governantes das demais províncias sobre a mudança da capital de Oeiras para Teresina e, dessa forma, esta data passou a ser considerada, oficialmente, como a da fundação da cidade de Teresina, a nova capital da província do Piauí. Considerando, pois, esses fatos introdutórios sobre o histórico da fundação de Teresina, procura-se compreender, a partir de agora, como se dá a formação do seu espaço, na perspectiva de entender o momento atual.

Inicialmente, o espaço delimitado do perímetro urbano da cidade compreendia uma extensão de um quarto de léguas (1.500 m), para Norte e para Sul, tendo como marco de partida a Igreja do Amparo. No sentido Oeste-Leste, a área compreendia o espaço entre os rios Parnaíba e Poti. Por essa concepção inicial, o perímetro urbano da cidade compreendia uma área de 43km².

Teresina teve, então, na sua origem, seu traçado urbano na forma de um tabuleiro de xadrez (figura 04), no qual se definiram a estruturação do sistema viário e o zoneamento urbano, baseados na localização das instituições públicas, de padrões residenciais, das atividades do comércio e até das atividades de serviços de caráter especial, como asilos, cemitérios e cadeia pública.

Figura 04. Primeiro Traçado Urbano de Teresina, 1852.



Fonte: Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico do Piauí. Consulta, 2010.

Observa-se, portanto, que o traçado original da cidade seguia formas geométricas regulares, com suas ruas paralelas. Segundo Araújo (1993, p. 33), desta maneira as ruas e praças ficavam alinhadas, o que as tornava mais abertas à circulação das pessoas, policiais e mercadorias, deixando-as mais visíveis para a observação dos “olhares do poder”, ou seja, permitiam um controle do espaço.

Nos primeiros momentos da ocupação da cidade, previa-se seu crescimento na direção Oeste/Leste, ou seja, a área compreendida entre os rios Parnaíba e Poti. Este modelo de crescimento urbano, porém, não se verificou e a localização dos equipamentos urbanos, que foram sendo construídos, distribuíam-se no sentido Norte-Sul.

Assim é que, a centralização da Igreja Matriz (Nossa Senhora do Amparo), concluída em 1854; a construção do Mercado Público, na área central (concluído em 1860); o Cemitério São José (1862), na zona norte; a conclusão da Igreja Nossa Senhora das Dores (1864), no sentido sul, além do comércio estabelecido com a antiga vila do Poti, na zona norte, condicionaram o vetor do crescimento da cidade no sentido norte-sul.

2.3. Evolução populacional de Teresina: 1872 a 2010.

Como apontado anteriormente, a fundação de Teresina tinha, entre outros propósitos, reanimar a economia da província do Piauí. Segundo Abreu (1983, p.8), “pouquíssimas e lentas foram as transformações concretizadas com a mudança da capital, desde sua instalação até o final do século XIX”. Este fato pode ser analisado tendo como referência a evolução populacional de Teresina. Neste caso, com base em dados de vários censos, pode-se acompanhar esse processo evolutivo. Para tanto, a tabela 01 apresenta dados que expressam a evolução populacional de Teresina, considerando o primeiro Censo, de 1872, até 2010.

Tabela 01. Evolução Populacional de Teresina 1872 a 2010.

ANOS	POPULAÇÃO DE TERESINA: 1872 A 2010				
	TOTAL	URBANA		RURAL	
		N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
1872	21.692	-		-	
1890	31.523	-		-	
1900	45.316	-		-	
1920	57.500	-		-	
1940	67.641	-		-	
1950	90.723	-		-	
1960	142.691	98.329	68,91%	44.362	31,09%
1970	220.520	181.071	82,11%	39.449	17,89%
1980	377.774	339.042	89,75%	38.732	10,25%
1991	599.272	556.911	92,93%	42.361	7,07%
1996	655.473	613.767	93,64%	41.706	6,36%
2000	714.318	676.596	94,72%	37.722	5,28%
2007	779.939	735.164	94,26%	44.775	5,74%
2010	814.439	767.557	94,26%	46.230	5,74%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (diversos).

Elaborado por: Lima, P.H.G de, 2011.

Os fatos relatados em Abreu (1983), sobre os momentos iniciais da criação de Teresina, apontam que quase oito mil pessoas já viviam na cidade no ano de 1854. Entretanto,

Sua estrutura interna se organizava, abriam-se e nomeavam-se ruas. Em termos sanitários a situação era precária: grassavam doenças e era quase nula a assistência hospitalar (...). A vida cultural era limitada. Surgiam, apesar de tudo, estabelecimento de ensino. (...). O comércio local – lojas de miudezas e variedades, armazéns de mantimentos, mercearias – progrediu de 1850 a 1860, tendo decaído após a grande seca de 1870 (ABREU, 1983, p.7).

De acordo com o primeiro censo brasileiro, chamado de “Recenseamento da População do Império do Brasil”, realizado em 1872, a população em Teresina era de 21.692 habitantes (tabela 01). Sem uma base econômica que impulsionasse o desenvolvimento do Estado e, por conseguinte, de Teresina, a cidade foi aumentando seu contingente populacional de forma lenta.

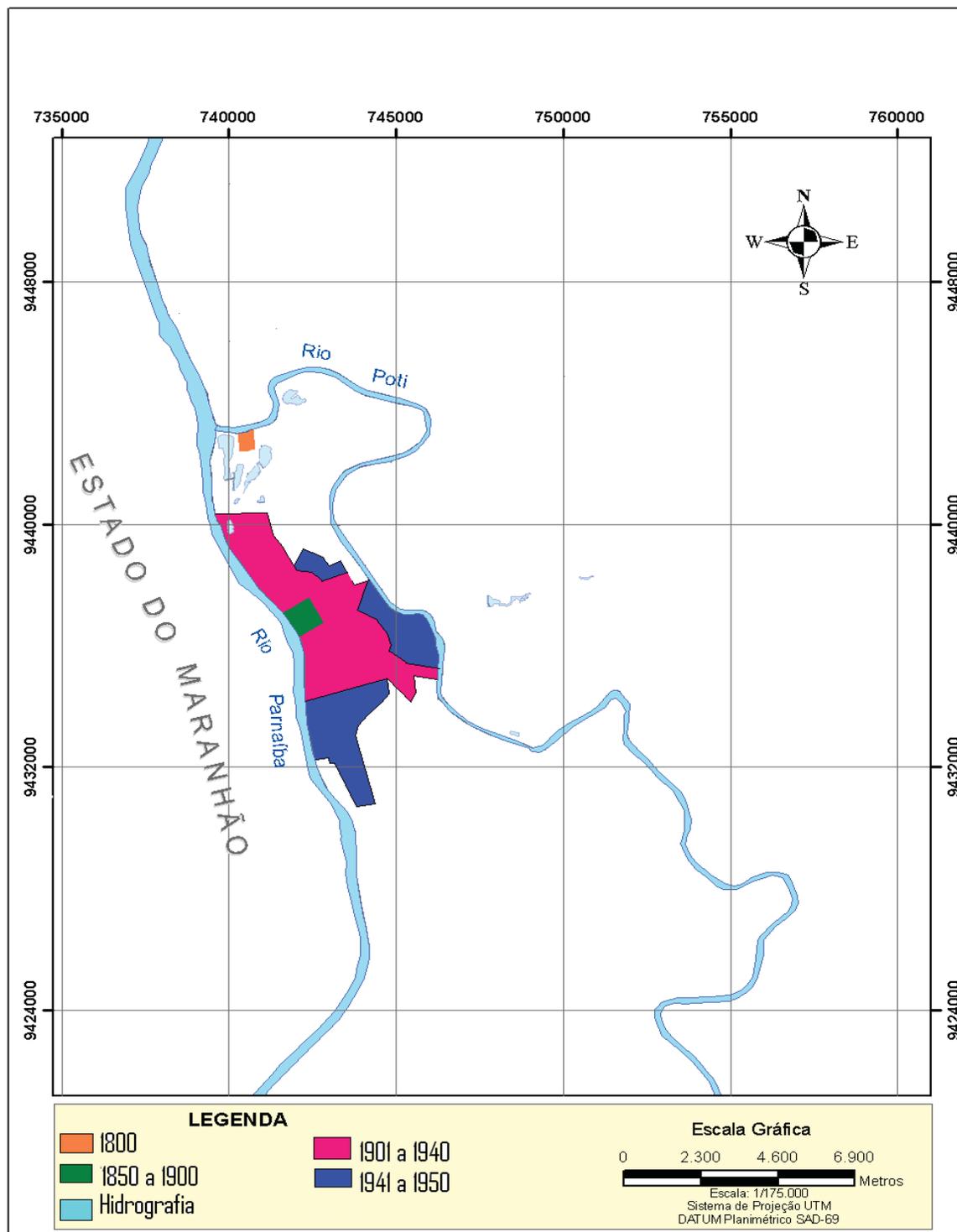
O Boletim Estatístico do Piauí (1941, p. 41), no período que vai de 1920 a 1938, Teresina apresentava atividades comerciais bastante heterogêneas, constituindo-se de: 02 fábricas de gelo, 01 cooperativa de leite e derivados; 01 fábrica de colorante, massas alimentícias; 01 fábrica de cigarros; 01 cerâmica e serraria; 01 oficina mecânica e funilaria; 03 fábricas de bebidas artificiais; 01 fábrica de móveis; 01 fábrica de extração de óleo vegetal; 01 padaria e panificação; 01 fábrica de torrefação e moagem de café; 02 usinas de açúcar situadas nos povoados de Livramento e Brejo.

Por outro lado, no Brasil, a partir de 1940, inicia-se um processo de concentração da população nas regiões metropolitanas, e mesmo nas cidades brasileiras de porte médio. Este processo vai se intensificar a partir dos anos 1940, quando teve início uma concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores, decorrente de um processo de reestruturação da base produtiva brasileira, saindo do campo para bases urbanas. Neste sentido, Santos (2008a, p.30), considera que:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece (...) Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado nas cidades médias e maiores, incluídas naturalmente as capitais de estados.

Pode-se observar, do ponto de vista de atividades capazes de gerar atrativos para ocupação espacial, notadamente as vinculadas a industrialização, que a base produtiva de Teresina-PI, no período de 1920 a 1938 é formada, basicamente, por atividades que não foram capazes de gerar uma atração populacional que pudesse expressar uma maior ocupação do espaço urbano. Este fato pode ser observado (mapa 07) que representa uma mancha da urbanização da cidade até o período de 1950. Naquele período, a população de Teresina correspondia a 90.723 habitantes. Portanto, do ponto de vista da formação do espaço urbano.

Mapa 07. Mancha urbana de Teresina-PI, em 1950.



Fonte: P.E.T. Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, 1976.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Enquanto isso, o processo de urbanização brasileira tornava-se cada vez mais acelerado, desencadeando uma marcha de trabalhadores do campo em direção às grandes cidades, devido, dentre outros fatores, a uma onda de desemprego no campo, como consequência, também, do aumento da concentração fundiária. Desse modo, as pessoas que chegam à cidade, fugindo dessa situação, vão se caracterizar, de modo geral, como uma mão-de-obra desqualificada nas cidades. Este processo se intensificou a partir da década de 1960, havendo uma migração muito grande em direção às metrópoles como São Paulo e o Rio de Janeiro.

Por conta dessa migração do campo para as cidades, a urbanização se intensificou. Cidades cresceram de maneira aparentemente desordenada, a maioria com planejamento inadequado ou sem planejamento, e as pessoas que chegavam às cidades geralmente não tinham condições de morar em um local urbanizado e com acesso aos bens de consumo coletivo. Como alternativa, surgiam para essas pessoas ocupações irregulares ou os cortiços.

Com isso, áreas pouco atrativas, inexploradas, ou áreas não ocupadas dentro de loteamentos já constituídos começaram a ser ocupadas, solucionando momentaneamente os problemas de moradia dessas pessoas. Contudo, isso gerou em várias cidades uma descontinuidade da malha urbana, uma distribuição e um acesso muito desigual dos bens de consumo coletivo nas cidades.

O fenômeno da urbanização também se reproduziu em Teresina, embora em moldes e tempos distintos, ocasionado não por uma mecanização agrícola e, por conseguinte, novas relações de trabalho que se estabeleciam no campo, mas, sobretudo, por fatores de ordem natural, tais como as secas, fenômenos constantes na região, o que obrigava as famílias do campo a migrarem para os grandes centros urbanos, fugindo das consequências desse fenômeno.

Por ser o principal centro urbano do Estado do Piauí, e um dos principais da região, Teresina concentra as principais atividades econômicas ligadas ao comércio e serviços. Em razão dessas características socioeconômicas, Teresina tornou-se um importante centro de migração, principalmente de famílias de baixa renda, provenientes geralmente do interior do Estado, vindas, como já foi dito, fugindo das secas. Esse fato pode explicar, por exemplo, a grande quantidade de Vilas e

Favelas surgidas em Teresina. Abordar-se-á este item adiante, quando se tratar dos agentes sociais excluídos, como produtores e consumidores do espaço urbano.

Neste item estabelecer-se-á algumas relações com o processo de evolução da população de Teresina, dentro de um contexto histórico em que houve significativas mudanças na estrutura produtiva brasileira, as quais refletiram na formação de Teresina. Sendo o principal centro urbano do Estado, concentrando as principais atividades de comércio, serviços e administração a cidade tornou-se um atrativo para pessoas que buscam melhores oportunidades, além de refúgio para aqueles que fogem das intempéries naturais, causadas pelas secas que acometem o estado do Piauí e a Região Nordeste, de um modo geral.

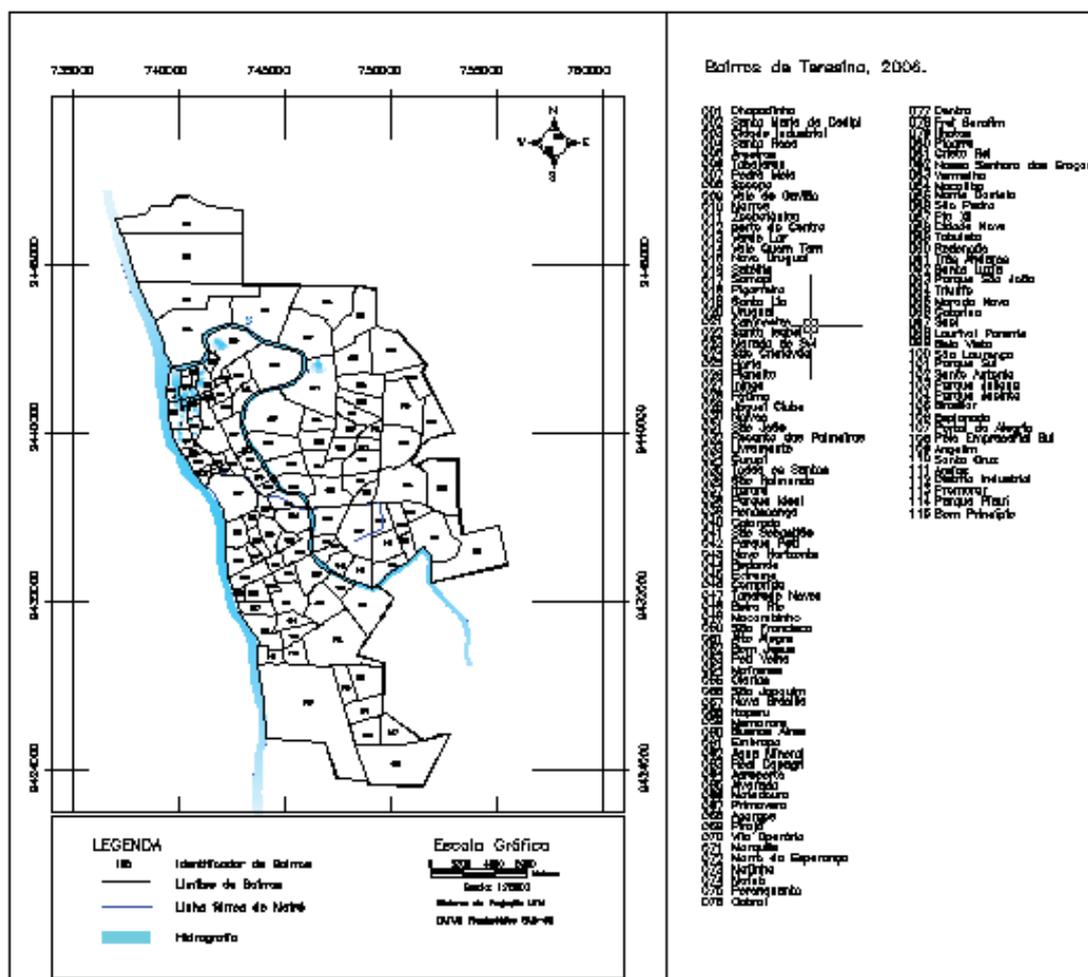
A capital é o grande pólo de atração do Estado. O governo estadual, as prefeituras e o governo federal concentram suas compras na capital. (...) As populações do interior do Piauí também de grande parte do Maranhão convergem para Teresina, que tem um comércio atuante, tanto no segmento varejista como no atacadista. No setor de serviços, vários segmentos se constituem em fator de atração. Merece destaque o setor médico, que tem se desenvolvido bastante (TAJRA & TAJRA FILHO, 1996, p. 153).

Cabe destacar que, nos últimos quarenta anos, a população de Teresina passou de pouco mais de 220 mil, em 1970, para cerca de 814 mil habitantes, em 2010. Isso representa quase quatro vezes mais. Nesse contingente populacional, cabe ressaltar que, além da reprodução social, houve também uma migração composta por pessoas de baixa renda. Esse fato está expresso no espaço urbano, que é formado por vários conjuntos habitacionais destinados às classes de baixa renda, por vilas e favelas. Dessa forma, o Estado não consegue atender a todas as demandas/necessidades que esta dinâmica acarreta.

2.4. Produção do espaço urbano de Teresina

O espaço urbano, de maneira particular o capitalista, sendo um produto social, de acordo com Corrêa (1999) é o resultado da ação de diversos agentes sociais, que se desenvolveram ao longo dos tempos, produzindo e consumindo este espaço. No caso de Teresina, o espaço urbano (mapa 08), também expressa a ação desses agentes. O resultado é um permanente processo de reorganização espacial quer seja pela “incorporação de novas áreas, pela densificação do uso do solo em outras, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e a mudança do conteúdo social e econômico de certas áreas da cidade” (CORRÊA, 1999, p.20).

Mapa 08. Divisão de Teresina, em Bairros, 2006.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2006.

Elaborado por: Lima, P.H.G, 2010.

OBD: Mapa disponível na versão impressa, formato A3.

Para Moizez e Martinez-Alier (1978, P.46):

[...] a cidade (ou metrópole) não pode ser vista simplesmente como um reflexo da estrutura econômica, pois ela foi formada – melhor seria dizer construída – como resultado da ação de diferentes atores históricos, cada qual marcando sua intervenção de acordo com os seus interesses próprios. Esses atores foram, fundamentalmente, as classes dominantes, as classes populares e o Estado. As primeiras trataram de se utilizar dos grandes centros urbanos como centros privilegiados de concentração de capital e de força de trabalho. As segundas intervieram como puderam para garantir as condições de sua reprodução no contexto urbano. (...) Finalmente, o Estado agiu para garantir as condições necessárias de coesão social no contexto desses interesses diferenciados, além de suprir as insuficiências da chamada iniciativa privada em alguns setores estratégicos.

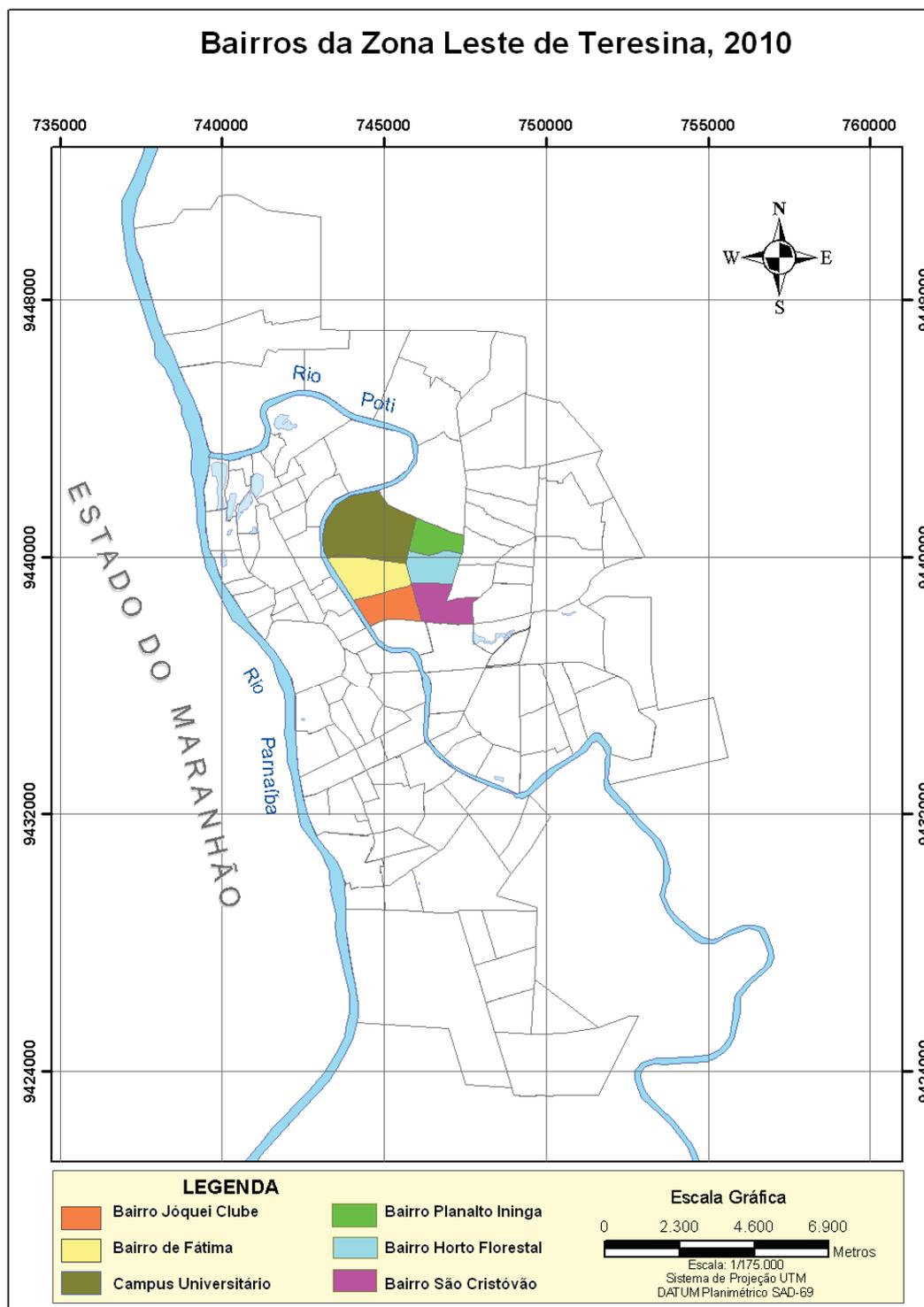
As ações desses agentes sociais ocorrem, sobretudo, nos mercados fundiário e imobiliário. Com efeito, o estudo do mercado fundiário em Teresina é um desafio, pela carência e/ou inexistência de trabalhos abordando o assunto. Dessa maneira, os estudos sobre o tema apresentam-se fragmentados, ou seja, são enfoques pontuais em tempos mais recentes.

Nesse sentido, o estudo de Abreu (1983), aborda o crescimento da zona leste de Teresina, descrevendo aspectos sobre o início da formação de uma área composta pelos bairros Jóquei Clube, Fátima, Campus Universitário, Planalto Ininga, Esplanada Florestal (atual Horto Florestal) e São Cristóvão (mapa 09).

A possibilidade de ocupação de uma área com alguns atributos de ordem natural, disponível em termos de aproveitamento do solo, privilegiada em termos de acessibilidade, visto que a distância do centro é curta, despertou o interesse das camadas sociais mais elevadas, que viram nesse local a possibilidade da construção de habitações espaçosas e, de certa forma, distantes do crescente congestionamento que começava a aparecer na área central.

Mesmo desprovida de alguma infraestrutura, a área tornou-se objeto de desejo dos que buscavam uma área que lhes possibilitasse imprimir uma imagem diferente das demais áreas da cidade. Essa área viria, futuramente, a se consolidar como “área nobre” da cidade. Dentre os fatores que fortaleceram a ocupação da zona leste de Teresina, tem-se como fundamental a instalação do Campus Universitário da Universidade Federal do Piauí, além da ampliação da Avenida Nossa Senhora de Fátima, que liga a atual Avenida João XXIII ao Campus Universitário, além de outras ruas que foram abertas.

Mapa 09. Bairros da Zona Leste de Teresina, 2010.



Fonte: Abreu, 1983.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Neste trabalho, ela aponta, mesmo que de forma incipiente, alguns sinais desse mercado.

A propriedade da terra nesta área de Teresina restringia-se a, no máximo, umas dez famílias. Com o crescimento interno de Teresina na década de 60, estes proprietários vislumbram a possibilidade de valorizar suas propriedades e, passaram eles próprios a incorporar uma nova atividade às suas outras, tornando-se corretores imobiliários (ABREU, 1983, ps. 73/74).

Outra área localizada na região marginal ao rio Poti, na altura do bairro Frei Serafim, tornou-se uma das áreas principais dos investimentos imobiliários, com a produção de edifícios de apartamentos de luxo, nas décadas de 1980 e 1990. Essa produção foi ocasionada, em parte, pela disponibilidade de terrenos. Segundo Araújo (1993, p. 51):

[...] sabe-se que até o início da década de 1970, sobretudo a parte próxima ao rio (...) não dispunha de um mínimo de infra-estrutura (água, esgoto, pavimentação de ruas etc.), mas, ao mesmo tempo, os terrenos eram conservados nas mãos de uns poucos (já ricos) proprietários, o que propiciou a conservação de grandes áreas. Muitas quadras já contêm um ou dois edifícios, estando o restante vazio, existindo até mesmo quadras inteiras, na parte mais próxima ao rio, completamente vazias.

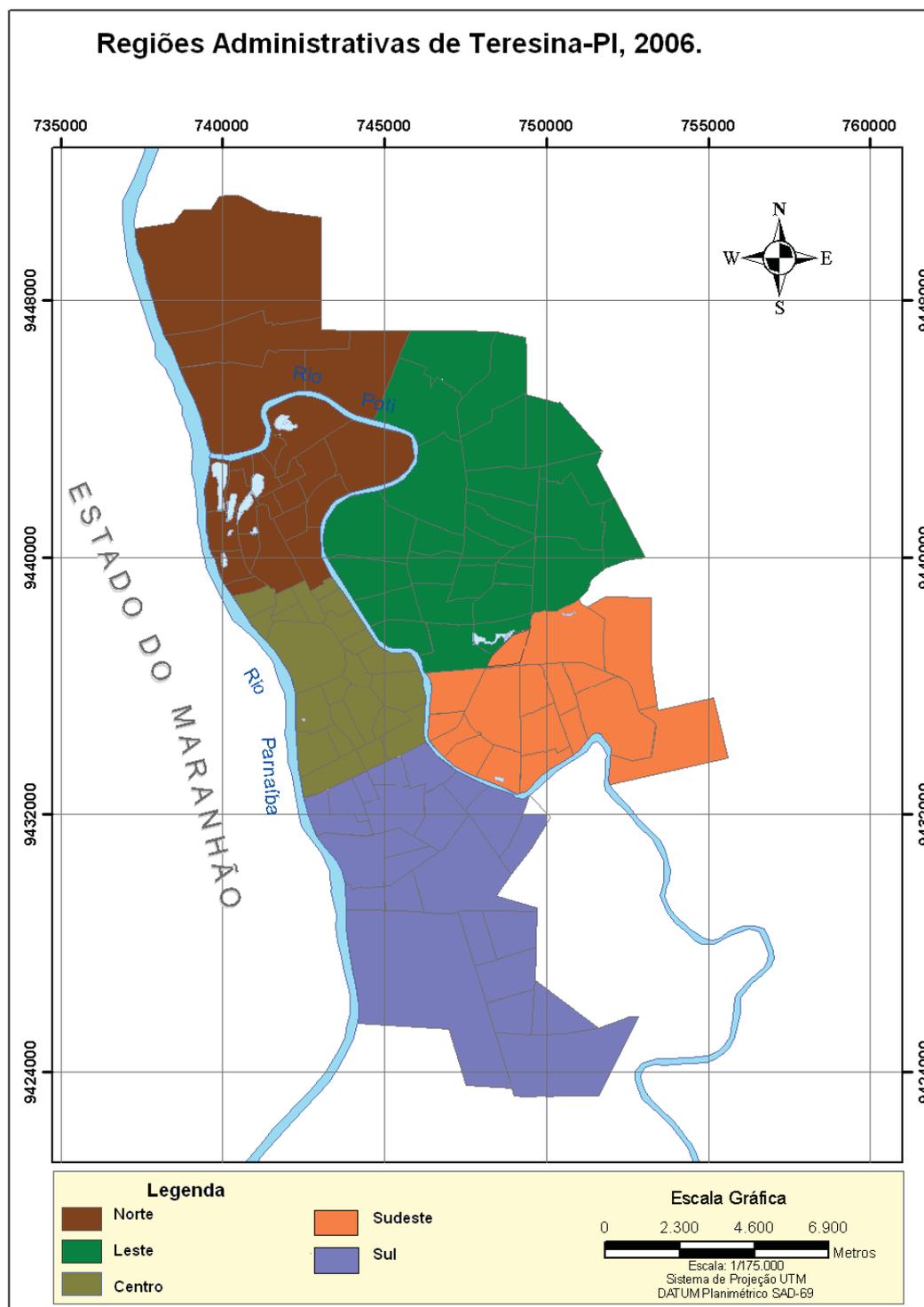
Acompanhar a expansão urbana de Teresina, como forma de identificar a sua ocupação, não é tarefa das mais fáceis, haja vista a dificuldade de obtenção de dados que expressem alguns desses momentos. Como forma de suprir essa deficiência recorreu-se ao trabalho de Façanha (1998) que, através de uma evolução espacial, demonstra, por meio de “manchas urbanas”, os diversos períodos de ocupação desse espaço.

Entre os anos de 1940 a 1950, o espaço urbano de Teresina sofreu algumas transformações espaciais, gerando novas áreas de crescimento na cidade, com destaque especial para as zonas norte e sul. Na zona norte, o crescimento deu-se em direção dos bairros Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro. Em alguns bairros, uma paisagem presente era o contraste entre áreas densamente povoadas e áreas de grandes vazios. Na periferia da área central, desenvolviam-se os bairros Cabral e Ilhotas (MOREIRA, 1979, p.20).

No caso da Zona Sul (Mapa 10), a ocupação foi favorecida, em grande parte, pelas condições da região, que apresenta uma topografia com poucos obstáculos naturais, o que facilitou a sua ocupação. De outra maneira, pela forma indutora do Estado, com a implantação de serviços de infraestrutura, através da aberturas de vias de acesso ao sul do Estado, favorecendo a sua ocupação. Outra ação desenvolvida pelo Estado, que favoreceu a ocupação dessa zona, foi a instalação de

um Distrito Industrial nessa área, o que exigia, certamente, a provisão de infraestruturas para atendê-la (Façanha, 2008).

Mapa 10. Regiões Administrativas de Teresina, 2006.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2006.
Elaborado por: Lima, P.H.G, 2010.

Os agentes que participam do processo de fazer e refazer a cidade, de acordo com Corrêa (1999), são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Assim, analisar-se-á a participação desses agentes na formação do espaço urbano de Teresina.

2.4.1. Os Industriais

Teresina é uma cidade que apresenta um parque industrial relativamente pequeno, conforme demonstrado mais adiante, no item que trata sobre as atividades produtivas. Espacialmente, este fato encontra-se representado nas poucas áreas de uso industrial que compõem a estrutura urbana dessa cidade.

Portanto, como atividade produtiva consumidora e produtora do espaço urbano em Teresina, esses agentes tem uma participação relativamente pequena, pouco significativa, do ponto de vista espacial. Assim, cabe registrar, neste trabalho, somente a existência desses agentes.

2.4.2. Os proprietários fundiários

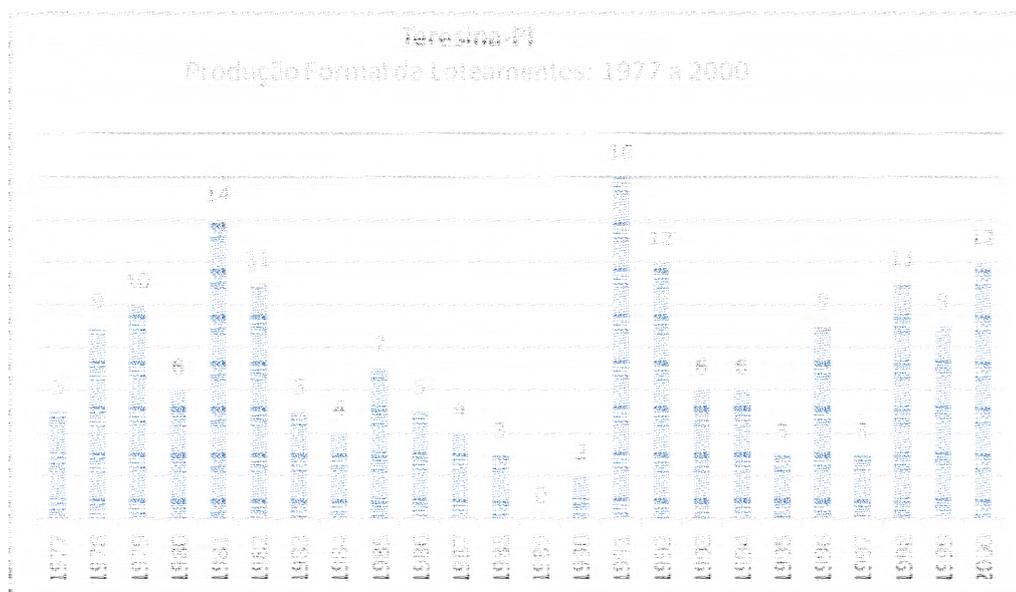
A ação dos proprietários fundiários no processo de formação urbana de Teresina, de acordo com Façanha (1998), está relacionada com o ritmo e a velocidade por que passou o processo de evolução da cidade. Uma forma de identificar a atuação desse agente social foi buscá-lo na produção de loteamentos urbanos. Por outro lado, essa fonte se mostrou incompleta, visto que só se dispunha de informações sobre loteamentos formais a partir de 1977, e, ainda assim, carecendo de maiores informações como: área total loteada, distribuição espacial, loteadores.

Entretanto, como registro da participação desse agente na formação do espaço urbano de Teresina, foi feita uma pesquisa direta junto ao Departamento de Cartografia da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Teresina/PI (gráfico 01), de onde foi possível identificar a produção de loteamentos em Teresina, no período de 1977 a 2000. Estes dados se referem, unicamente, aos loteamentos registrados junto à Prefeitura de Teresina e que tiveram, portanto, Decreto de aprovação.

Dessa forma, os loteamentos clandestinos não fazem parte desses dados, haja vista não dispor de tais informações. Dessa forma, o que se apresenta não expressa a real situação do mercado de terras, na modalidade de loteamentos. A seguir, o gráfico 01, elaborado a partir da identificação de 172 registros de loteamentos, mostra a produção de loteamentos de Teresina, no período de 1977 a 2000.

Como elemento importante na configuração do espaço urbano, a distribuição espacial desses loteamentos possibilita uma leitura sobre o padrão desses empreendimentos, tendo em vista as características socioespaciais da região de implantação.

Gráfico 01. Produção Formal de Loteamentos Urbanos em Teresina, no período de 1977 a 2000.



Fonte: PMT- Departamento de Cartografia da Secretaria Municipal de Planejamento.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2001.

Pelos dados obtidos sobre a participação dos proprietários fundiários, na ação de produção e consumo do espaço urbano, verificou-se que essa atividade estava quase sempre ligada às Imobiliárias, pouco se identificando a ação direta do proprietário neste ramo. Dentre os registros, encontram-se identificados vários loteamentos destinados à construção de conjuntos habitacionais pelo INOCOOP, assim como de financiamentos da Caixa Econômica Federal.

Mesmo não sendo possível precisar a ação direta dos proprietários fundiários na formação do espaço urbano de Teresina, eles acabam participando do processo a partir do momento em que, tendo posse da terra, decidem incorporá-la, por meio do lote, ao tecido urbano. Mesmo quando os proprietários fundiários reservam suas terras, formando os grandes vazios urbanos, eles estão agindo diretamente na produção do espaço urbano.

Pesquisas mais aprofundadas sobre o papel desses agentes devem ser desenvolvidas para, com maior exatidão, ser debatido o real impacto de suas ações no espaço urbano de Teresina.

2.4.3 Os promotores imobiliários

Esse agente social é definido no âmbito do marco jurídico, de acordo com o Art. 29, da Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, segundo o qual:

Considera-se incorporador a pessoa física ou jurídica, comerciante ou não, que mesmo não efetuando a construção, negocia ou efetua a venda das frações ideais do terreno em imóveis que serão construídos, ou em construção, sob o regime de condomínio, ou que aceita simplesmente a proposição de efetuar tais transações, que coordena e que efetua incorporação e ainda que é responsável pela conclusão e entrega do imóvel num determinado prazo, a um certo preço e em condições determinadas (Lei Federal n.º 4.591, de 16/12/1964).

De acordo com Corrêa (1999, p.21), os promotores imobiliários são agentes que realizam, parcial ou totalmente, as operações de *incorporação, financiamento, estudo técnico, construção do imóvel e comercialização* (grifo nosso). Dentre as operações citadas, sem sombra de dúvidas, a incorporação constitui-se na principal delas. É na incorporação que ocorre a realização da gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel. A escolha da localização, o tamanho das unidades e qualidade do prédio são funções da incorporação, assim como a decisão de quem vai construí-lo, fazer a propaganda e a venda das unidades habitacionais.

Dessa maneira, a análise da atuação dos promotores imobiliários, de um modo geral, apresenta certo grau de complexidade, devido ao fato de que:

[...] há desde o proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador, ao comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora, passando pela empresa industrial, que em momento de crise ou ampliação de seus negócios cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária. Grandes bancos e o Estado atuam também como promotores imobiliários (CORRÊA, 1999, p.21).

O papel desse agente na produção do espaço urbano de Teresina é relativamente recente, com resultados expressivos, considerando-se a quantidade de empreendimentos imobiliários produzidos, a partir dos anos de 1996. No entanto, o que vai caracterizar a ação desse agente é a concentração espacial e o alto padrão da produção imobiliária.

Em estudo realizado por Lima (2001), sobre a produção privada de habitações em Teresina, este autor analisou o padrão e a localização espacial dos empreendimentos, configurando a ação dos promotores imobiliários na cidade.

Em seu estudo observou que, ao final dos anos de 1980, Teresina apresentava uma paisagem urbana caracterizada pela horizontalidade de suas habitações. Com relação à verticalização, Lima (2001, p.61) escreve que:

Teresina apresenta uma defasagem temporal com relação ao fenômeno da verticalização urbana, em comparação com outros centros urbanos do país, principalmente com as capitais de Estados. Esse fato começa a mudar a partir de 1984, quando a atividade de promoção imobiliária privada começa a ganhar dimensões de uma atividade crescente, com a produção de edifícios de apartamentos. Até então, Teresina tinha experimentado uma ação tímida nessa modalidade de habitação, além de se apresentar de forma dispersa no espaço urbano. Esse cenário irá modificar-se bastante, apresentando alterações urbanísticas em certas áreas da cidade, com uma grande concentração de edifícios de apartamentos.

A verticalização urbana em Teresina surge como característica dos grupos sociais de maior poder aquisitivo, que é a capacidade de viver onde e como lhes aprouver. Sabe-se que tais grupos, exatamente porque vivem onde querem, procuram locais amenos e afastados do centro da cidade, que se tornam isolados – segregados – com relação a outros grupos sociais. Estabelece-se, portanto, um padrão de vizinhança no qual só se enquadram populações possuidoras de atributos semelhantes, sendo a renda o principal fator discriminante.

Dessa forma, o interesse do capital em qualquer tipo de empreendimento imobiliário que envolve demanda solvável é fácil de ser entendido, uma vez que o mesmo cria condições de gerar lucros, cujo montante dependerá das condições do

mercado que, por sua vez, dependerá do contexto da economia local e também nacional.

Assim, a ação dos promotores imobiliários em Teresina, estudada no período de 1984 a 1999, foi caracterizada por uma produção de alto padrão, concentrada nos bairros Frei Serafim, Jóquei Clube, São Cristóvão, Fátima e Noivos, áreas estas que concentram maior renda em Teresina, conforme será demonstrado mais adiante. Por seu lado, a figura 05 representa uma mostra da paisagem formada por esse tipo de produção espacial. Trata-se do bairro Frei Serafim, localizado às margens do rio Poti.

Figura 05. Vista parcial do bairro Frei Serafim, expressando a ação dos promotores imobiliários em Teresina, 2010.



Fonte: www.skyscrapercity.com. Acessado em 23 de outubro de 2010.

Historicamente, o mercado imobiliário produz novas e modernas formas espaciais para serem oferecidas às classes mais abastadas. Esta forma capitalista de uso do espaço leva à obtenção e o crescimento do lucro. Assim, o bem produzido passa a representar, além da excelência exigida pela demanda nos serviços de moradia, um símbolo de status. Esse *status* também se expressa pela localização dos empreendimentos. Nesse particular, o trabalho identificou uma das estratégias

dos promotores imobiliários, quanto ao bem produzido, que foi a de concentrar os investimentos em determinadas áreas da cidade, criando assim um espaço homogêneo do ponto de vista do capital urbano.

2.4.4. O Estado

Por seu lado, o Estado, como agente produtor e consumidor do espaço urbano de Teresina, através de seus agentes financeiros também assume um papel importante nesse processo, dada a sua grande atuação, através da construção direta, principalmente de conjuntos habitacionais. Esse agente se configura como o principal modelador do espaço urbano, enquanto produção coletiva.

Dessa forma, é importante a participação do Estado, através de seus agentes financeiros, na formação do espaço urbano de Teresina. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através de seus agentes promotores, com destaque a Companhia de Habitação do Piauí (COHAB/PI), foi responsável, em grande parte, pela estruturação do espaço urbano de Teresina, a partir do momento que viabilizou a construção de vários conjuntos habitacionais.

O Estado Brasileiro tem se constituído num especial produtor e consumidor do espaço urbano, através de investimentos e implementação de infraestruturas urbanas, criando mecanismos de créditos para financiamento de habitações e estabelecendo normas regulamentares do uso do solo. Dessa forma, a intervenção do Estado Brasileiro, no que se refere à habitação, pode ser vista a partir de ações como a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, assim como a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1964.

Esses órgãos tinham por pressuposto, dar conta da política habitacional brasileira, perseguindo os seguintes objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos; orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, propiciando a melhoria do padrão habitacional do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção civil e estimular a poupança privada e o investimento.

A ação do BNH não se limitou apenas à habitação; o órgão atuou, também, no setor de desenvolvimento urbano, sendo considerado como um dos mais expressivos agentes financeiros do processo de desenvolvimento urbano. Esse banco financiou obras de infraestrutura urbana, como a melhoria do sistema viário e

pavimentação das cidades; aperfeiçoou a rede de energia elétrica, de transportes e de comunicação; incentivou a educação e a cultura; melhorou os serviços públicos, dentre outros. Pode-se entender, então, que o BNH foi um dos importantes promotores das transformações urbanas no Brasil.

Dentro do circuito da produção de habitações com recursos do Sistema Financeiro de Habitação, Teresina experimentou, na década de 1960, a construção de seus primeiros conjuntos habitacionais. Em 1966, foram construídos três pequenos conjuntos (Tabuleta, Primavera I e Monte Castelo), totalizando 656 unidades habitacionais. Entretanto, o que iria caracterizar a efetiva participação do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, seria a construção, em 1968, do conjunto habitacional Parque Piauí, contabilizando, numa primeira etapa, 2.294 habitações (figura 06).

Figura 06. Vista da Construção do Conjunto Habitacional Parque Piauí, Zona Sul, Teresina-PI, 1968.



Fonte: Arquivos do IPHAM. Consultado em 2010.

No entanto, a política de habitação do Governo Federal, compreendida no período de 1965 a 1975, que deveria atender às demandas de mais baixa renda,

inverteu suas prioridades, dirigindo os investimentos para as camadas de classes mais altas. No Brasil, de acordo com Ribeiro (1996, p.79):

Menos de 6% das unidades financiadas foram destinadas aos chamados programas alternativos. Entre as moradias populares financiadas, somente 17,6% eram oriundas desses programas especiais. Por outro lado, quase metade das unidades financiadas (48,8%) foi destinada aos setores de classe média de altos rendimentos (mercado médio). A distorção é ainda maior se levarmos em conta que os custos da unidade habitacional popular são muito menores do que os dos demais níveis de renda.

A política habitacional, pois, como política pública voltada à efetivação do direito à moradia, inicialmente compreendida como uma política de bem estar, migrou, paulatinamente, do discurso universalista dos direitos fundamentais para a lógica seletiva dos mercados, articulando-se de maneira inovadora com a arquitetura financeira dos novos padrões de acumulação do capital.

Em meados dos anos 1970, a política vigente pressionada pelos segmentos populacionais de baixa renda, criou os programas Perfilurb, Ficam, Promorar e João de Barro (1975 a 1984), sob os cuidados do BNH, sendo destinados ao atendimento das necessidades habitacionais das famílias com renda de até três salários mínimos. Esses programas visavam dar solução ao problema de moradia que, via de regra, absorvia as práticas comunitárias de produção coletiva da unidade habitacional.

Com isso, a construção de conjuntos habitacionais tornou-se uma possibilidade das camadas de “baixa renda” terem acesso à casa própria, objeto de promoção propagandista do Governo Central, nos anos 1970, como forma de legitimizar a sua política ideológica.

A famosa frase – ‘a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito de propriedade’ – atribuída a Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH, (NUNES, 2010, p. 7) expressa a preocupação de fazer da política habitacional baseada na casa própria um instrumento de combate às ideias comunistas e progressistas no país, em tempos de guerra fria e de intensa polarização política e ideológica em todo o continente.

Dessa forma, busca-se com a tabela 02 apresentar, de forma cronológica, a produção habitacional de casas em Teresina, de 1966 a 1990, considerando a ação do Banco Nacional de Habitação, portanto, dentro da lógica oficial de produzir habitação para as classes menos favorecidas socialmente.

Tabela 02. Produção de habitações em Teresina pelo Estado, no período de 1966 a 1990.

N. ORD.	CONJUNTO	Nº UNIDADES	FINANCIAMENTO	ANO DE CONCLUSÃO
01	Tabuleta	118	BNH	1966
02	São Raimundo	49	BNH	1966
03	Primavera I	187	BNH	1966
04	Monte Castelo	302	BNH	1966
05	Parque Piauí	2294	BNH	1968
06	Cristo Rei	92	BNH	1975
07	São Pedro I	66	BNH	1976
08	Bela Vista I	912	BNH	1976
09	Stand de Tiros	40	BNH	1977
10	Ampliação do Parque Piauí	500	BNH	1977
11	União	80	BNH	1977
12	Dirceu Arcoverde I	3040	BNH	1977
13	Saci	2034	BNH	1979
14	Primavera II	100	BNH	1979
15	São Pedro II	109	BNH	1979
16	D.E.R.	70	BNH	1979
17	Itaperu	164	BNH	1980
18	Dirceu Arcoverde II	4254	BNH	1980
19	União II	100	BNH	1981
20	Bela Vista II	683	BNH	1981
21	João Emilio Falcão	996	BNH	1982
22	Cintia Portela	176	BNH	1982
23	Promorar	4696	BNH	1982
24	Catarina	120	BNH	1983
25	Mocambinho	3031	BNH	1983
26	São Joaquim	824	BNH	1984
27	Boa Esperança I	150	BNH	1984
28	Mocambinho II	976	BNH	1984
29	Tancredo Neves	756	BNH	1985
30	Boa Esperança II	104	BNH	1985
31	Polícia Militar	85	BNH	1985
32	Novo Horizonte	300	BNH	1986
33	Mocambinho III	1132	BNH	1986
34	Renascença I	900	BNH	1986
35	Morada Nova I	984	BNH	1987
36	Renascença II. 1ª etapa	500	BNH	1988
37	Angelim II	264	BNH	1988
38	Renascença II. 2ª etapa	450	BNH	1989
39	Santa Fé	533	CEF	1989
40	Renascença II. 3ª etapa	500	BNH	1990
41	Morada Nova II	564	BNH	1990
42	Morada Nova III	624	BNH	1990
TOTAL		33.859		

Fonte: COHAB, 1994.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2001.

No caso de Teresina, o que se vai apresentar desse modelo padronizado de acesso à habitação popular, é uma segmentação socioespacial da população, uma vez que esses conjuntos passam a ser construídos nas franjas urbanas, caracterizando-se como um modelo de habitação com características periféricas, ou seja, desprovidos, no primeiro momento, de infraestruturas mínimas.

Foi o caso do conjunto habitacional Parque Piauí, concluído em 1968, com 2294 unidades. A sua ocupação ocorreu de forma lenta, durando quase sete anos após a sua construção, dada à falta de infraestrutura e por se caracterizar uma região muito distante do centro, uma vez que o conjunto foi construído em uma área dispersa do tecido urbano.

Mesmo após a extinção do Banco Nacional de Habitação, o Estado do Piauí continuou sua política de construção de conjuntos habitacionais para as camadas de baixa renda. Este fato está demonstrado na tabela 03.

Tabela 03. Produção de habitações em Teresina pelo Estado, no período de 1995 a 1998.

N. ORD.	CONJUNTO	Nº UNIDADES	FINANCIAMENTO	ANO DE CONCLUSÃO
01	Protótipo/Mutirão	07	COHAB-PI	1995
02	Renascença II. 4ª etapa	223	IAPEP	1996
03	Mocambinho IV	78	IAPEP	1996
04	Bela Vista	422	IAPEP	1996
05	Verde que te quer verde	640	Autofinanciamento	1996
06	Vamos ver o sol I	184	IAPEP	1996
07	Vamos ver o sol II	290	IAPEP	1996
08	Saturno I	233	IAPEP	1996
09	Nova Teresina I	250	Habitar-Brasil	1996
10	Nova Teresina II	74	IAPEP	1996
11	Dignidade I	87	IAPEP	1996
12	Dignidade II	206	Habitar-Brasil	1996
13	Vamos ver o sol III	185	Habitar-Brasil	1997
14	Saturno II	78	Habitar-Brasil	1997
15	Nova Teresina III	163	Habitar-Brasil	1997
16	Deus Quer I	126	IAPEP	1997
17	Deus Quer II	200	Habitar-Brasil	1997
18	Eurípedes Aguiar	30	Habitar-Brasil	1997
19	Deus Quer III	327	Habitar-Brasil	1998
20	Lagoa Azul I	19	Autogestão	1998
21	Lagoa Azul II	97	Autogestão	1998
22	Alô Teresina	160	Autofinanciamento	1998
TOTAL		4.079		

Fonte: COHAB, 1999.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2001.

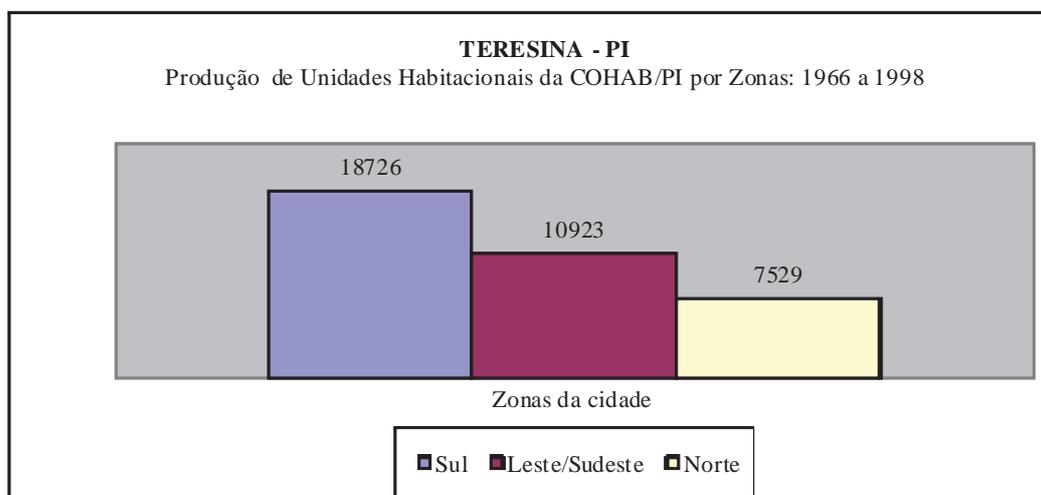
Como uma das análises da ação do Estado na produção e consumo do espaço urbano de Teresina, demonstra-se, a seguir, a distribuição espacial dessa produção:

a) Distribuição espacial dos conjuntos habitacionais em Teresina, 1998.

Pelo gráfico 02 pode-se perceber que a maioria da produção, em termos de unidades habitacionais, construídas até o ano de 1998, encontra-se localizada na Zona Sul, com 18.726 unidades, correspondendo a 50,37% do total da produção; em seguida aparece a Zona Sudeste, com 10.923 unidades, equivalendo a 29,38% e, por último, a Zona Norte, com 7.529, correspondendo a 20,25%.

Uma das explicações para a Zona Sul apresentar maior incidência de unidades habitacionais construídas pela COHAB/PI, em relação às demais zonas, deve-se ao fato de não existir nenhuma barreira natural que impedisse a sua expansão, além da disponibilidade de terras, haja vista que os maiores conjuntos foram construídos em áreas de expansão da cidade (Parque Piauí, Bela Vista, Saci, Promorar), localizados na zona Sul de Teresina. Por outro lado, a zona Norte apresenta o rio Poti como barreira natural. No entanto, com a construção da ponte “Mariano Castelo Branco”, ou ponte do Poti Velho, em 1992, intensificou-se a ocupação de uma nova área de expansão em Teresina, conhecida como “Santa Maria da Codipi”.

Gráfico 02. Distribuição da produção de conjuntos habitacionais por zonas de Teresina, 1966 a 1998.



Fonte: Teresina – Agenda 2015. PMT, 2002.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Da mesa forma, as zonas Leste/Sudeste, de modo particular, a área da região Sudeste, mesmo tendo o rio Poti como barreira natural, experimentou um crescimento muito grande, a partir da construção dos conjuntos habitacionais Itararé I e II, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. A soma das unidades habitacionais construídas nesses dois conjuntos corresponde a 7.294 unidades que, somadas a outros conjuntos menores e algumas vilas e favelas (ver adiante), formam o bairro Itararé, o mais populoso de Teresina. A partir da construção desses conjuntos habitacionais, iniciou-se todo um processo de ocupação da região sudeste, a qual é o foco central desse estudo.

Outro agente imobiliário que merece destaque no processo de construção dos conjuntos habitacionais de Teresina é o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP. A atuação desse agente imobiliário, como produtor de unidades habitacionais em Teresina, pode ser expressa pela construção de 1.404 unidades habitacionais do padrão de apartamentos, distribuídos pelos edifícios Rio Parnaíba (108 unidades), Monte Castelo (128 unidades), Dom Avelar (336 Unidades), Vila Tropical (144 unidades), Angical (96 unidades), Cristo Rei (192 unidades) e Santa Marta (400 unidades).

Do mesmo modo, o INOCOOP construiu 3.340 unidades habitacionais no padrão casas, distribuídas por 8 (oito) conjuntos habitacionais – Acarape (604 unidades), Santa Isabel (224 unidades), Santa Sofia (616 unidades), Vila Maria I (500 unidades) Vila Maria II (204 unidades), Pedra Mole (492 unidades), Novo Milênio (202 unidades) e Taquari (498 unidades) – onde seguiu o mesmo padrão dos outros conjuntos com relação à localização, ou seja, regiões periféricas da cidade.

Entende-se que a necessidade de grandes áreas para implantação desses conjuntos, geralmente destinados às classes sociais de baixa renda, acaba por localizá-los em regiões de expansão das cidades. No entanto, pode-se destacar o conjunto Acarape como uma exceção. Localizado na Zona Norte, nas imediações do centro, é formado por classe média, com renda em torno de R\$ 1.505,79, conforme dados do IBGE 2000. No caso das produções do INOCOOP, há uma distribuição espacial somente pelas zonas Norte e Leste.

Merece destaque também a ação da Caixa Econômica Federal, enquanto agente financiador da construção de habitações de baixa renda. Nesse sentido, destacar-se-á a construção dos conjuntos habitacionais Redonda, Todos os Santos, Renascença III, São Sebastião, Morada do Sol, Francisco Marreiros, Porto Alegre,

São Paulo e Planalto Uruguai. São conjuntos de baixa renda, localizados também na área periférica da cidade, particularmente na zona Sudeste (6 conjuntos).

Com a falta de recursos das fontes tradicionais (FGTS), a COHAB/PI, a partir de 1995, buscou alternativas em nichos da sociedade local, com alguma capacidade de poupança. Dessa forma, passou a trabalhar com Prefeituras, em nível de produção no interior do Estado, com o Instituto de Previdência e Assistência do Estado do Piauí – IAPEP e com construtoras da iniciativa privada.

Com isso, empreendeu um sistema alternativo de provisão de habitações, baseado em mutirões, autogestão, autofinanciamento e carta de crédito associativo, em parceria com a Caixa Econômica Federal.

A despeito das críticas ao BNH e ao sistema por ele preconizado, sua importância como agente financiador de unidades habitacionais, e, por conseguinte, modelador do espaço urbano, é indiscutível, pois o período de 1964-1986, foi o único em que o país teve, de fato, uma Política Nacional de Habitação. O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) estruturou-se com vultosos recursos gerados pela criação, em 1967, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que veio se somar aos recursos da poupança voluntária, que formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Definiu-se, assim, uma estratégia clara para intervir na questão habitacional, através da montagem, pelo Governo Federal, de uma estrutura institucional de abrangência nacional, paralela à administração direta, formada pelo BNH. Com isso, desenvolveu-se uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estatais) capazes de viabilizar a implementação, em grande escala, das ações necessárias na área habitacional e com fontes de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas.

Segue-se, ainda, com o intuito de conhecer a ação dos agentes sociais na modelagem do espaço urbano de Teresina analisando, a seguir, a ação dos agentes sociais excluídos, expressas através de suas ocupações. Nesse caso, a fonte de informações é o Censo de Vilas e Favelas da Prefeitura Municipal de Teresina, realizado em 1996.

2.4.5 Os Agentes sociais excluídos

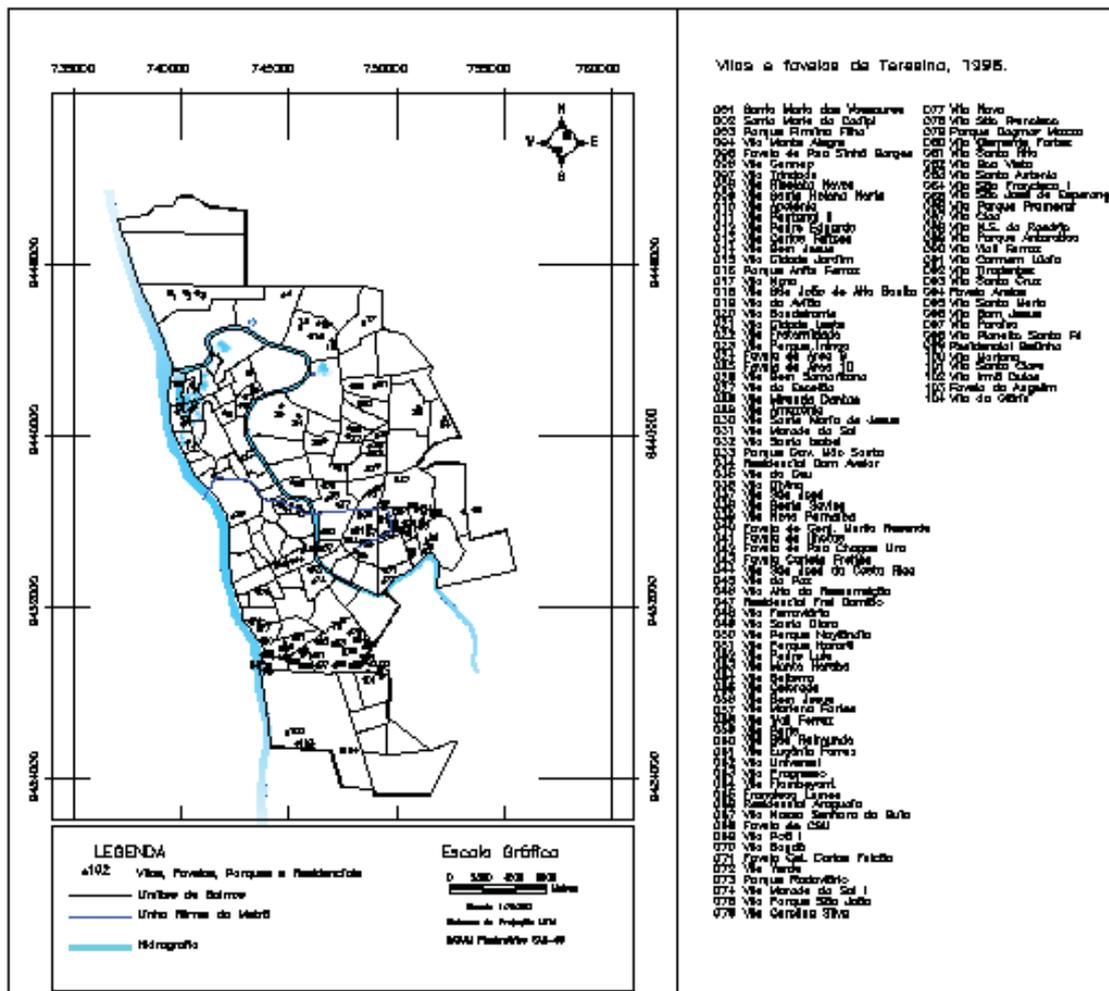
O modelo de estratificação social é baseado nas diferenças sociais, no que se refere ao acesso de bens e serviços produzidos socialmente. Essa desigualdade expressa-se mais fortemente no sistema capitalista, que tem como parâmetro, entre outros, a habitação, sendo o modo de habitar ou a localização espacial seus elementos seletivos. Isso quer dizer que uma parcela significativa da sociedade não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel.

Para Corrêa (1999, p.4), esses grupos têm como possibilidades de moradia, entre outras opções, a “favela”, ou seja, é na produção desses ambientes, provenientes de terrenos públicos ou privados, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes sociais.

De acordo com o Censo de Vila e Favela, realizado pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, juntamente com outras entidades da sociedade civil organizada (FAMCC – Federação das Associações de Moradores e Conselho Comunitário e FAMEPI – Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí), no período de setembro de 1995 a maio de 1996, foi constatado que havia um número de ocupações da ordem de 104 vilas, favelas e áreas de assentamentos (mapa 11), representando 12,83% da população do município.

Esse fenômeno é consequência de desemprego, baixo salário, política econômica excludente, com uma forte concentração da renda nas mãos de poucas pessoas. Mesmo com uma considerável atuação do Estado, através da COHAB/PI, na construção de conjuntos habitacionais, ainda falta muito para atender às necessidades desses grupos, seja porque não possuem renda alguma ou, se possuem, não é suficiente para pagar as prestações.

Mapa 11. Distribuição espacial das vilas e favelas em Teresina, 1996.



Fonte: PMT. Censo de Vilas e Favelas. 1996
 Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

OBS. Mapa disponível na versão impressa, formato A3.

A necessidade de equipamentos urbanos e comunitários nas vilas e favelas de Teresina está relacionada às carências em ações de atenção à saúde, educação, habitação e, de forma mais global, ao reordenamento urbanístico necessário para a regularização de ocupações. A situação da propriedade da terra, como parte das informações fundamentais para uma atenção a aspectos urbanísticos, é fator determinante para a formulação de projetos para regularização.

Assim como os aspectos físicos e urbanísticos, é de fundamental importância o conhecimento do perfil demográfico da população desses assentamentos. Segundo os dados do Censo de Vilas e Favelas de Teresina, realizado em 1999, essas áreas apresentam um significativo índice de domicílios desprovidos de serviços urbanos essenciais, tais como: rede de abastecimento d'água (26,48%), energia elétrica (18,48%), coleta de lixo (22,90%) e instalações sanitárias (39,91%), bem como alto percentual de domicílios cujos moradores consomem água sem filtrar (38,06%).

Por outro lado, a distribuição da população por faixa etária demonstra que a maioria encontra-se na faixa acima dos 18 anos (54,61%) e que o percentual de menores até 14 anos totaliza aproximadamente 40% da população. Quanto à renda familiar, os dados obtidos no censo de vilas e favelas de Teresina trazem indicadores desfavoráveis, uma vez que apenas 5% da população recebem acima de dois salários mínimos e a grande maioria (66,3%) está na faixa de renda abaixo de um salário (PMT. Censo de Vilas e Favelas, 1999).

O conhecimento desses dados ajuda na formulação das estratégias que vinculam a organização urbanística a ações educacionais e de geração de emprego e renda, de forma integrada com as informações sobre as condições dos domicílios demonstradas anteriormente.

Considera-se que para chegar a informações confiáveis, a forma mais eficiente é a realização de pesquisa direta. Em Teresina, por exemplo, foram realizados, por vários anos, censos específicos em vilas e favelas, como forma de conhecer a realidade socioespacial desses agentes urbanos. No entanto, como a Prefeitura Municipal de Teresina não investiu mais nesse tipo de pesquisa, devido a custos ou outras dificuldades operacionais, em análises posteriores sobre esses assentamentos, utilizam-se dados secundários, como os disponibilizados pelo IBGE, ou outras instituições que realizam este tipo de levantamento como, por exemplo, a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde).

Como alerta, há que se dizer que não é comum, nas coletas de dados gerais desses órgãos, incorporarem os mesmos conceitos utilizados pela Prefeitura Municipal de Teresina em áreas de ocupação informal. Faz-se necessário um alinhamento e esclarecimento de conceitos antes da utilização de dados secundários, evitando-se, assim, possíveis discrepâncias ou erros de leitura da realidade.

2.5. Controle e disciplina do espaço urbano

Desde os primeiros tempos da criação da cidade de Teresina, ensaiou-se uma preocupação com o aspecto urbanístico, no sentido de criar mecanismos de controle que disciplinassem o uso e a ocupação do solo urbano. No entanto, foi somente a partir do final dos anos 1960 que, efetivamente, o poder público apresentou uma proposta de ordenação da cidade.

Naquele período, a cidade já apresentava uma organização espacial com certa definição no que se refere aos seus aspectos urbanos, traduzidos por um crescimento urbano, início de uma política habitacional - com a construção de conjuntos habitacionais-, além da modernização do sistema viário. Esses fatos exigiam um disciplinamento do uso e ocupação do espaço urbano.

Assim, em 1969 foi elaborado o primeiro plano diretor de Teresina, denominado de Plano Diretor Local Integrado – PDLI. Contudo, esse plano quase não teve aplicação, visto que não se criou uma legislação urbanística que o disciplinasse, além de apresentar propostas que não refletia a realidade socioeconômica da cidade, tendo em vista que sua construção foi elaborada por empresa de fora do estado do Piauí e que, prendendo-se em discussões teóricas, não conseguiu expressar os futuros cenários. No entanto, o sistema viário e o anel rodoviário propostos, nesse plano, foram parcialmente adotados.

Com a necessidade da criação de mecanismos de controle e disciplinamento do espaço urbano, em 1977 foi elaborado o I Plano Estrutural de Teresina - PET. Desse modo, por esse plano, estabeleceu-se uma série de recomendações relativas às edificações. Nesse caso, houve uma preocupação de se criarem instrumentos legais de controle, verificados através da Lei n.º 1.591, de 31/08/78.

Além do mais, o que se verificou no referido plano é que houve uma preocupação em estabelecer padrões de densidades por zonas e em definir um

perímetro urbano compatível com a densidade aceitável de 100hab/ha, considerando-se um horizonte temporal até o ano de 1985. Por outro lado, o plano estabeleceu um zoneamento do uso do solo urbano, baseado em eixos e zonas de polarização, que reforçou o sistema radiocêntrico da cidade.

Dada a exiguidade do horizonte temporal do I PET, em 1983 começaram-se os estudos para a elaboração de um novo plano estrutural, denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, que não veio a ser implantado. No entanto, seus estudos serviram de subsídios que fundamentaram a elaboração do II Plano Estrutural de Teresina – II PET, em 1987.

Este plano estabelecia, entre outros aspectos, as “diretrizes de uso e ocupação do solo urbano de Teresina”. Dessa maneira, a ocupação do solo urbano foi definida através da Lei Municipal de n.º 2.264, de 16 de dezembro de 1993. Esta Lei estabelecia, entre outros propósitos, “orientar a ocupação do solo quanto ao adensamento, estruturação e desempenho das funções urbanas, melhorar as condições de conforto ambiental, visando garantir um nível adequado de bem-estar à população e um padrão estético harmonioso e equilibrado ao desenho urbano da cidade”.

Atualmente, o instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, nos seus aspectos político-sociais, físico-ambientais e administrativos de que dispõe a cidade de Teresina, ou seja, o seu Plano Diretor foi reinstituído através da Lei Municipal nº 3.558, de 20 de outubro de 2006. Trata-se do “Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, elaborado entre agosto de 2001 e agosto de 2002.

2.6. Organização do espaço urbano em Teresina

A organização do espaço urbano de Teresina, caracterizada através dos diversos usos, é definida com base na Lei Municipal Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006, que consiste em “orientar a utilização do solo quanto ao uso, quanto à distribuição da população e quanto ao desempenho das funções urbanas, assim como promover uma estruturação urbana, visando melhorar a distribuição e a articulação dos pólos de dinamização; e preservar os elementos naturais da paisagem urbana e os sítios de valor histórico e cultural” (Art. 1º, Lei nº 3.560, de 20/10/2006).

Sendo assim, para efeito de uso do solo, a área urbana de Teresina está dividida nas seguintes zonas:

- I - zonas residenciais;
- II - zonas comerciais;
- III - zonas de serviços;
- IV - zonas industriais;
- V - zonas especiais;
- VI - zonas de preservação ambiental; e
- VII - zonas de especial interesse social.

2.6.1. Zonas Residenciais

De acordo com o Art. 5º da Lei 3.560, de 20 de outubro de 2006 que define a organização espacial de Teresina em zonas residenciais, considera que estas zonas “são áreas destinadas, predominantemente, ao uso habitacional, sendo classificadas em função dos parâmetros de densidade populacional e das tipologias de assentamentos predominantes”. Para tanto, define as seguintes categorias (mapa 12):

I - Zona Residencial ZR1, caracterizada por ocupação de baixa densidade, em lotes adequados para programas de interesse social;

Habitações de interesse social, na definição da Lei de uso do solo urbano de Teresina, “são aquelas financiadas por programas especiais para população de baixa renda, com área construída máxima de 40 m² (quarenta metros quadrados)”.

Da mesma forma, o solo tem seu uso para habitação, comercial (C1), serviços (S1), industrial (I1) e institucional (E1) e é caracterizado pelos seguintes indicadores de ocupação: Índice de Aproveitamento (valor obtido pela divisão da área construída pela área do terreno) igual a 1,0; Taxa de Ocupação (percentual da área de projeção horizontal da edificação em relação à área total do terreno) igual a 60%.

II - Zona Residencial ZR2, caracterizada por ocupação de baixa densidade, em lotes de médio porte;

O solo tem seu uso para habitação, comercial (C1), serviços (S1), industrial (I1) e institucional (E1), e é caracterizado pelos seguintes indicadores de ocupação: Índice de Aproveitamento (valor obtido pela divisão da área construída pela área do terreno) igual a 2,0; Taxa de Ocupação (percentual da área de projeção horizontal da edificação em relação à área total do terreno) igual a 60%.

III - Zona Residencial ZR3, caracterizada por ocupação de média densidade, em lotes de médio porte;

O solo tem seu uso para habitação, comercial (C1), serviços (S1), industrial (I1) e institucional (E1), e é caracterizado pelos seguintes indicadores de ocupação: Índice de Aproveitamento (valor obtido pela divisão da área construída pela área do terreno) igual a 2,5; Taxa de Ocupação (percentual da área de projeção horizontal da edificação em relação à área total do terreno) igual a 60% e,

IV - Zona Residencial ZR4, caracterizada por ocupação de alta densidade em lotes de médio / grande porte.

O solo tem seu uso para habitação, comercial (C1), serviços (S1), industrial (I1) e institucional (E1), e é caracterizado pelos seguintes indicadores de ocupação: Índice de Aproveitamento (valor obtido pela divisão da área construída pela área do terreno) igual a 4,0; Taxa de Ocupação (percentual da área de projeção horizontal da edificação em relação à área total do terreno) igual a 60%.

O mapa 12 representa a distribuição espacial dos usos residenciais em Teresina, considerando as respectivas zonas. Pode-se observar que há um predomínio de tipologias de usos das zonas residenciais R1 e R2. Isso reforça o que foi apresentado no item anterior, quanto à produção do espaço, com forte atuação do Estado e dos Agentes Sociais Excluídos, expressos pela construção de vários conjuntos habitacionais e a formação de vilas e favelas.

2.6.2. Zonas Comerciais

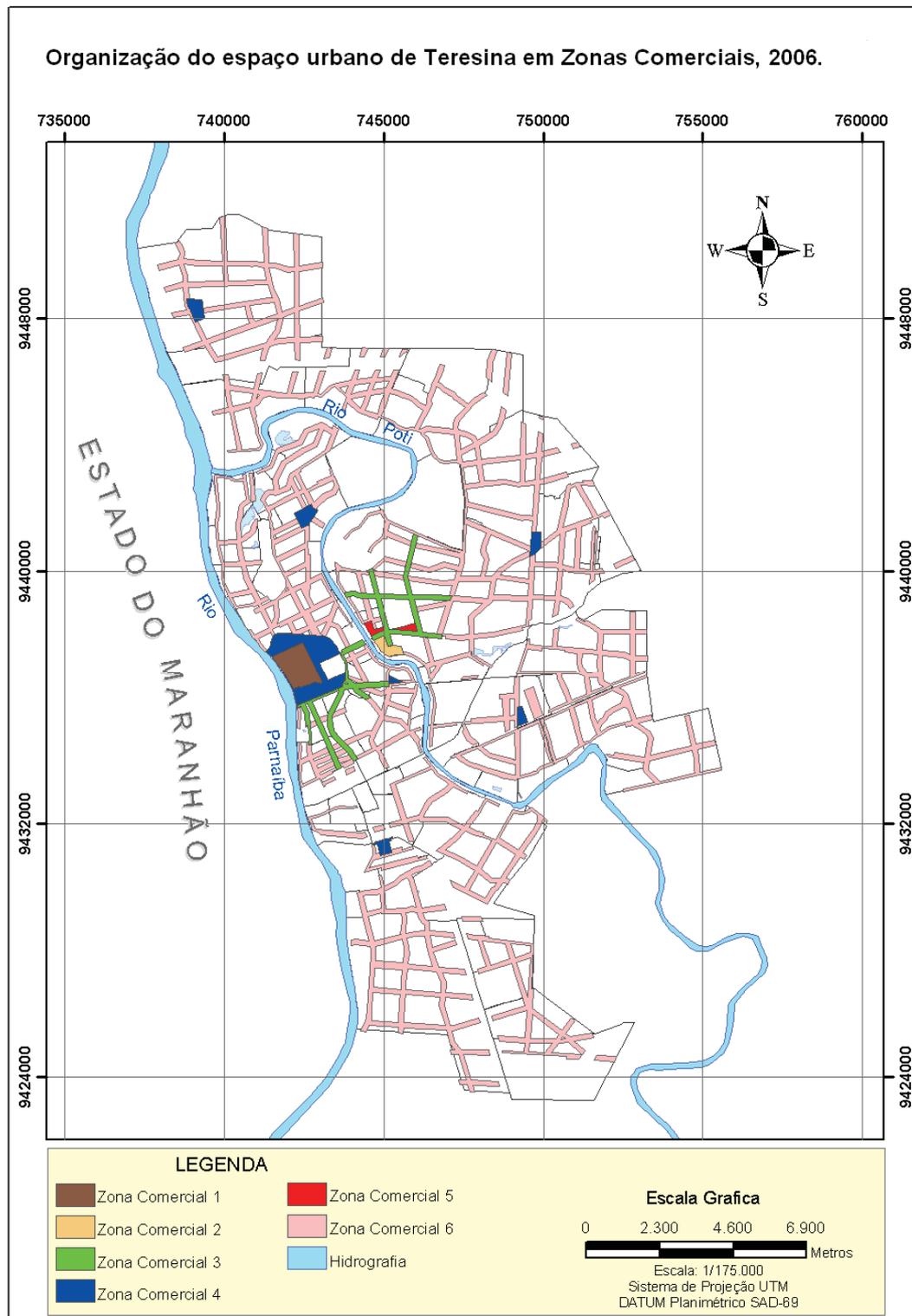
Da mesma forma, o Art. 6º da Lei 3.560, de 20 de outubro de 2006 que define a organização espacial de Teresina, estabelece que Zonas Comerciais “são áreas onde se concentram atividades urbanas diversificadas, notadamente as de comércio e de serviços”. Para tanto, estas áreas são classificadas em função dos parâmetros de tipologia e densidade, nas seguintes categorias (mapa 13):

- I - Zona de Comércio ZC1, centro de média densidade caracterizado pelas atividades de comércio e serviços, correspondente à área mais antiga da cidade;
- II - Zona de Comércio ZC2, caracterizada por centros de atividades de comércio e serviços de média densidade;
- III - Zona de Comércio ZC3, caracterizada por áreas situadas ao longo de eixos de atividades plenas de comércio e serviços;
- IV - Zona de Comércio ZC4, caracterizada por centros de média densidade para uso de comércio e serviços diversificados, uso misto ou habitacional;
- V - Zona de Comércio ZC5, caracterizada por centros de alta densidade para uso de comércio e serviços diversificados, uso misto ou habitacional; e
- VI - Zona de Comércio ZC6, caracterizada por áreas situadas ao longo de eixos de comércio e serviços diversificados e uso misto ou habitacional de densidade variável, conforme prescrições das zonas vizinhas.

Da mesma forma, a legislação vigente, quanto ao uso do solo para atividades comerciais, considera os seguintes tipos:

- a) Comércio de âmbito local - Estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos relacionados ao uso residencial;
- b) Comércio diversificado - Estabelecimento de venda de produtos não relacionados diretamente ao uso residencial, além daqueles de âmbito local;
- c) Comércio atacadista - Estabelecimentos de comércio não varejista, inclusive depósitos em geral e, também, aqueles constantes das relações descritivas do comércio de âmbito local e do comércio diversificado, desde que apresentem características de comércio atacadista;
- d) Comércio de materiais de grande porte - Estabelecimentos de comércio de materiais de grande porte, demandando uso de tráfego pesado.

Mapa 13. Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas Comerciais, 2006.



Fonte: Lei nº 3560, de 20/10/2006, PMT.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

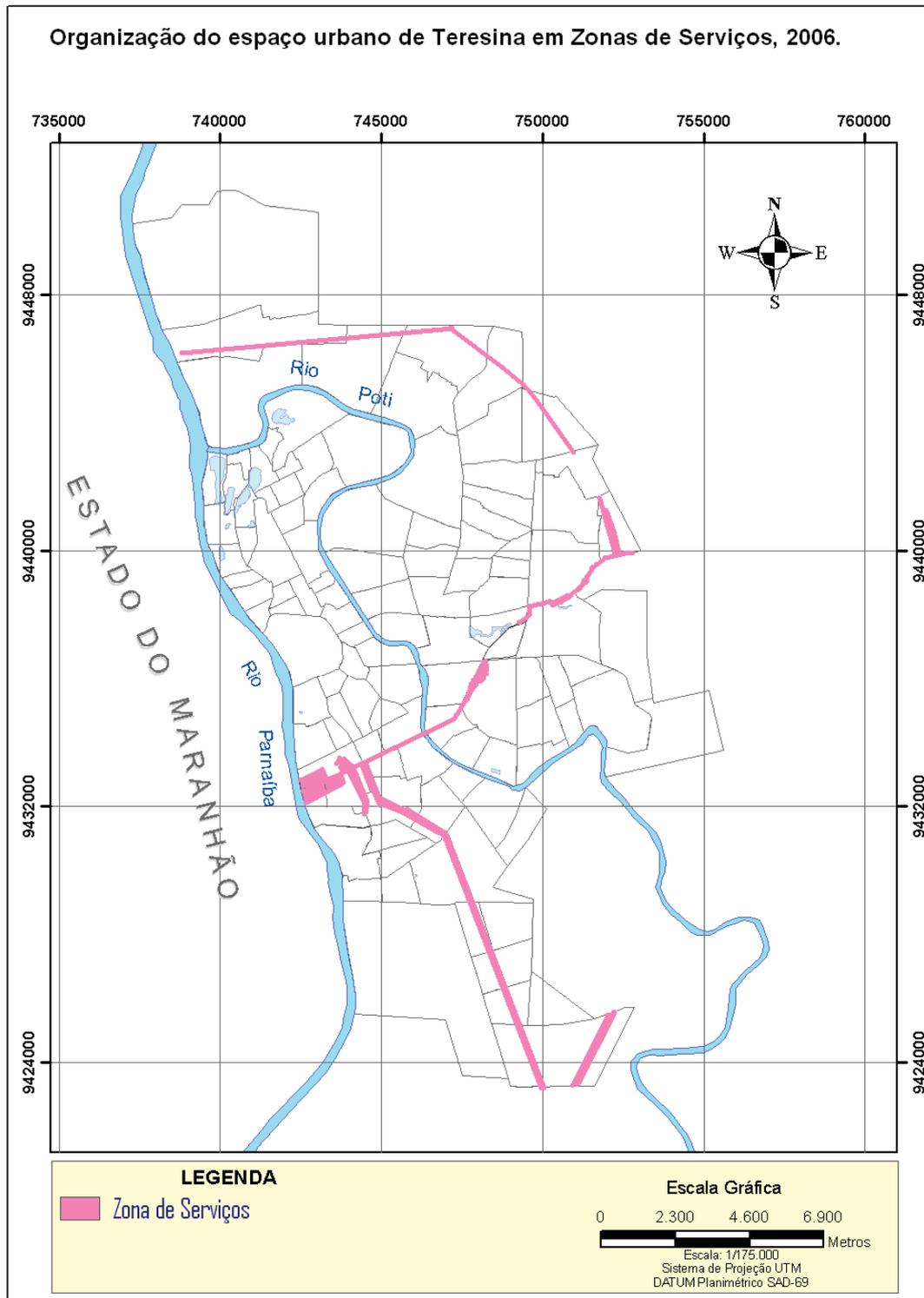
2.6.6. Zonas de Serviços

Na sequência do estudo sobre a organização do espaço urbano de Teresina, nos termos da Lei nº 3.560, de 20 de outubro de 2006, Art. 7º dessa Lei define Zonas de Serviços como sendo aquelas com “áreas em que se concentram atividades de serviços e comércio atacadista, relacionadas à necessidade de uso de tráfego pesado” (mapa 14).

Da mesma forma, a legislação vigente, quanto ao uso do solo para atividades de serviços, considera os seguintes tipos:

- a) Serviços de âmbito local - estabelecimentos destinados à prestação de serviços diretos à população, adequados aos padrões de uso habitacional, quanto às características de ocupação, acesso, tráfego, serviços urbanos e, também, compatíveis com o uso habitacional, quanto aos níveis de ruído, vibrações e poluição ambiental;
- b) Serviços diversificados - estabelecimentos destinados à prestação de serviços diretos à população, inadequados aos padrões de lotes de uso habitacional e com restrições de conforto ambiental para a vizinhança, além daqueles, de âmbito local;
- c) Serviços especiais - estabelecimentos destinados à prestação de serviços, com padrões específicos de ocupação, devido à necessidade de melhores acessos e de uso de tráfego pesado.

Mapa 14. Organização do espaço urbano de Teresina em Zonas de Serviços, 2006.



Fonte: Lei nº 3560, de 20/10/2006, PMT.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

2.6.4 Zonas Industriais

Da mesma maneira, a organização do espaço urbano de Teresina, nos termos da Lei nº 3560, de 20/10/2006, no seu Art. 8º, define as áreas destinadas as Zonas Industriais como sendo aquelas destinadas “especialmente à localização de atividades industriais” (mapa 15), sendo classificadas, em função do tipo de indústria, nas seguintes categorias:

a) Zona Industrial 1 – ZI1 – caracterizada por áreas de concentração de atividades industriais de baixo ou médio nível de desconforto ambiental ou indústrias não incômodas, definidas como estabelecimentos adequados aos padrões de uso habitacional, quanto às características de: ocupação, acesso, tráfego, serviços urbanos; e, também, compatíveis com o uso habitacional, quanto aos níveis de ruído, vibração e poluição ambiental;

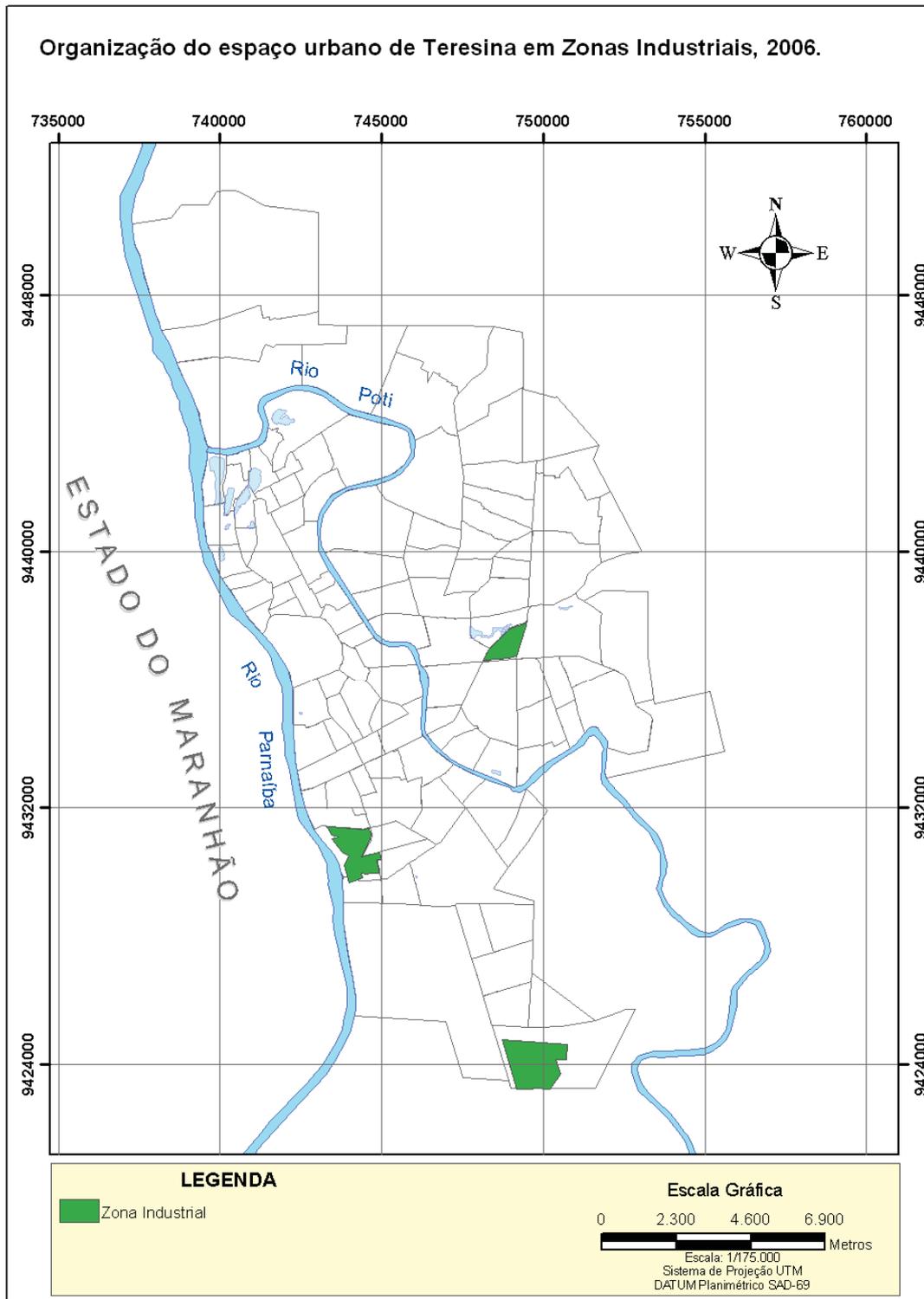
b) Zona Industrial 2 – ZI2 - caracterizada por áreas de concentração de atividades industriais de baixo, médio ou alto nível de desconforto ambiental, caracterizadas como:

I - baixo nível de desconforto ambiental: estabelecimentos que precisam de padrões específicos quanto às características de ocupação dos lotes, acesso, localização, tráfego, serviços urbanos e, também, quanto aos níveis de ruído, vibrações e poluição ambiental, com restrições de conforto ambiental para a vizinhança, além das indústrias não incômodas;

II - médio nível de desconforto ambiental: estabelecimentos que precisam de padrões específicos quanto às características de ocupação dos lotes, acesso, localização, tráfego, serviços urbanos e, também, quanto aos níveis de ruído, vibrações e poluição de média intensidade, intolerável para o uso habitacional;

III - alto nível de desconforto ambiental: estabelecimentos que precisam de padrões específicos quanto às características de ocupação dos lotes, acesso, localização, tráfego, serviços urbanos e, também, geradores de níveis de ruído e de poluição de alta intensidade, com restrições de conforto ao meio ambiente urbano.

Mapa 15. Organização do espaço urbano de Teresina em Zonas Industriais, 2006.



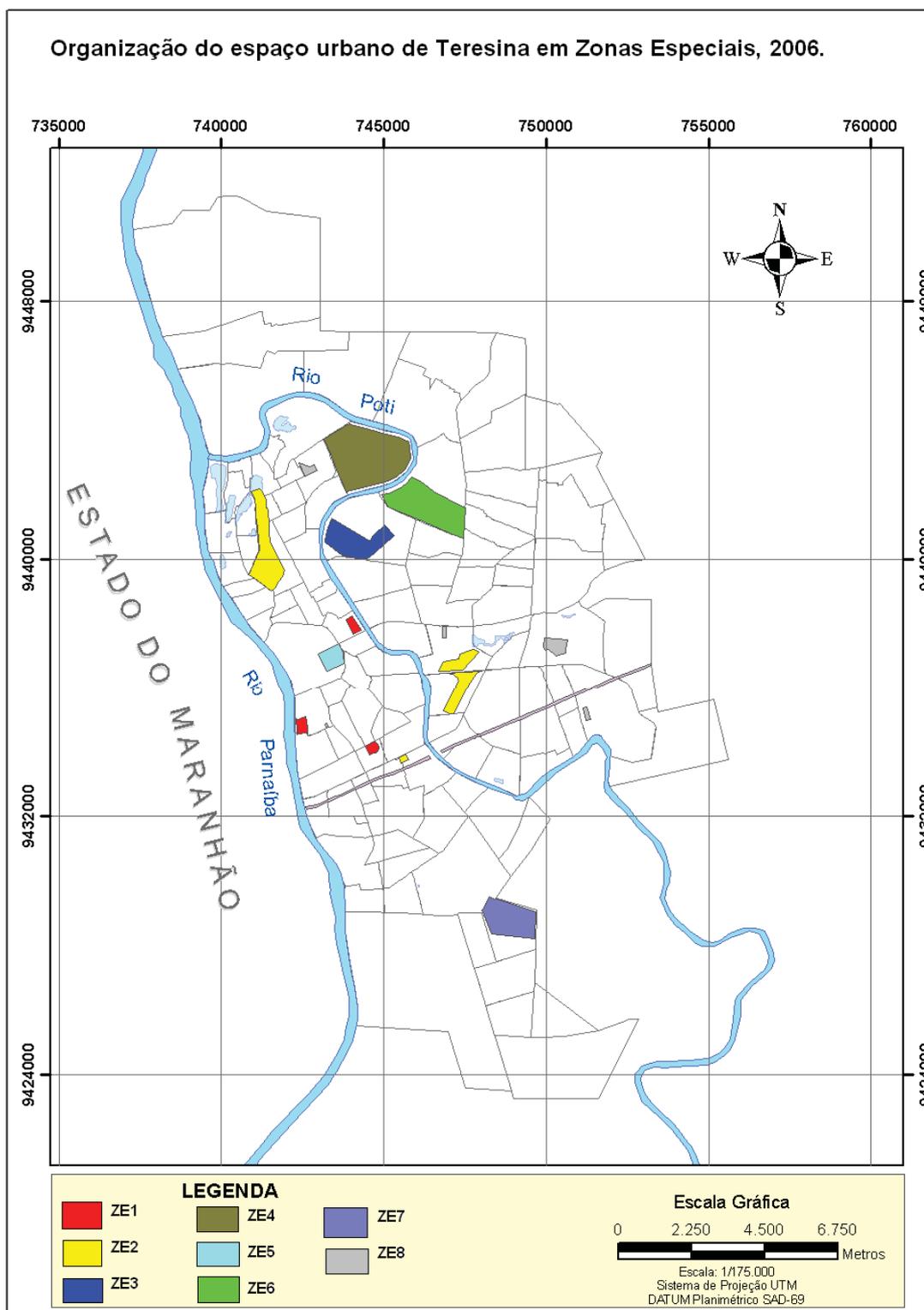
Fonte: Lei nº 3560, de 20/10/2006, PMT.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

2.6.5 Zonas Especiais

Zonas Especiais (mapa 16), em termos de elementos espaciais contidos na organização do espaço urbano de Teresina, encontram-se definidas no Art. 9º da Lei nº 3.560, de 20 de outubro de 2006 como sendo "áreas com definições específicas de parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo", sendo classificadas nas seguintes categorias:

- I - Zona Especial de Concentração de Serviços de Administração Pública - ZE1;
- II - Zona Especial de Serviços de Infraestrutura de Transportes Aeroviários, Rodoviários e Ferroviários - ZE2;
- III - Zona Especial de Concentração de Atividades Educacionais e de Pesquisas Científicas e Tecnológicas - ZE3;
- IV - Zona Especial de Experimentação Agrícola - ZE4;
- V - Zona Especial de Concentração de Atividades Médico-hospitalares - ZE5;
- VI - Zona Especial de Reserva de Área Urbana - ZE6;
- VII - Zona Especial de Serviços de Saneamento Urbano - ZE7; e
- VIII - Zona Especial de Serviços de Sepultamentos (cemitérios) - ZE8.

Mapa 16. Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas Especiais, 2006.



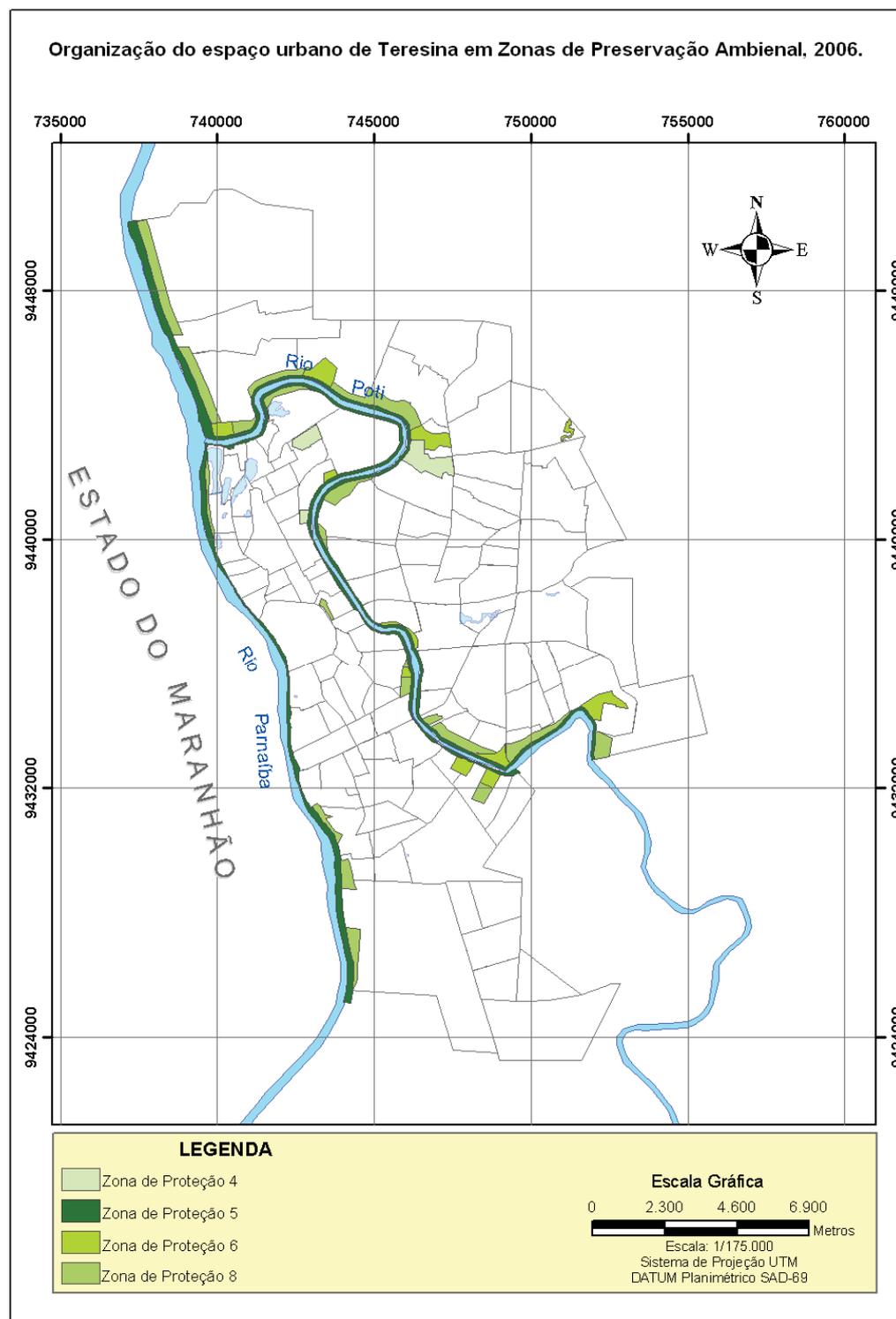
Fonte: Lei nº 3560, de 20/10/2006, PMT.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

2.4.6. Zonas de Preservação Ambiental de Teresina.

Por fim, a organização do espaço urbano de Teresina, conforme estabelece o Art. 10, da Lei nº 3560, de 20 de outubro de 2006, considera as Zonas de Preservação Ambiental (mapa 17) como sendo aquelas “áreas de urbanização limitada em decorrência do interesse de preservação de espaços verdes e sítios históricos e/ou culturais”, sendo classificadas nas seguintes categorias:

- I - Zona de Preservação Ambiental ZP1;
- II - Zona de Preservação Ambiental ZP2;
- III - Zona de Preservação Ambiental ZP3;
- IV - Zona de Preservação Ambiental ZP4;
- V - Zona de Preservação Ambiental ZP5;
- VI - Zona de Preservação Ambiental ZP6;
- VII - Zona de Preservação Ambiental ZP7; e
- VIII - Zona de Preservação Ambiental ZP8.

Mapa 17. Organização do Espaço Urbano de Teresina em Zonas de Preservação Ambiental, 2006.



Fonte: Lei nº 3560, de 20/10/2006, PMT.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Com isso, buscou-se discorrer sobre a cidade de Teresina, desde as causas de sua fundação, numa evolução histórica, como forma de compreender o seu espaço, assim como o papel dos agentes produtores e consumidores e o disciplinamento do uso do solo.

Além do mais, procurou-se, também, compreender a organização espacial de Teresina, com base na Lei nº 3560, de 20 de outubro de 2006 e, para tanto, elaborou-se, através de mapas temáticos, a espacialização dos correspondentes usos. Por outro lado, pode-se conhecer as diretrizes estabelecidas pelo Poder Público Municipal, quanto as propostas de desempenho das funções urbanas, em relação à distribuição da população. Dessa maneira, estabelece-se a orientação quanto ao uso do solo urbano, bem como se define diretrizes de uma estruturação urbana.

A seguir, visa-se analisar e caracterizar a região Sudeste de Teresina, nos seus aspectos socioespaciais, haja vista que é nessa área que está localizada o objeto de estudo deste trabalho. Assim, a formação de um subcentro no bairro Itararé, contido nessa região, representa um novo elemento espacial na estrutura urbana de Teresina, significando a sua reestruturação e onde se evidencia o começo da ocorrência de policentralidade.

CAPITULO III

FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS DA REGIÃO SUDESTE DE TERESINA

O objetivo deste Capítulo é conhecer o processo de formação e as características socioespaciais da região sudeste de Teresina, tendo em vista tratar-se de localização evidenciada na ocorrência de formação da nova centralidade.

Para tanto, abordou-se a formação da região a partir da identificação dos bairros que a compõem, assim como das características socioespaciais, como elementos que permitem compreender se, de fato, existem condições para a formação de um subcentro na região.

A análise terá como base dados do IBGE, referentes ao ano de 2000, e da Prefeitura Municipal de Teresina, através da publicação “Teresina em Bairros” (1994), que apresenta a caracterização dessa região.

Por outro lado, partindo do que considera Villaça (1997, p.2), sobre os estudos que abordam os aspectos socioespaciais, ou seja, onde ele entende que a “maioria dos estudos sócio-espaciais produzidos nas últimas décadas parte das transformações na estrutura social (particularmente das transformações econômicas) para daí deduzir e explicar as transformações do espaço”.

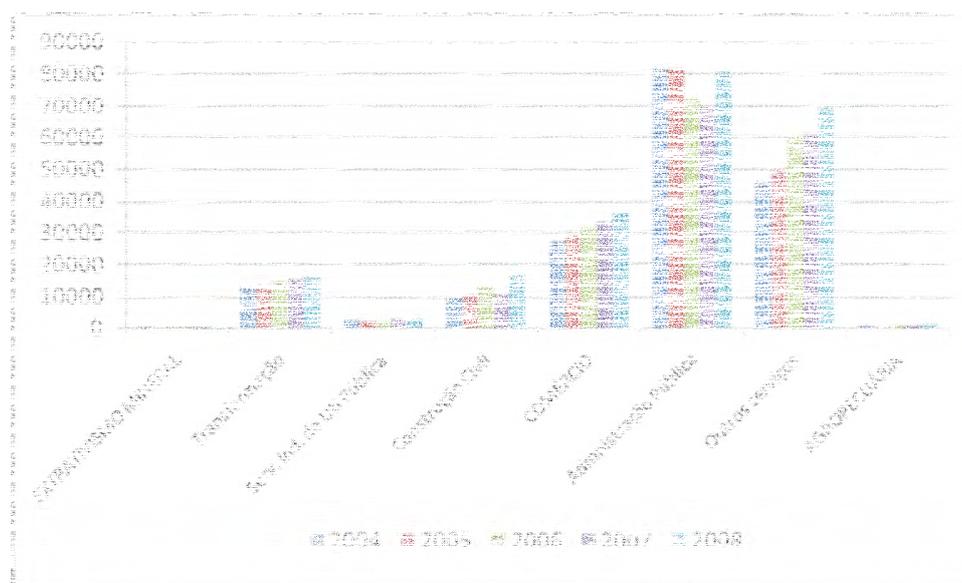
Uma das explicações para a afirmação acima, é o fato de que o espaço é expressão do social. Desse modo, conhecendo-se a estrutura produtiva de Teresina, nos seus diversos setores, e a população ocupada formalmente, pode-se ter uma compreensão melhor da estrutura espacial e sua “rigidez”, no sentido de que, tendo uma grande extensão territorial e uma população urbana acima de 700 mil habitantes, é recente a evidência da formação de poli-nucleação.

3.1. Setores de atividades produtivas de Teresina

O gráfico 03 apresenta a composição dos setores de atividades de Teresina e sua evolução, no período de 2004 a 2008. A sua elaboração foi realizada com base em RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego, obtidos de Fortes (2010, p.23), que considera um dos aspectos estruturais mais importantes da economia de Teresina “o grau de participação das pessoas nas unidades produtivas do seu setor formal, que, em termos relativos, apresenta-se elevado”.

A composição dos setores de atividades em Teresina é formada pelo extrativismo mineral; indústria de transformação; serviço industrial de utilidade pública (produção e distribuição de energia, gás, água); construção civil; comércio; serviços da administração pública; outros serviços como saúde, educação, serviço social, agropecuária, etc.

Gráfico 03. Evolução dos setores de atividades de Teresina – 2004 a 2008.



Fonte: Fortes, 2010.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

a) Extrativismo Mineral

De acordo com gráfico 03, a atividade extrativa em Teresina, no período de 2004 a 2008, mostra-se incipiente, em termos de participação na ocupação de mão de obra. Esse setor está relacionado com a extração de areia para a construção civil, através de “dragas”. Sua participação na composição produtiva não é significativa, a ponto de impactar a configuração do espaço urbano de Teresina.

b) Indústria

As atividades produtivas relacionadas ao setor industrial de Teresina, ainda que não seja considerado um setor tradicional da economia local apresenta, por outro lado, uma significativa participação na população ocupada. Considera-se que este desempenho deve-se, de modo significativo, ao papel da indústria de transformação, especialmente nos segmentos de confecção, pólo cerâmico, indústria de alimentos e bebidas, setor gráfico, indústria de madeira e mobiliário, setor

químico e metalúrgico, entre outros, que formam a base produtiva desse setor. Portanto, observa-se, pela análise do gráfico 03 que, de fato, há um crescimento da participação desse setor produtivo nas atividades produtivas de Teresina.

Por outro lado, no estudo que Fortes (2010) apresenta sobre aspectos estruturais da economia de Teresina, em comparação com as outras capitais do Nordeste, ele considera que:

A existência de um setor industrial com a predominância de atividades produtoras de bens de que atendem necessidades básicas – como, alimentação, confecções, setor gráfico, construção, cerâmica, e outras mais - que são por natureza menos exigente em capital - explica porque a capital do Piauí tem maior participação relativa de pessoal no processo produtivo neste setor do que nas 06 (seis) capitais citadas (p.5).

Sendo o segundo segmento mais importante da indústria de transformação de Teresina, depois do segmento de alimentos e bebidas, o setor têxtil possui um potencial de crescimento ainda não totalmente explorado, posto que somente um dos seus segmentos - o de confecções - tem se destacado na economia local, ainda assim, sem uma integração com o segmento da tecelagem e de fiação, pois não há empresas produzindo tecido e linha no município, o que contribui para o encarecimento do produto final, já que as matérias-primas são adquiridas em outros estados.

Dessa forma, o setor de confecção, que é uma das atividades que mais tem gerado emprego e renda em Teresina, encontra dificuldades - principalmente para as microempresas - em inserir seus produtos na pauta de exportações do município, uma vez que o preço da matéria-prima, que é importada, praticamente inviabiliza sua participação no comércio regional e externo.

Outro ramo da indústria com destaque na economia de Teresina é o da construção civil. Esse setor relaciona-se com a produção de argamassa de cimento e cal, material plástico para construção civil, massa plástica e thinner, artefatos de cerâmica, construção civil, britas, telhas prensadas, cerâmica para construção civil e telhas metálicas.

Reconhece-se, portanto, a existência de um setor ligado a indústria em Teresina que, no entanto, não é capaz de conferir a cidade um *status* de “cidade industrializada”, ou seja, não há predomínio desse segmento produtivo. Portanto, do ponto de vista de uma atividade polarizadora, que consegue atrair e concentrar um grande contingente populacional e, com isso, impactar de forma significativa o espaço urbano, não se observa, ainda, em Teresina.

c) Comércio e Serviços

Com relação aos setores produtivos que caracterizam a base produtiva de Teresina, observa-se que predomina uma forte presença do setor terciário (comércio e serviços), na participação de sua população ocupada, conforme pode ser visualizado pelo gráfico 03. Mais particularmente, a maior presença do setor terciário de Teresina é, em grande parte, consequência da dependência de sua economia do setor público, que contribui significativamente para a presença intensiva da força de trabalho no processo produtivo e na composição da massa salarial. Assim:

Essa dependência da economia de Teresina ao setor público, enquanto este responde por parcela considerável de sua população ocupada na formalidade e uma pequena parte do produto interno bruto, resulta num quadro de baixa produtividade em relação aos grandes setores de atividade (FORTES, 2010, p.10).

Com isso, há uma clara dependência da economia de Teresina em relação a esse setor. Essa participação significativa do setor público nas atividades produtivas, mais especificamente na capacidade de gerar emprego e renda, resulta num estado de dependência deste.

Vale esclarecer que a maior participação do setor público, no total da população ocupada, é decorrente da incapacidade de outros setores da economia de Teresina em absorver a população em idade de ingressar no mercado de trabalho. Essa população é, em grande parte, oriunda do processo de migração do interior para a capital, que foi intensificada na década de 1990.

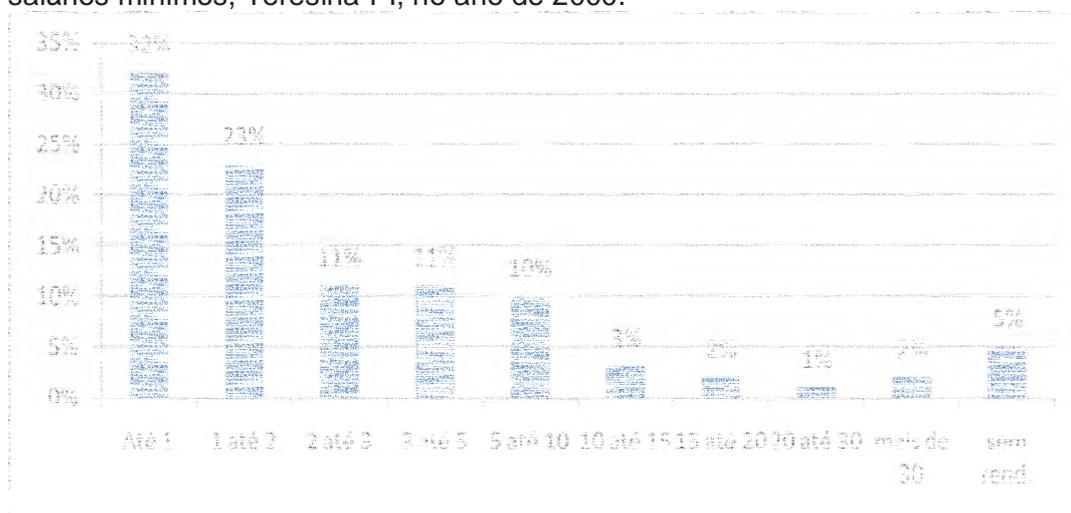
Algo que também chama atenção é o fraco desempenho do setor agropecuário de Teresina. Certamente esta irrisória participação relativa da população ocupada na agropecuária de Teresina poderia ser melhor, uma vez que a mesma detém uma grande superfície territorial, o que possibilita a utilização de uma maior área rural para a atividade econômica.

Embora a estrutura produtiva instalada em Teresina seja favorável à geração de emprego, já que na mesma predominam atividades mais intensivas em pessoal do que em capital (FORTES, 2010), constata-se que nela não se destaca nenhuma atividade que exerça um efeito multiplicador na sua economia, no sentido de suscitar unidades produtivas diversas que lhe sejam complementares. O resultado social disso é que a cidade de Teresina apresenta uma grande população ocupada, mas com baixos salários.

Esse fato pode ser analisado a partir do gráfico 04, elaborado com dados sobre as classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio, em salários mínimos, no ano de 2000, de acordo com o IBGE.

Em 2000, foram identificados 169.771 domicílios pesquisados em Teresina. Esse indicador vai expressar a estrutura social que, por conseguinte, reflete na estrutura urbana. Dessa forma, compreender essa estrutura significa conhecer a sua estrutura social, que é formada com base na economia.

Gráfico 04. Classes de rendimento mensal da pessoa responsável pelo domicílio, em salários mínimos, Teresina-PI, no ano de 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

De acordo com o gráfico 04, pode-se observar que a maioria dos responsáveis pelos domicílios em Teresina, identificados pelo IBGE (2000), encontra-se na faixa salarial de até dois salários mínimos, num total equivalente a 55% da população.

Isso vem expressar a estrutura produtiva de Teresina, analisada anteriormente, na qual os setores predominantes de ocupação da população são o setor público, além do comércio e outros serviços.

A partir desses dados, pode-se afirmar que existe uma grande concentração de renda em Teresina, visto que, considerando as classes acima de dez salários mínimos, a cidade possui apenas 8% dos responsáveis pelo domicílio nessa faixa. Essa estrutura social se expressa na estrutura espacial.

3.2. Estrutura socioespacial de Teresina

A cidade apresenta as melhores condições para o processo de reprodução do capital, e isto implica em conflitos que se refletem na própria reprodução da vida, no cotidiano da sociedade e das suas classes. Pois “o processo de produção da cidade é indissociável do processo de reprodução da sociedade — neste contexto a reprodução continuada da cidade se realiza enquanto aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida” (CARLOS, 2004, p. 19).

O mapa 18 expressa a distribuição socioespacial em Teresina, elaborada com base em classes de salários mínimos dos responsáveis pelo domicílio. Chamamos a atenção para o fato de que o indicador “renda média” dos responsáveis pelo domicílio pode apresentar disparidade nas unidades urbanas, nos bairros analisados. No entanto, não se dispõe de outro indicador, por exemplo, a distribuição por setores censitários, que poderia diminuir essa discrepância, uma vez que os bairros não são totalmente homogêneos.

No entanto, pelas análises anteriores da estrutura produtiva de Teresina e pela composição salarial da massa que forma os responsáveis pelos domicílios, não haverá muita distorção na composição social das áreas identificadas no mapa 18, uma vez que esta expressa a concentração da renda em Teresina, pelo pequeno percentual de responsáveis pelos domicílios com renda acima de 10 salários mínimos.

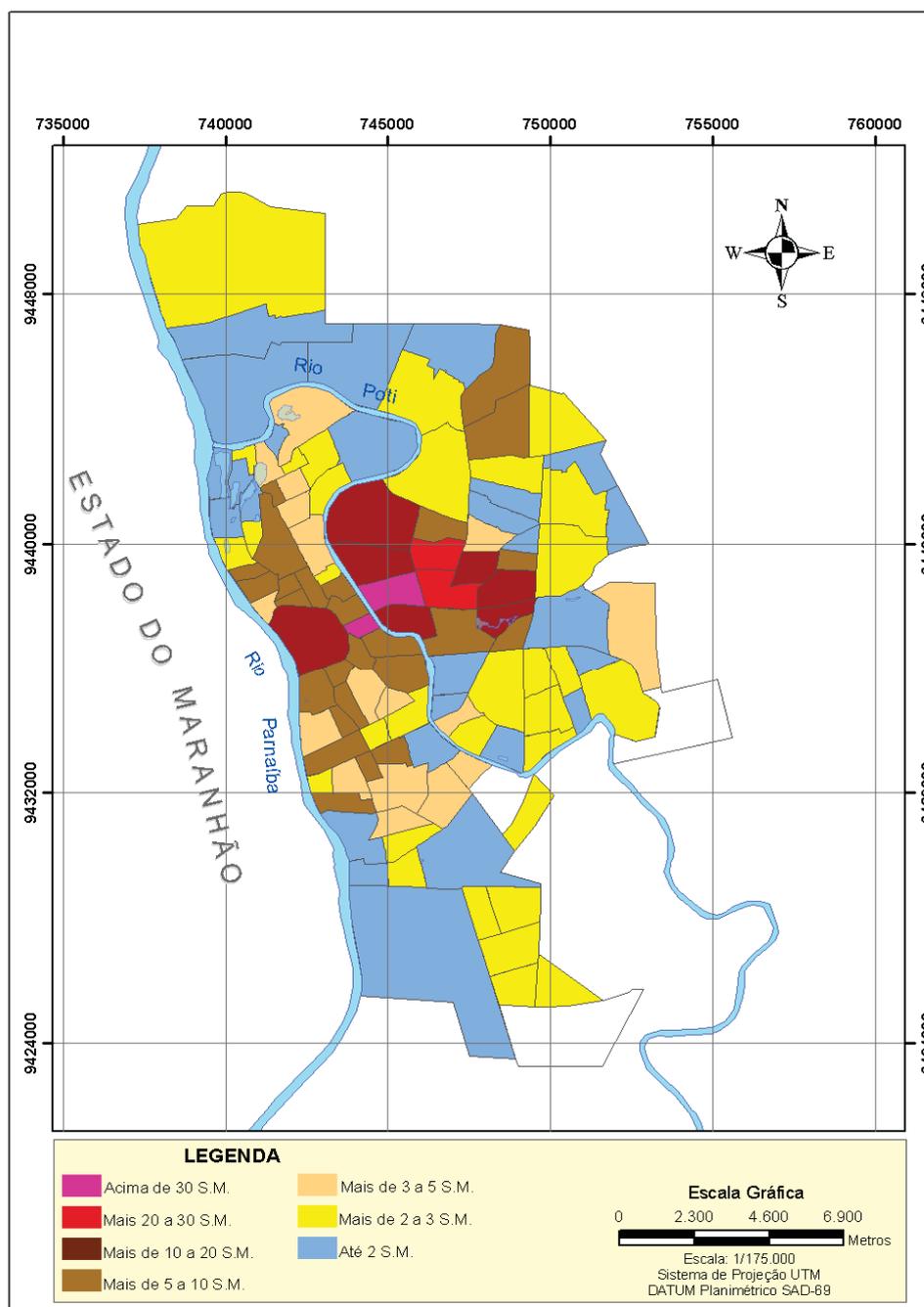
Estratificando ainda mais essas classes, os dados mostram que a renda em Teresina condiciona uma segregação socioespacial, tendo em vista que as classes sociais com salários acima de 10 mínimos, tendo como base o ano 2000, predominam em certas áreas da cidade. Segundo Villaça (1997, p.4):

Desde a segunda metade do século XIX, quando a maioria das atuais metrópoles do país começou a apresentar altas taxas de crescimento, as classes de mais alta renda começaram a exibir um processo de segregação que segue, até hoje, a mesma tendência. Em todas elas, sem exceção, a tendência é dessas classes se segregarem numa única e mesma **região geral** da cidade... (grifo no original).

Observa-se, ainda, pelo mapa 18, que o espaço urbano de Teresina segue um padrão produzido em outras cidades, segundo o qual as elites tendem a se concentrar em regiões específicas (VILLAÇA, 2001). Neste caso, a concentração da elite Teresinense acontece na região conhecida como “Zona Leste”, mais especificamente nos bairros Jóquei Clube, Fátima, São Cristóvão, Horto, Noivos,

Planalto Ininga e também no bairro Frei Serafim que, apesar de não fazer parte desta “Zona”, foi objeto recente de um processo de verticalização de alto padrão. Este fato confirma a tendência apontada por Abreu (1983), sobre o aspecto da segregação nessas áreas.

Mapa 18. Distribuição Socioespacial em Teresina, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Por outro lado, considerando-se, ainda, a análise do mapa 18, constata-se que existe uma imensa periferia formada pelas camadas de baixa renda. Essa população da periferia, para ter acesso aos bens de consumo que não sejam de atendimento imediato e de serviços básicos (saúde, educação, lazer, serviços bancários), precisa se deslocar de suas áreas, geralmente em direção ao centro, percorrendo grandes distâncias e dispêndio de tempo.

As áreas sociais segregadas, portanto, consequência do processo desigual e combinado da produção do espaço, possuem características socioeconômicas com semelhanças internas que as diferenciam das outras (CORRÊA, 1999).

Esse modelo urbano ajudou a retardar o desdobramento da centralidade de Teresina, uma vez que a elite econômica de Teresina encontra-se instalada nas imediações do centro e dispondo, por conseguinte, de acesso rápido a este. Nesse caso, não há necessidade de deslocamento do capital, criando ou recriando áreas de consumo, uma vez que essas áreas são dotadas das melhores infraestruturas.

A seguir, analisar-se-á a formação e a caracterização da região sudeste de Teresina, buscando elementos que ajudem a entender como uma região predominantemente formada por estratos sociais de baixa renda, consegue formar uma nova centralidade.

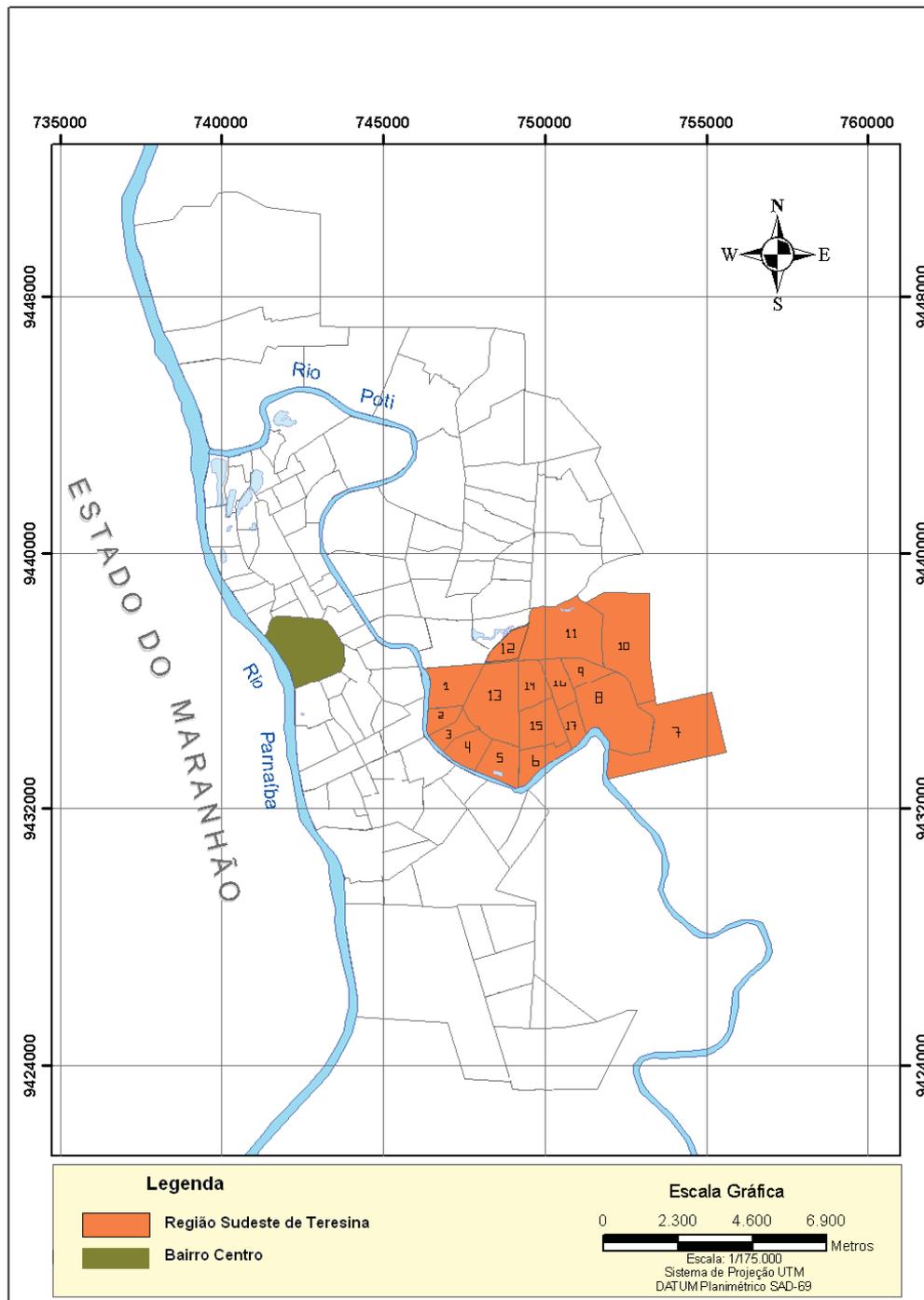
3.3. Região Sudeste de Teresina: composição espacial

A região Sudeste de Teresina (mapa 19) é formada por um aglomerado de 17 bairros: São Raimundo (01), Beira Rio (02), Tancredo Neves (03), Comprida (04), Extrema (05), Redonda (06), Bom Princípio (07), São Sebastião (08), Colorado (09), Todos os Santos (10), Gurupi (11), Livramento (12), Itararé (13), Parque Ideal (14), Novo Horizonte (15), Renascença (16) e Parque Poti (17). Esses bairros, por sua vez, são formados por conjuntos habitacionais (muitos deram origem ao bairro), Vilas, Favelas, Parques e Residenciais.

Dessa forma, integram a região Sudeste as vilas: Nossa Senhora da Guia (Beira Rio); Bom Jesus III e Monte Horebe (Colorado); Boa Esperança, Pantanal e Verde (Extrema); Alto da Ressurreição (Gurupi); CSU, Eugênia Ferraz, Flamboyant, Francisca Lemos e Mariana Fortes (Itararé), Cel. Carlos Falcão e Dona Lucy (Novo Horizonte); Santa Clara, Universal e Wall Ferraz III (Parque Ideal); Poty I e Poty II (Parque Poti); Padre Luiz, Paris e Progresso (Renascença); São Raimundo (São Raimundo) e Bagdá (São Sebastião); As Favelas Moçambique (Itararé) e Ferroviária (Todos os Santos); Os Residenciais Frei Damião (Gurupi) e Araguaia (São

Sebastião) e os Parques Ideal e Itararé (Parque Ideal) e Nailândia (Parque Poty). Esse conjunto urbano concentra uma população de 133.008 mil habitantes (IBGE, 2007).

Mapa 19. Composição Espacial da Região Sudeste de Teresina, 2006.



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2006.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

A Prefeitura Municipal de Teresina adota definições distintas para Vilas, Parques, Residenciais e Favelas. Assim, as formas urbanas de Parques e Residenciais, de acordo com definição da Prefeitura Municipal de Teresina, são:

Áreas de assentamento planejado e executado pela PMT, em loteamento de interesse social, observando a legislação de parcelamento do solo em vigor. Diferenciam-se pela tipologia dos domicílios que nos parques são inicialmente de taipa/telha e construídos pelas famílias em regime de autoconstrução, enquanto que os residenciais são construídos predominantemente de alvenaria/telha, em regime de mutirão familiar. São áreas beneficiadas com infraestrutura básica bem como regularização fundiária (PMT. Teresina - Agenda 2015, p.22).

Do mesmo modo, Vilas são:

Áreas de ocupação irregular do solo, caracterizadas inicialmente, pela ausência de infraestrutura e precariedade da construção dos domicílios, mas que apresentam condições para regularização fundiária e urbanização (PMT. Teresina - Agenda 2015, p.22).

Ainda de acordo com a Prefeitura Municipal de Teresina, Favelas são:

Aglomerados humanos situados em área de ocupação irregular do solo que se caracterizam pela precariedade da construção das moradias, ausências de urbanização e saneamento, inexistência ou confusão no arruamento. As favelas localizam-se em áreas insalubres, leito de rua, áreas de risco, impróprias à moradia, demandando, por parte do poder público municipal, remoção das famílias para área de assentamento (PMT. Teresina - Agenda 2015, p.22).

Considerou-se que a lógica que está por trás desses conceitos, é de cunho puramente ideológico, como forma de criar no imaginário coletivo a existência de uma cidade desprovida de “favelas”, uma vez que esses assentamentos expressam a ineficiência de políticas públicas voltadas a prover condições dignas de habitabilidade ao grande contingente populacional.

Residenciais, Parques, Vilas e Favelas, da forma como estão definidos acima, apresentam mais semelhanças e poucas diferenças. As características socioespaciais são muito similares. Assim, acredita-se que as definições acima não podem ser construídas em torno do que elas não possuem em relação ao modelo dominante da cidade. O fato é que a mudança de conceitos para assentamentos com características socioespaciais parecidas, não encobrem a realidade desses lugares.

3.4. Início da ocupação da região Sudeste de Teresina

Se não existe realidade urbana sem centro, como afirma Lefebvre (2004), também se considera que não existe centro sem periferia. Assim, a relação que se estabelece entre centro e periferia, que poderia ser de complementaridade é encarada, quase sempre, de forma dicotômica. Isso se deve, muitas vezes, pelos atributos dados ao centro e a periferia. O centro, de modo geral, é caracterizado pela funcionalidade, pelo simbolismo, pela acessibilidade enfim, atributos que o diferencia do resto dos elementos espaciais. Da mesma forma, a periferia, de modo geral, caracteriza-se pela carência funcional, pela distância, falta de infraestrutura, etc. Porém:

Dizer 'o centro' e a 'periferia' é cristalizar uma relação em termos geométricos e, por isso, torná-las estática. Se quisermos construir relações dinâmicas, é preciso falar em organização ou de grupos em situação de centralidade e de organizações ou de grupos em situação de marginalidade (RAFFESTIN, 1993, p.189).

Assim, do ponto de vista da relação que se estabelece entre centro e periferia, considera-se importante conhecer o processo da formação do aglomerado urbano localizado na Região Sudeste de Teresina, uma vez que nesse processo se materializa essa relação. Dessa maneira, começa-se a ocupação com a construção do conjunto habitacional Itararé I, em 1977, pela Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, com 3.040 unidades, dentro da política habitacional do Governo Federal, através de financiamento do Banco Nacional de Habitação.

A figura 07 tem o propósito de visualizar espacialmente, em relação ao resto do tecido urbano, a área onde se formará o que estamos chamando de “Região Sudeste de Teresina”. Essa figura é uma imagem obtida por sensoriamento remoto, datada de 1975, imageada pelo satélite Lansat 2, cuja resolução espacial é de 80 x 80 m. A imagem foi processada digitalmente usando técnica de geoprocessamento.

Figura 07. Local do Início da Ocupação da Região Sudeste de Teresina-PI, 1975.



Fonte: LANDSAT 2, INPE, 1975. Arquivo do IFPI.
Consultado em julho de 2010.

O objetivo da análise dessa imagem é demonstrar que o espaço urbano de Teresina, em 1975, estava mais restrito à área “entre rios”, ou seja, a área compreendida entre os rios Parnaíba e Poti, expandida no sentido norte-sul. Limitado a oeste, em virtude do rio Parnaíba, o crescimento da cidade no sentido leste estava condicionado à transposição do rio Poti, o que aconteceu com a construção da ponte Presidente Juscelino Kubitscheck. Entretanto, mesmo depois dessa ligação, essa expansão acontecia nas imediações do eixo da rodovia BR 343 de acesso à região norte do estado e à cidade de Fortaleza.

Em relação a essa imagem, além de ter sido obtida em período com uma grande quantidade de nuvens, mesmo assim, para o propósito de visualizar a mancha urbana de Teresina, bem como a identificação da área onde se formou o bairro Itararé, e mais, considerando ainda a dificuldade em obter dados com melhores condições de analisar a situação da época, avaliou-se que se trata de uma fonte válida para espacializar o processo de ocupação da região Sudeste.

Pela figura 08, que é uma imagem datada de 1981, obtida por sensoriamento remoto, com as mesmas características da figura 07, pode-se observar que já existe uma mancha urbana na região circulada. Trata-se dos conjuntos habitacionais Itararé I e II chamados, posteriormente, de Dirceu Arcoverde I e II. A partir desses conjuntos começou um processo de ocupação da região, que, nos dias atuais, configura uma nova área de centralidade intraurbana em Teresina.

Figura 08. Indicação do Início da Ocupação da Região Sudeste de Teresina-PI, 1981.



Fonte: Landsat5, INPI, 1981. Arquivo do IFPI.
Consultado em julho de 2010.

Comparando-se as figuras 07 e 08, pode-se observar que, decorridos apenas quatro anos de um momento ao outro, verificou-se o começo de um crescimento urbano de Teresina, em uma área que formará um grande aglomerado urbano, configurando a Região Sudeste. Para tanto, foi fundamental a construção dos conjuntos habitacionais Itararé I e II que representaram, no início da ocupação, um total de 7294 unidades habitacionais. Trata-se de algo bastante significativo para a época em Teresina, o que representou um salto grande para a organização espacial da cidade.

3.5. Itararé: sinônimo de preconceito.

O histórico do processo de ocupação do bairro tem como fonte relatos de moradores que vivenciaram esses momentos. Alguns desses relatos constam de reportagens de jornais que abordaram esse tema. Desse modo, quando houver necessidade de transcrever algumas informações que se considerou relevantes, far-se-á a citação da fonte como sendo estes jornais.

Abordou-se anteriormente, que a política de habitação em massa de Teresina fazia parte de uma ideologia política dos governos militares. Até então, de forma expressiva, pela quantidade de unidades construídas, destacavam-se os conjuntos habitacionais Parque Piauí (1968), com 2294 unidades, e mais 500 de ampliação (1977), e Bela Vista I (1976), com 912 unidades, ambos situados na região sul de Teresina.

Inicialmente, dispersos pelo espaço urbano de Teresina, esses conjuntos induziam uma expansão da cidade, que acontecia no sentido sul, havendo ligações com o resto do tecido urbano, pela BR-316 e pela PI-113 de ligação com a cidade de Palmeirais, no caso do Parque Piauí.

Consta de informações contidas no “Jornal O Dia”, edição de 13 de abril de 1976, que o então Governador do Piauí, Dirceu Mendes Arcoverde, em visita às obras do conjunto habitacional Parque Piauí, localizado na zona sul de Teresina, comentou a possibilidade de construção de um novo conjunto habitacional destinado à população que comprovasse renda de até um salário mínimo mensal. Este conjunto habitacional viria a ser o Itararé.

Portanto, a construção do conjunto habitacional Itararé I (1977), assim como os outros conjuntos habitacionais mencionados anteriormente, também aconteceu de forma dispersa no tecido urbano. Por este aspecto, a ligação do conjunto habitacional Itararé com o resto da cidade dava-se de forma precária, com apenas um acesso pelo bairro São João, mesmo assim, sem pavimentação. Essa condição refletiu socialmente nos moradores do bairro, que passaram a ser identificados pela sujeira nos pés, tornando-se alvo de preconceito.

Disperso no tecido urbano, sem infraestrutura, de baixo padrão de construção, em grande quantidade e em série, essas características denotam que esses conjuntos tinham como público alvo, estratos de baixa renda. De fato, os conjuntos Itararé I e II foram construídos para atender, na época, a uma necessidade imediata,

ou seja, abrigar os moradores que vivam debaixo da ponte e em áreas de riscos, bem como atender um contingente de funcionários públicos com salários mais baixos e que não dispunha de moradias. Do ponto de vista da ideologia urbana, pode-se considerar que havia uma intencionalidade de expandir a cidade que, com o início de um processo de ocupação em determinada zona da cidade, não deixa de promover uma especulação imobiliária, uma vez que o padrão de expansão urbana dispersa cria vazios que, dessa forma, valoriza-os.

Assim, para compreender melhor o início do processo de ocupação do bairro Itararé, cita-se o depoimento da assistente social Irmani Veloso, que foi vereadora de Teresina entre 1982 e 1992, tendo como principal base eleitoral, a época, os moradores dessa área. Este depoimento encontra-se disponível em Sousa Neto et al (2009, p.10 e 11):

“Cheguei formada de Belo Horizonte e fiz a opção, em razão do meu estágio, pelo trabalho comunitário e fui escalada pelo governo do Dr. Dirceu pra vir trabalhar no bairro que antigamente era chamado de Itararé (sic) (...). Então vim preparar a comunidade não só para aceitar o centro social urbano que já estava sendo construído, como também ajudar na remoção das famílias que residiam no bairro saci, que era uma grande favela e que o governo desejava que a área fosse desocupada para construir um conjunto de classe média. (...) A área que hoje é o saci, eram famílias que moravam em casebres, era uma área invadida, então vieram para cá de procedências diversas, e depois quando o Dirceu foi tomando assim uma posição melhor, aí já havia briga de pessoas querendo casas”.

Do mesmo modo, Anselmo Dias, morador do bairro desde sua fundação, ex-presidente da Associação dos Moradores do Itararé e Ex-vereador de Teresina, em notícia publicada no “Jornal O Dia”, edição de 03/09/2005, comenta:

“A maioria das pessoas que ocuparam os conjuntos é muito pobre. Tinha até gente que era morador de rua e mendigo. Ninguém queria vir para cá, pois era muito longe do centro. Mas, como não tinha outro jeito, as pessoas vieram morar aqui. Aqui não tinha água, nem luz e o transporte era muito ruim. Só tinha ônibus 7h, 12h e 18h. Depois, mais nada”.

Construídas para população de baixo poder aquisitivo, as casas eram pequenas e todas iguais. Assim, a estrutura das casas era composta de uma sala, um quarto, cozinha e uma pequena área de serviço, encravadas em terrenos que medem 10m de frente por 20 m laterais, perfazendo uma área de 200 metros quadrados.

Como declarado pelo ex-vereador Anselmo Dias, o transporte público na época só existia em três horários. Isso significou grandes transtornos para os

moradores, uma vez que, na área, predominava o uso eminentemente residencial e havia necessidade imediata de melhorias que o local não possuía.

Dessa forma, tanto para ir ao trabalho como para fazer compras ou utilizar serviços era preciso se deslocar pelo menos 15 quilômetros até a área do centro, caminhando, de bicicleta, ou outra forma, uma vez que transporte público existente a época era precário. Nesse cenário, é possível imaginar que o deslocamento do conjunto habitacional Itararé ao centro, para realização de atividades de que não se dispunha na área, era uma tarefa desgastante e onerosa.

Assim, aproveitando o depoimento da moradora Rufina Maria Pereira Alves, em notícia publicada no Jornal Meio Norte, edição de 30/11/2008, sobre o início da ocupação do bairro Itararé verifica-se, pelo relato dela, que:

“Morava no bairro São Cristóvão, mas procurava a minha própria casa. Cheguei aqui em 1977 e fui uma das primeiras a receber a chave de uma das casas do conjunto habitacional. Tudo mudou desde o primeiro instante, mesmo quando não tinha água, energia elétrica, calçamento, eu sabia que esse lugar seria o melhor, bastava nossa coragem e força de vontade. Os moradores do bairro eram identificados até mesmo pela sujeira em seus sapatos, provenientes de longas caminhadas em meio ao barro. As ruas eram todas de piçarra e a primeira a ser calçada foi a Rua Gibraltar, que fica localizada em frente às escolas estaduais Júlia Nunes, Maria do Carmo e Odílio de Brito Ramos. Rua onde foi construída quadra de esportes “Almeidão” e que também possibilita o acesso do bairro Dirceu Arcoverde I à BR-343. No início, nem mesmo vizinho eu tinha, eles foram chegando aos poucos. Quando uma pessoa ficava doente era levada ao Hospital Getúlio Vargas (HGV) em carros da polícia militar”.

Um fato que contribuiu, naquela época, para amenizar, se é que é possível falar em amenização nessas condições, o sofrimento daqueles moradores, foi a construção da primeira igreja católica no local, a Igreja de São Francisco de Assis (figura 09). Com a construção dessa igreja, a Prefeitura Municipal de Teresina também construiu um chafariz, o que melhorou a vida das pessoas, no aspecto de que a área passou a dispor de um local com abastecimento de água, fazendo com que as pessoas se deslocassem até este ponto, encurtando as distâncias para abastecer suas casas com água.

Figura 09. Igreja de São Francisco de Assis, Referências dos primeiros momentos do conjunto habitacional Itararé I, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G., 2010.

Também em notícia publicada no Jornal Meio Norte, edição de 29/11/2009, a moradora Maria Sancho Pereira descreve os momentos iniciais da ocupação da área, quanto à questão da disponibilidade de água:

“Pegávamos água em carrinho de madeira, com vários vasilhames para abastecer nossas casas e também através do carro-pipa, que abastecia os moradores, todos os dias, mas não era suficiente para atender às necessidades diárias da população”.

Do mesmo modo, José Francis Alves, então presidente da Associação dos Moradores do Dirceu Arcoverde, em entrevista concedida ao Jornal Meio Norte, edição do dia 04/03/2005, também colabora com a descrição do início da formação do bairro Itararé destacando:

“A falta de estrutura, no início, era realmente terrível. No começo de tudo, as pessoas resistiam muito em vir para cá, as casas que foram entregues aos moradores sequer tinham portas. O que trouxe as pessoas para cá foi a necessidade. A partir de 1983, ocorreu uma verdadeira explosão populacional na região. Entre 83 e 86, pessoas dos mais diferentes locais vieram para cá, causando essa explosão demográfica”.

Outro aspecto que merece ser destacado é o padrão das casas construídas. Ainda de acordo com a entrevista de Irmani Veloso (SOUZA NETO et al, 2009, p.13):

“O Alberto Silva que na época chegou a concorrer o senado junto com o doutor Dirceu, dizia que as casas não cabiam um jumento inteiro, o jumento ficava com o rabo e as orelhas de lado de fora, e as casas eram realmente minúsculas. (...) Havia três tipos de casas, uma tinha só o quartinho e uma área, outra tinha uma sala, um quartinho e uma arezinha (sic), e outra tinha uma área ser ter paredes na frente, que era a de maior valor. (...) Começaram a fazer puxados de palha e, para a COHAB havia o risco do Dirceu (sic) ser incendiado. (...) O presidente telefonava pra mim quase a me bater, mandava os fiscais, dizendo que iam derrubar, e o povo corria pra mim desesperados contar, e eu dizia, vocês não fazer nada, vocês vão simplesmente pegar um facão e quando chegar os fiscais da COHAB vocês vão dá duas ou três lapadas na porta, não vão bater em ninguém, matar ninguém, simplesmente coloquem o facão pra fora, digam assim, entrem! E dêem três ou quatro lapadas na porta, que eu garanto que eles não voltam, e assim eu orientava as famílias (...) Tive que ir ao governo contar a problemática que estava havendo e eles financiaram tijolos para quem quisesse comprar, por valor simbólico, pra aqueles que quisessem ampliar suas casas”.

Mesmo apresentando dificuldades iniciais de ocupação de uma área construída para abrigar estratos sociais de baixa renda, caracterizada na sua origem pela falta de infraestrutura básica, como transportes, água, energia elétrica, calçamento, escolas, hospitais, etc., a área compreendida pelos conjuntos habitacionais Dirceu I e II induziu a ocupação de áreas em seu entorno.

Assim, a região foi se formando. Construiu-se o conjunto habitacional Tancredo Neves (1985), com 756 unidades residenciais, na modalidade de apartamentos, que mais tarde transformou-se em bairro; o conjunto habitacional Novo Horizonte (1986), com 300 unidades, que iria formar o bairro com o mesmo nome; os conjuntos Renascença I (1986) e II (este último em 4 etapas) (1988/1996), com 2.576 unidades, formando o bairro Renascença e os demais, conforme apontou-se anteriormente.

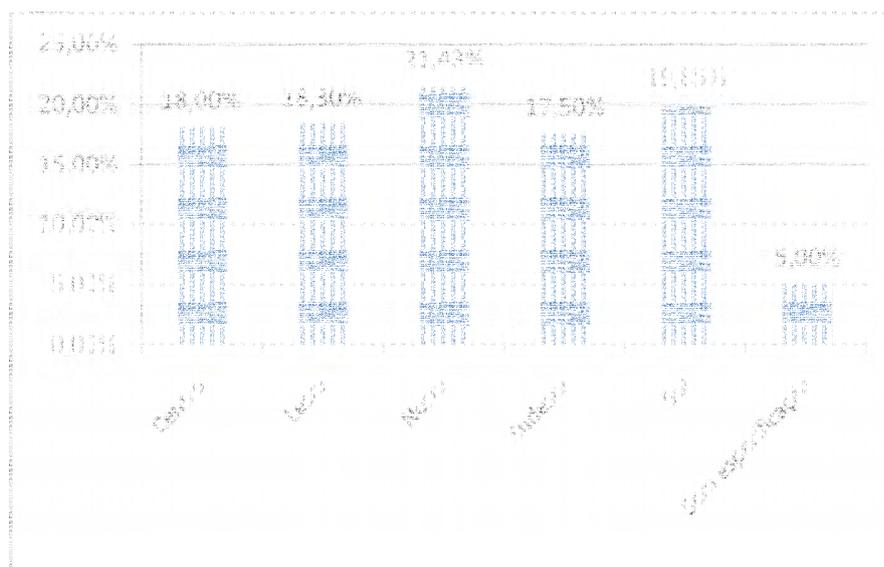
3.6. Consolidação da Região Sudeste de Teresina.

Quando se abordou a estrutura produtiva de Teresina, em que se apresentou as faixas salariais das classes nominais responsáveis pelo domicílio, e como essa situação se expressava no espaço, teve-se o cuidado de alertar para o fato de que o indicador representava a média, portanto, homogeneizando a classe dentro do bairro, o que pode mascarar a realidade.

Com isso, o gráfico 05 apresenta a distribuição dos domicílios pesquisados, por região de Teresina, de onde se constata certo equilíbrio na quantidade. Ao todo, foram identificados 169.771 domicílios permanentes, em 2000 (IBGE). Nesse caso, a

região Sudeste é a que apresenta o menor número, correspondendo a 17,5%, enquanto a região norte é a que tem mais domicílios pesquisados, com 21,43%.

Gráfico 05. Distribuição, por regiões de Teresina, de domicílios permanentes, 2000.

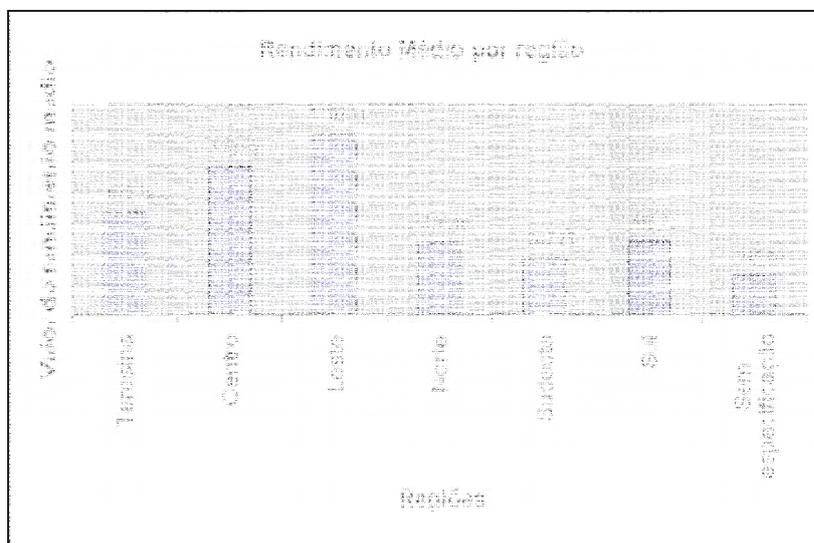


Fonte: IBGE, 2000.

Elaborao por: Lima, P.H.G., 2010.

No entanto, ao analisar o indicador classe de rendimento nominal dos chefes de domicílios, por região de Teresina, conforme o gráfico 06 percebe-se que a região Sudeste apresenta a menor média nominal. Isso indica que a característica social da região é, predominantemente, de baixa renda, considerando que, em termos de salário mínimo (à época de R\$ 151,00), é pouco mais de dois salários mínimos. Adiante, apresentar-se-á a distribuição da renda dos chefes de domicílios, por classes de renda.

Gráfico 06. Rendimento médio do responsável pelo domicílio em Teresina, no ano de 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

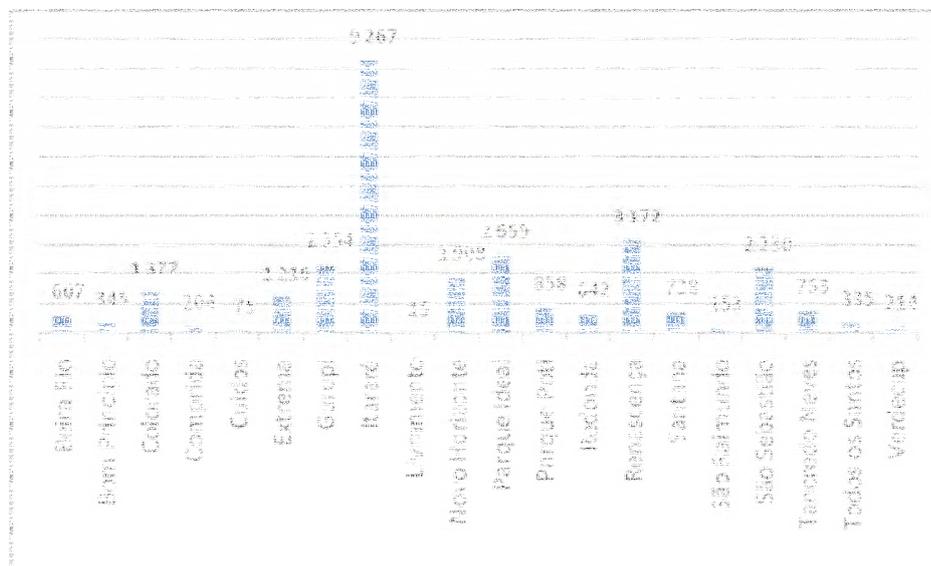
3.7. Distribuição populacional da região Sudeste de Teresina

O gráfico 07 apresenta a distribuição populacional na região Sudeste, por bairro, em números absolutos. Ao todo, foram identificadas 122.501 pessoas residindo nessa região, sendo 58.357 do sexo masculino e 64.144 do sexo feminino (IBGE, 2000).

Pode-se constatar, de início, pela análise do gráfico 07 que o bairro Itararé, naquela época, era o bairro mais populoso da região, e de Teresina também. Com 40.751 habitantes (Censo de 2000), correspondia a pouco mais de 33% dos residentes naquela área. Isso mostra a importância, do ponto de vista do seu contingente populacional, que esse bairro assume para a região e também para o município de Teresina.

Chama-se a atenção para a composição de bairros da região Sudeste de Teresina, em 2000, conforme o gráfico 07. Percebe-se que existiam 20 bairros, considerando que áreas de expansão, que não se consolidou, seriam transformadas em bairros. No entanto, a realidade atual é a que foi apontada anteriormente, ou seja, a região Sudeste de Teresina é formada por 17 bairros (mapa 19). No entanto, como a análise populacional considera os dados de 2000, permanece-se com essa informação, uma vez que a mesma não trás prejuízo para este trabalho.

Gráfico 08. Chefes de domicílio, por bairro, da Região Sudeste de Teresina, em 2000.

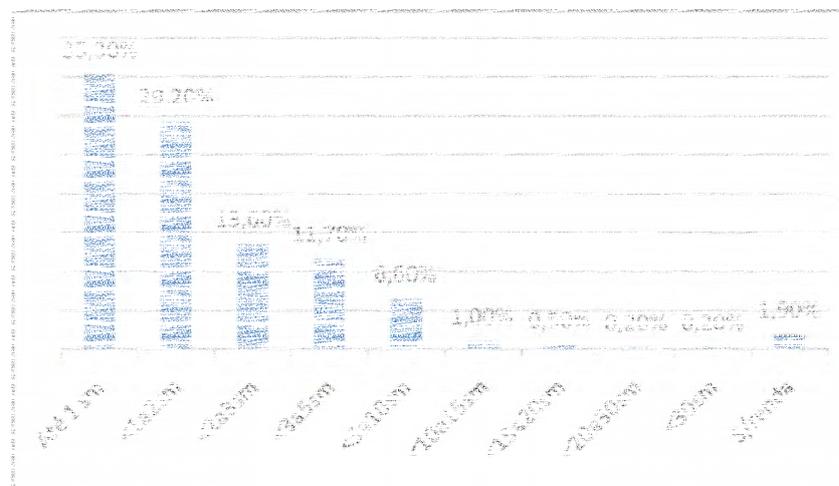


Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Expressou-se, anteriormente, pelo gráfico 06, que a renda média da região Sudeste de Teresina, no ano de 2000, era de R\$ 365,25. Por seu lado, o gráfico 09 apresenta a distribuição da renda média nominal dos responsáveis pelo domicílio, por faixa salarial, correspondente a região sudeste de Teresina.

Gráfico 09. Classes de rendimento dos responsáveis pelos domicílios da Região Sudeste de Teresina, 2000.



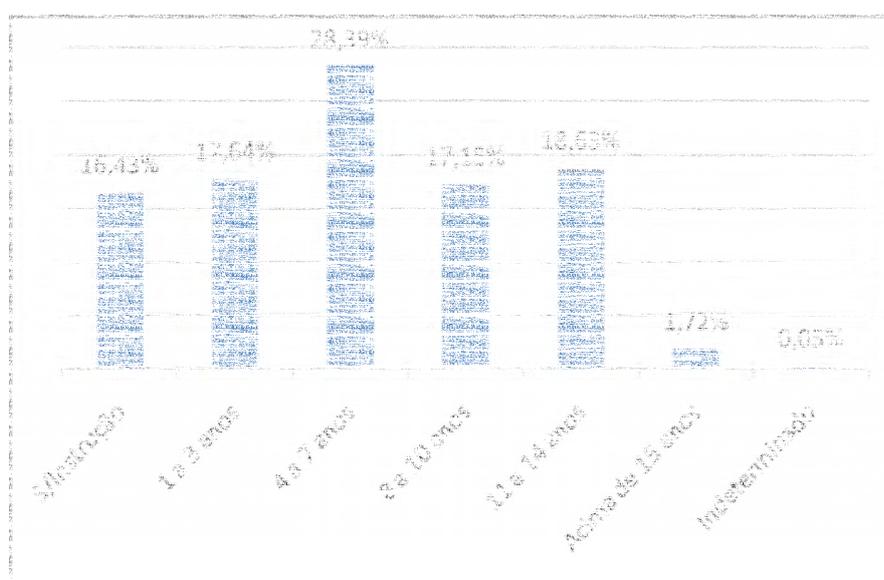
Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

respondem por 63,6% da renda da região, o que é perfeitamente compreensível, haja vista que estes também respondem por cerca de 60% da população residente e dos responsáveis pelos domicílios. Portanto, há uma concentração populacional em poucos bairros dessa região.

De certa forma, sendo um produto social, o espaço urbano reflete esta condição. Da mesma forma, a renda é função direta, também, do nível de escolarização dos moradores de determinada área. Assim sendo, o gráfico 11 apresenta o nível de escolarização, em anos de estudos, dos chefes de domicílios da região Sudeste de Teresina.

Gráfico 11. Escolarização dos responsáveis pelos domicílios da região Sudeste, em anos de estudo, 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Os indicadores socioespaciais apontados até aqui mostram que a região Sudeste é uma área com características de baixa renda. Esta condição é relevante para as análises, tendo em vista que se procurou entender o desdobramento tardio da centralidade de Teresina e que, conforme nossa problematização, o objeto empírico de investigação deste trabalho faz parte dessa realidade social.

Desse modo, deve-se buscar também, em variáveis não econômicas, possíveis respostas para a formação da centralidade, tendo em vista que as

características sociais da região Sudeste de Teresina apontam para uma composição social em que predomina a baixa renda.

Assim, mesmo participando do mundo do consumo, este segmento social não se configura como a demanda preferencial para a reprodução capitalista, pelo tipo e limite de consumo. Nesse caso, a formação da centralidade, do ponto de vista de uma descentralização urbana, requer outros atrativos urbanos.

Segundo Corrêa (1999, p.125):

A descentralização verifica-se quando há ou são criadas atrações em áreas não centrais, como as seguintes: terras não ocupadas, a baixo preços e impostos; infraestrutura implantada; facilidade de transportes; qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; possibilidade de controle do uso da terra e amenidades.

Dessa forma, as novas áreas de centralidades, expressão do processo de descentralização, associadas ao processo de reestruturação urbana, formam-se com o propósito de suprir as necessidades de algumas áreas. No entanto, a constituição da centralidade será determinada, não pela necessidade de atender à população que se encontra cada vez mais distante da área central, mas pelo potencial de mercado que essas áreas apresentam. Assim, faz-se necessário conhecer, do ponto de vista da disponibilidade de infraestrutura, o que dispõe a região capaz de gerar uma centralidade.

3.8. Infraestrutura básica da região Sudeste de Teresina

Ao observar a disponibilidade desigual de acesso à infraestrutura de serviços básicos na cidade, pode-se afirmar que o centro se apresenta como o lócus prioritário em relação ao provimento dos serviços considerados de consumo coletivo, o que lhe diferencia do restante da cidade, como referência pela qualidade da infraestrutura implantada. Assim:

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de habitantes leva esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização de poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação destas áreas seja privilégio das camadas de rendimento mais elevadas. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (SINGER, 1982, p. 27).

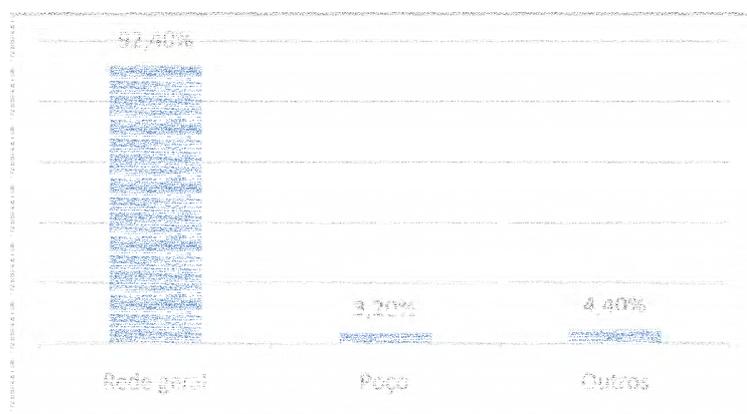
Neste tópico apresentar-se-á alguns indicadores sócio-demográficos que indicam a qualidade dos serviços básicos de consumo coletivo na região sudeste de Teresina. Estes indicadores foram selecionados do Censo demográfico realizado pelo IBGE (2000) e sua importância está na possibilidade de confrontação da condição de centralidade na região e da disponibilidade da infraestrutura de serviços básicos de uso coletivo. Neste caso, considerar-se-á como indicadores o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a oferta de escolas, os hospitais, os transportes públicos. Essas informações ajudam a compreender os aspectos socioespaciais da região, na perspectiva de entender o surgimento da centralidade, como um processo de descentralização/centralização urbana.

3.8.1. Abastecimento de água.

De acordo com o gráfico 12, praticamente toda a região Sudeste de Teresina, em 2000, era servida por abastecimento de água da rede geral. Esse serviço público atendia a 92,4% dos domicílios da região. Nesse aspecto, considera-se que existiu uma ação do poder público em dotar a região de um serviço básico, que é o abastecimento de água.

Constata-se que esta região superou as condições iniciais, conforme descrito anteriormente, quando se destacou os primeiros momentos da ocupação caracterizado pela completa falta de infraestrutura, aí incluída a falta de abastecimento de água.

Gráfico 12. Forma de abastecimento d'água na região Sudeste de Teresina-PI, em 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

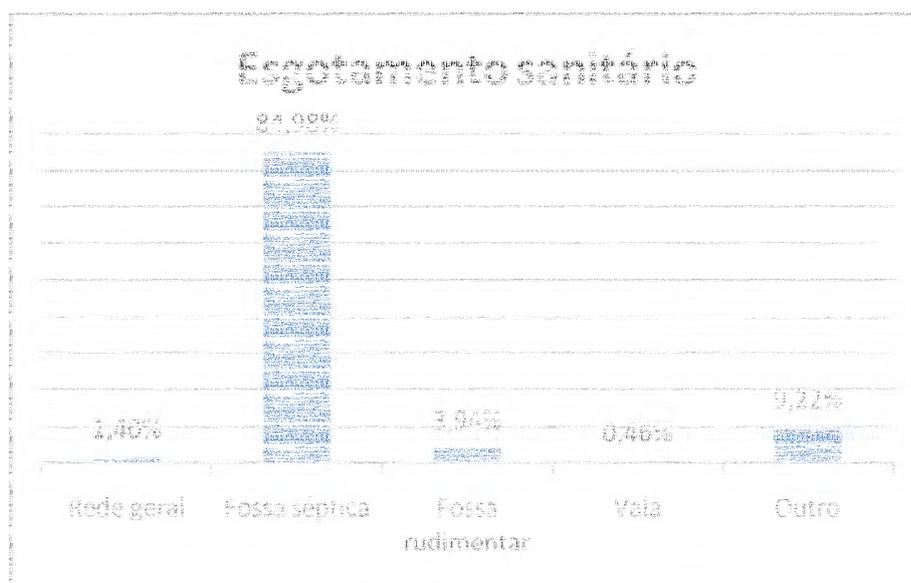
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

3.8.2. Esgotamento sanitário

Se, por um lado, existiu a ação do poder público em dotar a região de abastecimento d'água, através da rede geral, em 2000, essa ação não aconteceu com os serviços de esgotamento sanitário. Dessa forma, a região Sudeste de Teresina apresentou apenas 1,40% dos domicílios pesquisados servidos pela rede geral de esgoto.

Dessa maneira, o gráfico 13 apresenta os tipos de esgotamento sanitário dessa região, onde se percebe que predominou a forma de fossa séptica, com 84,98% dos domicílios servidos por esse tipo de esgotamento.

Gráfico 13. Tipos de esgotamento sanitário da região Sudeste de Teresina, em 2000.



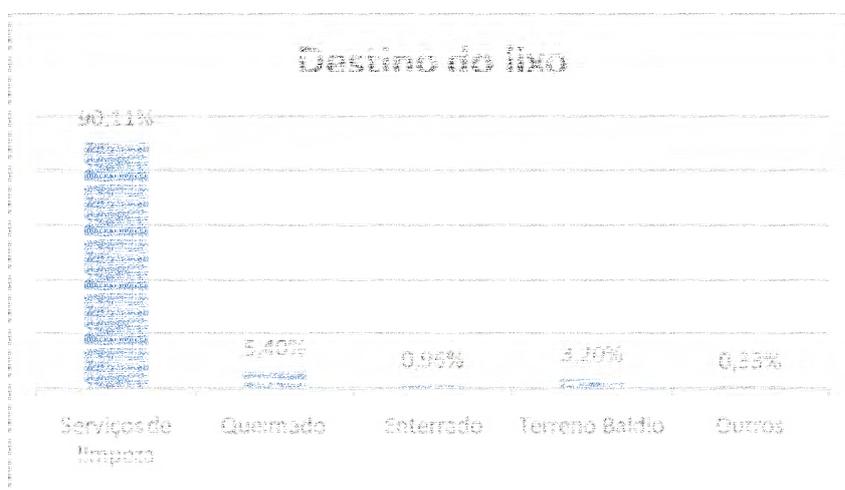
Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

3.8.3. Destino do lixo

Da mesma forma, este indicador também apontou para uma ação do poder público quanto à coleta de lixo. Desse modo, foi identificado que 90,11% dos domicílios que compunha a região sudeste de Teresina, em 2000, eram servidos pelo serviço de coleta de lixo (gráfico 14).

Gráfico 14. Destino do lixo produzido na região Sudeste de Teresina, em 2000.



Fonte: IBGE, 2000.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

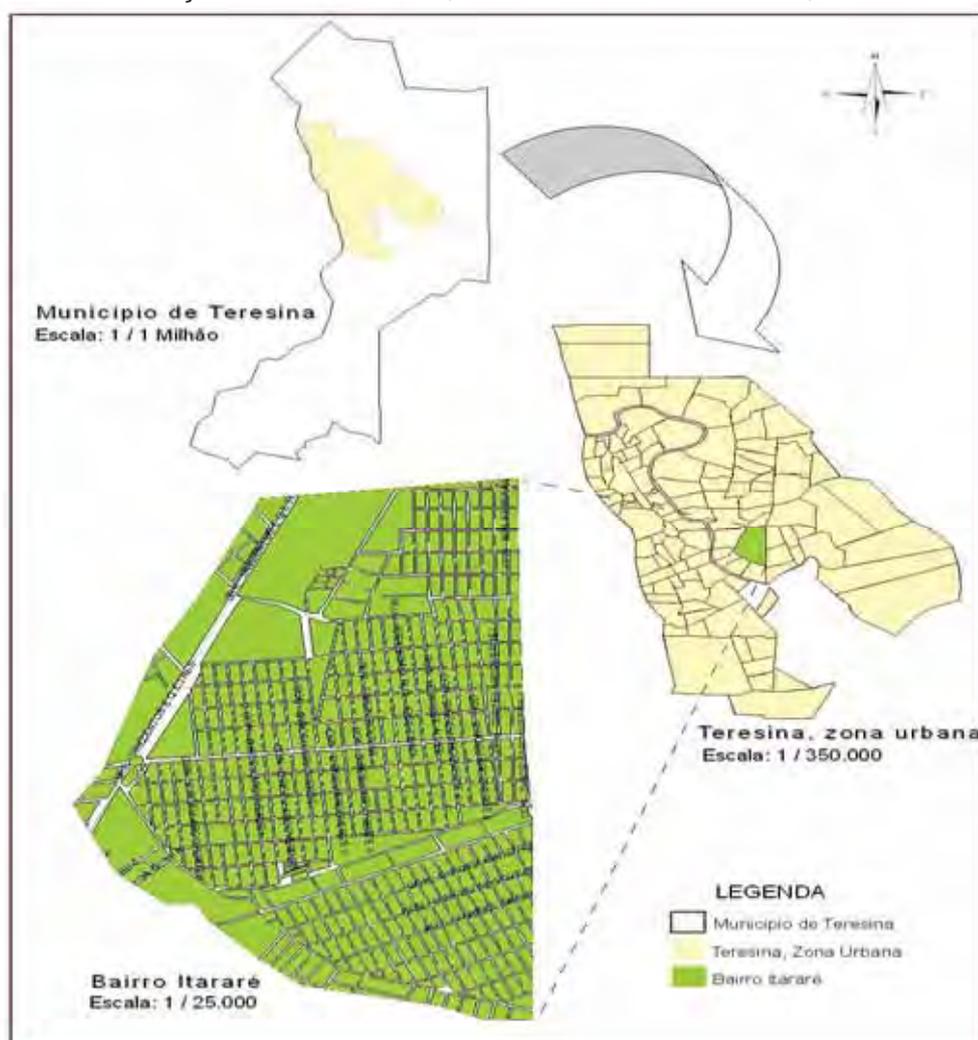
Essa fato indica que a grande maioria da população dessa região era atendida pelos serviços de limpeza proporcionados pelo Poder Público, que se expressou na forma de coleta de lixo domiciliar do tipo “porta-a-porta”, ou seja, os moradores colocavam seu lixo na porta para ser recolhido pelo serviço de limpeza.

3.9. O bairro Itararé se destaca na região Sudeste.

O mapa 20 apresenta a localização geográfica do bairro Itararé dentro do espaço urbano de Teresina. Nesse item procurou-se caracterizar esse bairro, com destaque para os elementos funcionais que conferem a esta área sua condição diferencial dentro da região e, por conseguinte, em Teresina. Com isso, estar-se-á justificando a escolha da área como foco desse estudo.

A ideia foi construir argumentos que possibilitem definir o bairro Itararé como um subcentro dentro da estrutura urbana de Teresina, ou seja, que a área passa por transformações, quanto as características funcionais, de tal modo que se aponte para uma reestruturação urbana e, por conseguinte, a confirmação de que começa ocorrer uma policentralidade em Teresina. Para tanto, apresentar-se-á uma caracterização da área que mostra os principais elementos que compõem a infraestrutura do bairro.

Mapa 20. Localização do bairro Itararé, zona Sudeste de Teresina, 2010.



Fonte: Elaborado por Lima, P.H.G., 2010.

3.9.1. Caracterização funcional do bairro Itararé

Lojkine (1997, p.202) analisa o urbano com foco na produção econômica e na reprodução da força de trabalho. Por esse aspecto, esse autor considera que os bens de consumo coletivo são contribuintes para a reprodução do capital. Ressalta ainda o papel indispensável do Estado, como provedor de tais bens. Considera, ainda, que áreas com melhores infraestruturas potencializam mais investimentos e que a distribuição desigual de serviços na cidade determina demandas diferenciadas nos preços e usos do solo.

Do mesmo modo, Singer (1982) ressalta a importância do Estado no provimento de boa parte dos serviços urbanos essenciais às empresas e utilizados pela população. Por este aspecto, considera que:

Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desce para esta zona demandas de empresas e de moradores que anteriormente, devido à falta do serviço em questão, davam preferência a outras localizações. Estas novas demandas, deve-se [sic] supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termo de compra ou aluguel, um preço maior do que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando ainda não dispunha do serviços. Daí a valorização do solo nesta zona, em relação às demais (SINGER, 1982, p.34).

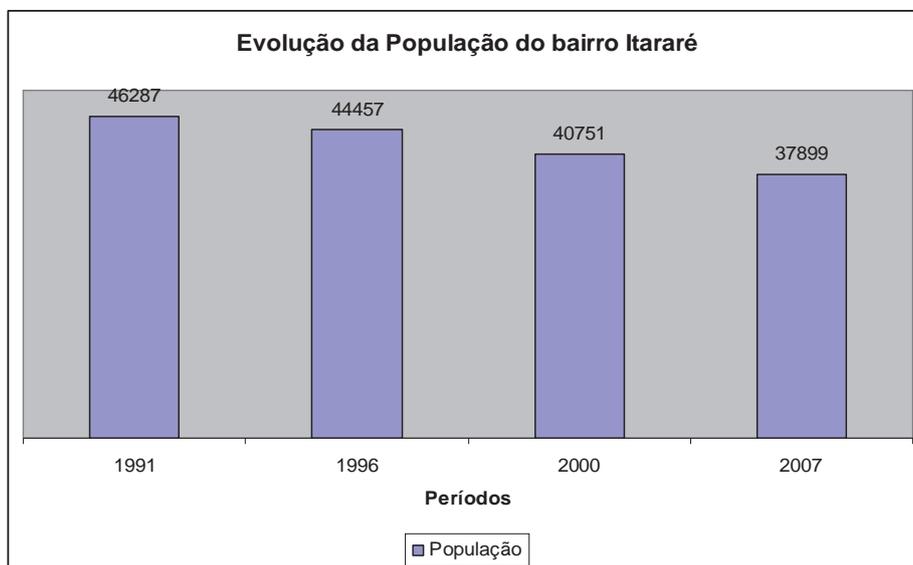
De um modo geral, abordou-se o bairro Itararé quando da formação da região Sudeste, inclusive com destaque, tendo em vista se tratar do bairro mais populoso da Região e também de Teresina. No entanto, fazendo parte de uma região em que predomina a baixa renda, far-se-á a sua caracterização funcional como forma de conhecer o papel que assume nessa região.

a) Aspectos demográficos

O gráfico 15 apresenta a evolução da população residente no bairro Itararé, referente aos anos de 1991, 1996, 2000 e 2007. Percebe-se que esse comportamento mostra-se decrescente. De acordo com dados da população recenseada pelo IBGE (2007), por situação de domicílio e sexo, que compõe a região sudeste de Teresina, com exceção do bairro Itararé, nos demais bairros houve aumento da população, com relação ao ano de 2000.

Acredita-se que o decréscimo populacional, verificado no bairro Itararé, conforme aponta o gráfico 15 deve-se, em parte, a mudança de uso do solo em algumas áreas do bairro, principalmente nos eixos comerciais das avenidas José Francisco de Almeida Neto, Joaquim Nelson, Noé Mendes. Nessas áreas, passou a predominar o uso comercial, em substituição ao residencial.

Gráfico 15. Comportamento demográfico do bairro Itararé nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2007.



Fonte: IBGE, diversos Censos.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

b) Infraestrutura Básica de Uso Coletivo.

I – Educação

O bairro Itararé dispõe de uma infraestrutura de educação composta de 23 escolas públicas, desde o atendimento pré-escolar, ensino fundamental e médio, até Campus da Universidade Estadual do Piauí (figura 10), bem como 20 escolas privadas, atendendo a uma população, matriculada em 2000, de 17.868 alunos (IBGE, 2000).

De acordo, ainda, com os dados censitários daquele ano, a população alfabetizada era de 32.180 e a população com escolaridade com 11 a 14 anos de estudo equivalia a 18,9% do total escolarizado.

Figura 10. Campus da Universidade Estadual do Piauí, localizado no bairro Itararé, Teresina, 2010.



Foto: Lima, P.H.G., 2010

Por meio do Decreto Estadual Nº 10.690, de 13 de novembro de 2001, foi criado o Campus da Universidade Estadual do Piauí denominado de “Campus da Região Sudeste”, justamente por estar localizada no bairro Itararé, Região Sudeste de Teresina. Mas um projeto de Lei de autoria da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí alterou sua denominação para “Campus Clóvis Moura”, em homenagem ao escritor piauiense de mesmo nome. Neste campus funcionavam, em 2010, os cursos de Geografia, História, Letras/Português, Pedagogia, Matemática, Ciências Contábeis, Direito e Administração de Empresas.

Fazendo parte, ainda, da infraestrutura educacional do bairro Itararé, tem-se a Escola de Educação Básica e Profissional “Embaixador Expedito de Freitas Resende”, que compõem uma das quarenta escolas da “Fundação Bradesco”, distribuídas pelo Brasil. Estabelecida no bairro desde o ano de 1982, ela atende aos alunos nos cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Curso de Educação de Jovens e Adultos, modalidade Suplência do Ensino Fundamental e Médio.

II – Saúde

Com relação ao atendimento de saúde, o bairro dispõe do hospital público “Dirceu Arcoverde” e da maternidade “Wall Ferraz” (figura 11), com um total de 91 leitos. Além disso, existe o Programa Saúde da Família, com 7.691 famílias cadastradas, tendo 98% das gestantes do bairro acompanhamento médico.

O bairro também conta com clínica particular (figura 12), com atendimento nas áreas de Clínica Médica, Patologia Clínica/Medicina Laboratorial, Radiologia e Diagnóstico Por Imagem, Oftalmologia, etc., bem como diversos exames médicos.

Dessa forma, a população conta com essa opção médica para resolução de problemas de saúde.

Figura 11. Hospital Estadual Dirceu Arcoverde, bairro Itararé, 2010.

Figura 12. Clínica particular, bairro Itararé, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G., 2010.

III - Sistema viário de transportes

O bairro Itararé, por ser a “porta de entrada” para Região Sudeste de Teresina, tem na Avenida José Francisco de Almeida Neto, a principal via de ligação dessa região com a estrutura viária da cidade, através da BR -343 (figura 13). Com isso, desenvolvem-se um grande fluxo de veículos e pedestres, condições básicas capaz de induzir a formação de um eixo comercial. Dessa forma, a área passa a ser bem servida de transporte público. Neste caso, com transportes públicos na modalidade rodoviária e ferroviária.

Figura 13. Sistema viário de ligação da Região Sudeste com o resto da cidade de Teresina, 2010.



LEGENDA:

- BR – 343 – ligação principal da Região Sudeste com o resto de Teresina
- Limite do Bairro Itararé
- Avenida José Francisco de Almeida Neto

Fonte: <http://earth.google.com>. Acessado em 18 de maio de 2010.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

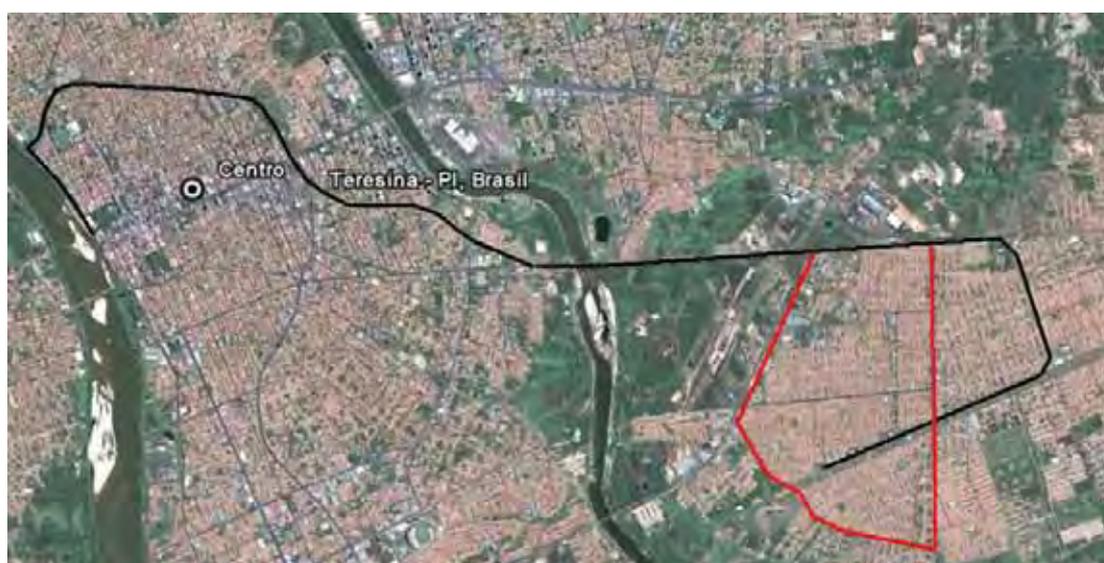
Assim, o sistema viário de transporte público rodoviário, através de ônibus coletivos que servia o bairro Itararé, em 2010, era composto das seguintes linhas:

- 505 - Redonda/Dirceu I/ João XXIII;
- 507 - Jardim Europa/ Todos os Santos/ João XXIII;
- 509 - Parque Jurema/ Dirceu II/ Shopping;
- 510 - Parque Jurema/Dirceu II/João XXIII;
- 515 - HD São Paulo/Shopping/Via São João;
- 602 - São Paulo/ Renascença I-II/Miguel Rosa;
- 603 - Parque Jurema/Dirceu II/ Miguel Rosa;
- 611 - Alto da Ressurreição/ Ponte Wall Ferraz;
- 702 - São Paulo/ Renascença I-III/Barão;
- 704 - Jardim Europa/ Todos os Santos/Barão;
- 710 - Alto da Ressurreição/ Barão.

Além do transporte rodoviário, o bairro Itararé é servido pelo metrô de superfície (figura 14), possuindo 05 estações: Boa Esperança, Renascença, Parque Ideal, Dirceu II e Terminal do Dirceu.

Desde que foi criado, começando a operar comercialmente em 1991, o Metrô de Teresina vem se consolidando como um meio de transporte de grande alcance social, possibilitando o deslocamento diário de milhares de pessoas, a um custo muito baixo por passagem (0,50 centavos) em 2010. Assim, o Metrô de Teresina funciona normalmente durante a semana, com exceção de domingo, nos horários das 06 às 20h, realizando 26 viagens diárias, quando atende a um número significativo de trabalhadores que se deslocam até o Centro de Teresina, partindo do bairro Itararé (figura 14).

Figura 14. Percurso do Metrô de Superfície em Teresina, 2010.



LEGENDA:

- Percurso do Metrô de Superfície em Teresina.
- Limite do Bairro Itararé

Fonte: <http://earth.google.com>. Acessado em 18 de maio de 2010.

Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Nos finais de semana, o metrô funciona excepcionalmente, atendendo a reivindicações de organizações ou entidades que realizam eventos na área central de Teresina. Dessa forma, o metrô já participou de passeios educativos com estudantes da rede pública de ensino, estudantes de Turismo e também crianças social e economicamente carentes.

IV - Estrutura viária

Dada a origem do bairro, construído inicialmente para atender uma população de baixa renda, e até mesmo sem renda, os conjuntos habitacionais Dirceu I e II, que formam a essência do bairro Itararé apresentam uma estrutura viária com ruas e avenidas relativamente estreitas, com pista de rolamento entre quadras com 5,0 metros de larguras, e na Avenida José Francisco de Almeida Neto, duas pistas de 7,0 metros cada e um canteiro central com 1,0 metro, por onde passam a maioria do fluxo de veículos e de pedestres.

Portanto, essas características viárias contradizem a lógica espacial das áreas de intenso comércio, que têm na mobilidade um dos atrativos. O resultado disso é um trânsito confuso, onde circulam as mais diversas modalidades de meios de transporte.

Porém, essa limitação espacial não foi suficiente para impedir que naquela área se desenvolvesse atividades comerciais e de serviços, típicas de áreas centrais, ainda que se perceba certa dificuldade de mobilidade, tanto de veículos motorizados quanto de pedestre.

V - Mercados públicos e supermercados

O bairro Itararé também é servido de dois mercados públicos, sendo um no Conjunto Habitacional Dirceu I (figura 15), contendo 353 concessionários, e outro no Conjunto Habitacional Dirceu II, contendo 41 concessionários. Além desses dois mercados públicos, o bairro dispõe de outras opções de vendas concentradas através de supermercados que, neste caso, fazem parte de uma das maiores redes locais, o Comercial Carvalho (figura 16). Assim, a população deixou de contar apenas com pequenas lojas e mercearias para atendimentos das necessidades imediatas e passou a contar com uma estrutura comercial que caracteriza o desenvolvimento local.

É destacável o papel que têm esses equipamentos urbanos de atrair e concentrar pessoas, pela diversidade de ofertas de consumo imediato. Segundo Ortigoza (2007, p.105):

Muitas das “tradicionais” formas comerciais (comércios de bairros: feiras, armazéns, bazares), sobrevivem, pois permitem relações de confiança, sociabilidade, solidariedade. Estes sentimentos de vínculo e de identidade são contrapontos de um formato considerado “antigo”, mas que são capturados pelo mercado e passam a permitir a sobrevivência de muitos pequenos estabelecimentos.

Da mesma forma, prossegue a autora:

Ao longo das últimas décadas, inúmeros novos conceitos comerciais, com lógicas de localização e de funcionamento distintas, também foram sendo introduzidos, revolucionando totalmente o sistema comercial. Os hipermercados, os grandes centros comerciais e os parques temáticos, merecem destaque neste vasto leque de inovações, pela sua dimensão, localização e complexidade funcional (ORTIGOZA, 2007, p.105).

Portanto, a convivência dessas formas de comércio num mesmo espaço, revela, pois, estratégias dos agentes comerciais visando responder às demandas locais e também criar novas necessidades de consumo.

Figura 15. Mercado público do Dirceu I, Figura 16. Supermercado localizado no bairro Itararé, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G., 2010.

VI - Cultura e lazer

Fundado em 13 de agosto de 2005 e mantido pela Prefeitura de Teresina, por meio da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, o teatro João Paulo II (figura 17) oferece atividades variadas. O local não serve apenas para apresentações artísticas, mas também é usado para atividades como curso de violão, flauta doce, dança contemporânea para crianças, pré-adolescentes e jovens, teatro físico dramático, pintura e desenho, estamparia e reciclagem, pintura em tecido e, ainda, a oficina alfabetização do corpo, dirigida a pessoas de mais de 60 anos de idade.

Com capacidade para 313 pessoas, possui dois camarins e espaço cênico com moderna estrutura de som e luz. Em sua entrada, existem quatro grandes painéis pintados pelos artistas plásticos Cybelli Rocha e João Neto, com temas que envolvem a música, o teatro e a dança.

A presença do referido teatro, com todo seu tamanho, infraestrutura e atividades, pode ser um atributo que confere centralidade ao bairro, pois no quesito cultura e lazer muitas cidades estão bastante deficitárias. O fato de um bairro de Teresina dispor desse equipamento urbano lhe confere um diferencial positivo.

Figura 17. Teatro Municipal João Paulo II, localizado no bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Foto: Lima, P.H.G., 2010.

Além de dispor de um dos três teatros de Teresina, o bairro Itararé ainda organiza um bloco de carnaval, chamado de bloco carnavalesco “Barão de Itararé”, fundado em 1985, composto por cerca de duas mil pessoas. Este bloco participava efetivamente dos desfiles de escolas de samba de Teresina, mas, partir de 2010, passou a desfilar somente no bairro. Assim, constata-se que existem, neste bairro, manifestações culturais típicas de áreas diferenciadas que simbolizam, funcionalmente, certa independência dentro da cidade.

VII - Serviços bancários

Dado um fluxo relativamente grande, para os padrões de uma cidade média como Teresina, de comércio e serviços que se estabeleceu no bairro Itararé, surge a necessidade de atendimento, no local, de serviços bancários, por exemplo. Assim, primeiramente foi instalada uma agência do Banco do Estado do Piauí. Depois, com a federalização deste banco, o mesmo passou a fazer parte da estrutura do Banco do Brasil, que permaneceu com a agência no Itararé (figura 18).

Do mesmo modo, em 2009, a Caixa Econômica Federal instalou uma agência nesta região (figura 19), considerando-se que somente depois de 19 anos sem expansão em Teresina é que isso veio a acontecer. Assim, o bairro Itararé, dentro da estrutura urbana de Teresina, passou a ser uma área privilegiada, contando com duas agências bancárias. Com isso, a população não precisa mais se deslocar para outras áreas da cidade, principalmente ao centro, em busca desse tipo de serviço.

Figura 18. Agência da Caixa Econômica Federal, bairro Itararé, 2010.

Figura 19. Agência do Banco do Brasil, bairro Itararé, 2010.



Foto: Lima, P.H.G. 2010

Neste capítulo, procurou-se entender a formação da Região Sudeste de Teresina, considerando-se que esse aglomerado urbano, inicialmente disperso do conjunto do tecido urbano, favoreceu o desenvolvimento nessa área. Embora o conjunto de bairros que forma essa área se configurar como de baixa renda, o fato de apresentar um contingente populacional significativo, equivalente 18% da população total de Teresina (2007), é motivo suficiente para a formação de uma centralidade, do ponto de vista funcional.

Assim, o bairro Itararé destaca-se por seu adensamento populacional, expressando pouco mais de 33% dos habitantes dessa região, de acordo com os dados do Censo demográfico de 2000, e por ser a “porta de entrada” para a região. Por essa condição, o fluxo de pessoas que se forma nessa área possibilita a concentração de atividades de comércio e serviços, o que configura a sua centralidade.

No entanto, é preciso que se identifique a composição desses comércios, uma vez que a simples concentração destes não configura um subcentro. É preciso que haja diversificação, ou seja, a área deverá dispor de variedades.

Destaca-se, ainda, o fato de o bairro dispor de certos equipamentos que o torna específico na região e na cidade. Esses equipamentos conferem singularidade ao bairro a ponto de torná-lo referência para seu entorno.

Dessa forma, no capítulo a seguir apresentar-se-á um estudo sobre a composição das atividades comerciais do bairro Itararé, na perspectiva de que estas são essenciais para a configuração da centralidade, definindo a área como um subcentro. Assim, o capítulo que segue contribuirá para a comprovação da hipótese e a confirmação de que começa ocorrer policentralidade em Teresina.

CAPÍTULO IV

ITARARÉ: EXPRESSÃO DA NOVA CENTRALIDADE EM TERESINA - PI

A questão do centro e da centralidade, enquanto objeto próprio de investigação é recente (TOURINHO, 2004). Dessa forma, a sua abordagem concentra-se em estudos de casos que, na sua maioria, acontecem nas metrópoles, pela complexidade que essas cidades apresentam. Reconhece-se, no entanto, que existem trabalhos que estudam esse fenômeno em cidades de porte médio. Uberlândia-MG (2009), Anápolis/GO (2006), Presidente Prudente/SP (2004) são alguns dos exemplos citados.

Embora não se estabeleçam comparações, o fato que é a realidade local confere a cada uma dessas cidades características próprias para que se analise a ocorrência da centralidade. No entanto, o que existe em comum entre esses estudos é o fato de serem as atividades terciárias as responsáveis pela ocorrência da centralidade. Segundo Ortigoza (2007, p.102):

O comércio, em sua longa história, sempre fez parte da própria razão de ser das cidades, ou seja, é o comércio que promove a existência da cidade, justifica em boa parte a sua organização interna, contribui para explicar os inúmeros movimentos que se desenvolvem no seu interior. Essas relações entre a cidade e o comércio são dinâmicas e a cidade vai se tornando produto das decisões e das práticas de diversos atores, entre eles os comerciantes, os consumidores, os promotores imobiliários e os produtores/fabricantes. Além de ser produto de toda esta dinâmica comercial, a cidade pode ser considerada condição e meio para que essas práticas continuem a se realizar. Daí a importância da dimensão espacial na análise do comércio e do consumo.

Sendo assim, o propósito desse capítulo é definir a centralidade do bairro Itararé, em Teresina, a partir da caracterização das atividades terciárias que acontecem nessa área, considerando as condições de atração existentes na mesma, do ponto de vista da infraestrutura local, as quais favorecem a formação da centralidade.

Apesar da singularidade da área, que se apresenta com característica de ser uma região com predominância de baixa renda, é fato que as atividades terciárias estão ali instaladas e que, embora predominem as atividades voltadas ao atendimento das necessidades imediatas, já é bastante significativa a presença de outras atividades.

Para a análise, foi feito um recorte espacial formado pelo eixo comercial da Avenida José Francisco de Almeida Neto. Porém, para maior compreensão do leitor, estabelecer-se-á o significado da expressão “Grande Dirceu”, tendo em vista que a área de estudo, ou seja, o bairro Itararé, assume essa denominação no senso comum dos habitantes que conhecem a região.

4.1. O “Grande Dirceu”.

No capítulo anterior, em que se abordou a formação da região Sudeste de Teresina, destacou-se a importância que assume o bairro Itararé nessa região, seja pelo contingente populacional, seja pela infraestrutura de que dispõe. Sendo assim, o bairro passa a ser a referência dessa região, na medida em que se destaca e se qualifica por diversas características locais.

O bairro Itararé é formado, entre outros, pelos conjuntos habitacionais Dirceu I e II, ligados pela Avenida José Francisco de Almeida Neto ou, como é mais conhecida, “Avenida principal do Dirceu”. Sendo assim, a Avenida José Francisco de Almeida Neto tem a capacidade de unificar os dois conjuntos, criando o “Dirceu”.

Unificado, o “Dirceu” assume a referência simbólica da região Sudeste, tal qual acontece com o centro em relação à cidade. Possuindo características de uma grande e diversificada área com atividades de comércio e serviços, espalhados por todo e não somente na avenida principal; dispondo-se de um grande contingente populacional, um intenso fluxo de veículos e pedestres trafegando pela avenida principal, tudo isso conjugado forma uma condição que se assemelha a um centro funcional.

Dessa forma, o “Dirceu”, na expressão corrente local, passa a representar a dimensão espacial que corresponde ao bairro Itararé, e o “Grande Dirceu” é a região de influência do “Dirceu”. Portanto, essa denominação, quando adotada nesse trabalho, refere-se à funcionalidade dessa área, tendo em vista que é a denominação de uso recorrente e de fácil reconhecimento pela comunidade local.

A questão principal a ser respondida nesse trabalho é se o bairro Itararé configura-se como um subcentro. Pois bem, para responder essa questão, com base na definição de subcentro que se adotou, de acordo com Villaça (2001), precisa-se caracterizar as atividades terciárias que acontecem nessa área e, com o apoio da literatura específica, definir sua condição.

Para tanto, fez-se um recorte espacial para caracterização das atividades de comércio e serviços. Trata-se do eixo comercial formado pela Avenida principal do Dirceu. Esta avenida comercial forma um importante nó na rede formada pelo Grande Dirceu e é capaz de integrar uma vasta região, convergindo os fluxos de matéria-prima, mercadorias, pessoas e informações. Esse papel central confere um *status* que ultrapassa a região, passando a definir a importância comercial da mesma. Com isso, a escolha desse local deu-se por este representar a maior e mais diversificada concentração de atividades terciárias, caracterizando-se como um eixo comercial que, segundo Souza (2009, p.66), define-se como:

[...] ruas ou avenidas que, por constituírem importantes vias de acesso aos principais bairros, a circulação nelas concentrada provoca intenso movimento diário de pessoas que se deslocam de um ponto a outro da cidade, atraindo para si lojas comerciais importantes.

Dessa maneira, o mapa 21 representa o bairro Itararé com destaque para a avenida principal do bairro, local escolhido para aplicação dos questionários, contendo as variáveis que ajudarão na definição de que o bairro é, de fato, um subcentro.

À primeira vista, pode-se perceber a grande quantidade de atividades terciárias existentes neste bairro, com base na distribuição espacial dos lotes comerciais. Com isso, o elemento “aglomeração”, da definição de subcentro, encontra-se contemplado. No entanto, é preciso caracterizar essas atividades tendo em vista que a “diversidade” é outro elemento na definição de subcentro.

Embora haja uma grande quantidade de atividades terciárias acontecendo no bairro Itararé, conforme aponta o mapa 21, a opção pelo eixo comercial da Avenida José Francisco de Almeida Neto deve-se ao fato de ser esta área a de maior concentração e diversificação das atividades e, portanto, o indicador que pode apontar para a condição de subcentro do bairro.

Além do mais, esta avenida é o principal corredor de acesso ao interior da região e por onde passa um grande fluxo de veículos e pessoas que entram ou saem dos bairros que compõem esta região.

Com base em dados obtidos do Cadastro de Consumidores da Companhia de Água e Esgoto do Piauí – Agepisa, de 2009, existem no bairro Itararé 1952 lotes comerciais, dos quais 242 estão localizados na Avenida principal do Dirceu. Estes lotes encontram-se distribuídos espacialmente, conforme mapa 21.

No entanto, como se verá adiante, há um fracionamento de imóveis, principalmente no eixo comercial da avenida principal e, com isso, não se conseguiu estabelecer a relação desses lotes no universo dos imóveis do bairro. Essa informação indicaria um percentual de mudança de uso do solo. Todavia, fica a informação absoluta de unidades, fracionadas ou não, que desenvolvem atividade comercial, o que, nesse caso, é um número bastante expressivo.

4.2. Procedimentos técnicos da Pesquisa Direta

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário, com 19 questões, abertas e fechadas (ANEXO I), aplicado em 167 estabelecimentos comerciais na avenida principal do Dirceu, nos dois sentidos, no período de julho a agosto de 2009, em horários comerciais. Este questionário teve como propósito fazer uma caracterização desses estabelecimentos, de modo a conhecer a diversidade das atividades instaladas, uma vez que está evidente a aglomeração destas. Com isso, dispor-se-á de elementos que permitam definir o papel desse bairro na estrutura urbana de Teresina e, desta forma, testar a hipótese levantada neste estudo.

Considerando o universo dos estabelecimentos (242) instalados no local de investigação optou-se, inicialmente, por um censo do local. Porém, considerando que a maioria desses estabelecimentos enquadra-se na categoria de atividades de atendimento imediato, e que nos horários de levantamentos alguns se encontravam fechados, resolveu-se compor o levantamento com um total de 167 entrevistados, correspondendo a 69% do universo dos estabelecimentos, o que se considerou uma amostra satisfatória para atender aos objetivos da pesquisa direta.

Além disso, buscou-se também conhecer a percepção dos entrevistados, quanto à questão da centralidade, na perspectiva de como eles identificam essa paisagem, considerando que esta é entendida “como resultado da ação de diferentes grupos culturais, que possui diferentes significados para aqueles que a fizeram, a alteraram, a mantiveram, (e) a visitaram” (CARDOSO, 2006, p. 15).

Os entrevistados foram os proprietários dos estabelecimentos, gerentes, empregados e outros. Este último, considerando quaisquer pessoas que não as anteriores, desde que mantendo relações com o estabelecimento (geralmente familiares do proprietário). Reconhece-se que todos esses personagens detêm as informações que se deseja coletar nas entrevistas não causando, assim, nenhum prejuízo às considerações, uma vez que, geralmente, são as características funcionais que definem a centralidade. Dessa forma, obtive-se os resultados a seguir.

1.5. Resultados obtidos

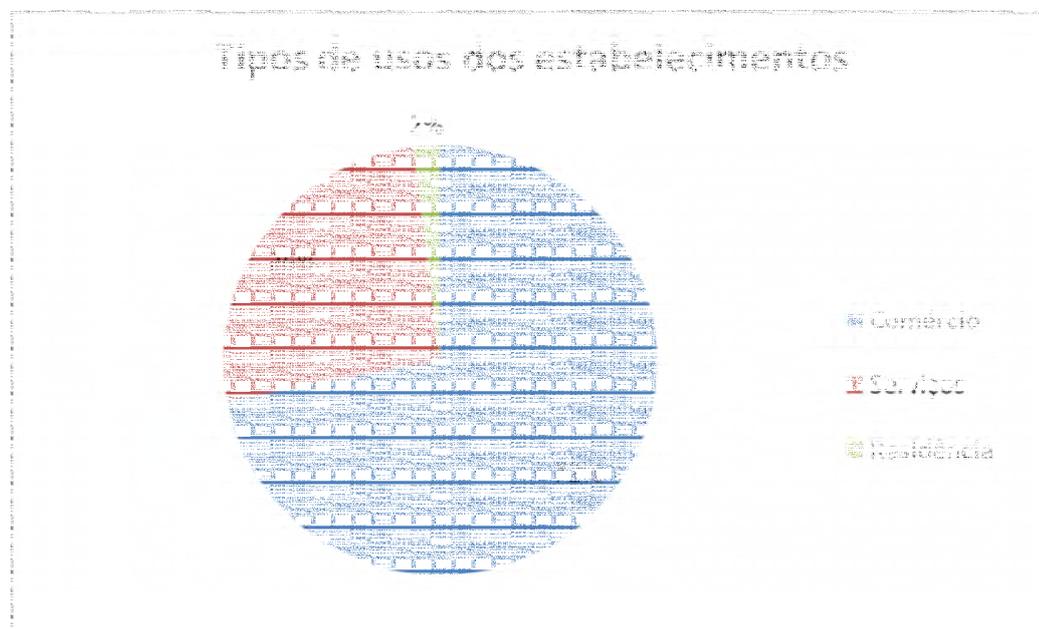
A seguir, passamos a apresentar os resultados obtidos em nossa pesquisa de campo.

a) Tipos de usos dos estabelecimentos

Os estabelecimentos foram categorizados como sendo de uso para comércio, serviços e residência (gráfico 16). De acordo com os dados obtidos, 72% dos estabelecimentos pesquisados são usados para comércio; 26% são de uso para serviços e 2% de uso residencial. Com esses dados, fica caracterizado que a avenida principal do “Dirceu” é um eixo de comércio e de serviços, tendo mudado, nos últimos anos, o seu uso, que originariamente era residencial.

Esta condição de eixo de comercial da Avenida José Francisco de Almeida Neto, ou avenida principal do “Dirceu”, é caracterizada pelo grande fluxo de veículos e pedestre que circulam por ela, configurando-se a sua acessibilidade. Dessa forma, pela condição de principal via de acesso a região Sudeste, torna-se possível o acesso de pessoas as suas residências, locais de trabalho, lazer, compras, passeios, etc. Segundo Lima (1998, p. 11) acessibilidade é definida, ainda, em função de uma série de fatores, considerando-se “o período do dia a que se refere, objetivos da viagem, entre outros”.

Gráfico 16. Tipos de estabelecimentos pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



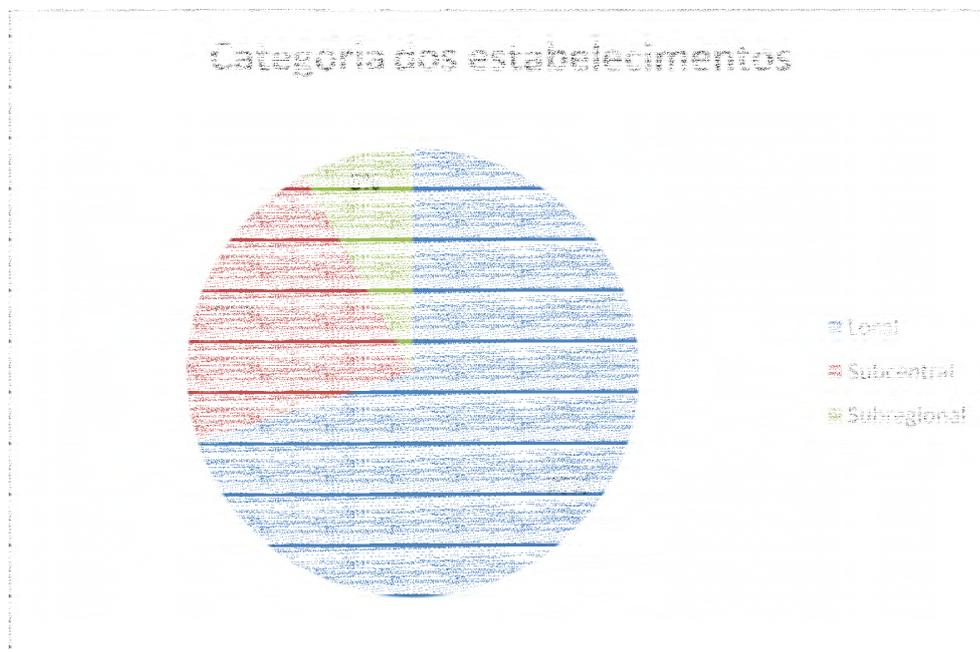
Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

b) Categoria da abrangência dos estabelecimentos investigados

A questão da categoria dos estabelecimentos é de suma importância para definição de um subcentro, tendo em vista que a ocorrência de comércio, de um modo geral, acontece por toda a cidade. Dessa forma, é preciso conhecer a composição das atividades que acontecem nessa área.

Sendo assim, definiu-se, nesse trabalho, que a categorização dos estabelecimentos seria em função da origem destes. Com isso, os estabelecimentos foram categorizados como sendo de origem local, subcentral e regional (gráfico 17). Para tanto, ficou definido que os estabelecimentos de abrangência local são aqueles voltados às atividades “típicas de bairro”, entendidas como aquelas que visam às necessidades imediatas, ou seja, consumo cotidiano, frequente. Nessa categoria encontrou-se as padarias, açougues, mercearias, bares, farmácias, sorveterias, etc.

Gráfico 17. Categorias dos estabelecimentos identificados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

Do mesmo modo, foi definido que os estabelecimentos de abrangência subcentral são aqueles que representam filiais de atividades estabelecidas, também, em outras áreas da cidade, geralmente no centro principal. Com isso, detectou-se a ocorrência de uma descentralização das atividades terciárias.

Por fim, os estabelecimentos de abrangência regional, que são semelhantes aos de abrangência subcentral, mas tendo outras unidades estabelecidas fora dos limites de Teresina.

Com o uso desse critério constatou-se que, dos estabelecimentos pesquisados, 70% estão na categoria de abrangência local, ou seja, são estabelecimentos voltados às atividades típicas de bairros. Do mesmo modo, 22% dos estabelecimentos pesquisados estão na categoria de subcentral e 8% são considerados sub-regionais.

Para ilustrar esse critério, apresentar-se-á a seguir alguns exemplos de estabelecimentos encontrados na pesquisa.

Na figura 20 poderá se observar exemplos de estabelecimentos com atividades que consideramos de abrangência local, conforme critérios definidos anteriormente, localizados na avenida principal do Itararé.

Nesse caso, uma das características desse tipo de estabelecimento comercial é o seu tamanho físico, relativamente pequeno, decorrente do fracionamento dos imóveis.

Figura 20. Exemplo de estabelecimento de atividades local encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010 .

A figura 21 mostra um exemplo de estabelecimento comercial definido como subcentral, dentro dos critérios estabelecidos anteriormente, localizado na avenida principal do Itararé. Observa-se que esse tipo de estabelecimento é de porte médio a grande, para as condições locais, requerendo um espaço de instalação bem maior. Nesse caso, trata-se de atividade descentralizada, configurando filial, com matriz no centro.

Figura 21. Exemplo de estabelecimento de atividades subcentral encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010

A figura 22 mostra um exemplo de estabelecimento comercial definido, anteriormente, como sendo de abrangência sub-regional, localizado na avenida principal do Itararé. Observa-se que se trata de uma grande loja de departamentos dispondo, inclusive, do conforto de escada rolante.

Segundo notícia veiculada pelo Grupo Claudino, proprietário do estabelecimento, obtida no site www.grupoclaudino.com.br, acessado em 21/08/2009:

“O bairro Dirceu Arcoverde (sic), em Teresina (PI), amanheceu em festa no dia 12 de junho de 2007. Palhaços, bonecos gigantes, bandas de música, trio elétrico, sorteios de brindes e muita animação marcaram a inauguração da escada rolante do Armazém Paraíba do Dirceu. O investimento faz parte das inovações implantadas nas filiais dos estados onde a empresa está presente. Depois de Teresina, que foi a primeira contemplada, outras cidades em breve contarão com a novidade” (grifo nosso).

E continua:

“[...] além da valorização da loja, a escada rolante fará com que toda a comunidade do Dirceu também se sinta valorizada. A escada trará conforto para os nossos clientes, que terão melhor acesso ao setor de móveis e aos ambientes da Casa Paraíba, que ficam no mezanino. Além de conforto e praticidade, a nova estrutura proporcionará o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção aos demais departamentos da filial”.

Essa característica de loja do Grupo Claudino, com escada rolante, é pioneira em Teresina, e o fato de estar localizada na avenida principal do Itararé demonstra o potencial comercial da área.

Figura 22. Exemplo de estabelecimento de atividades subregional encontrado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.



Fonte: www.grupoclaudino.com.br. Acessado em 21/08/2009.

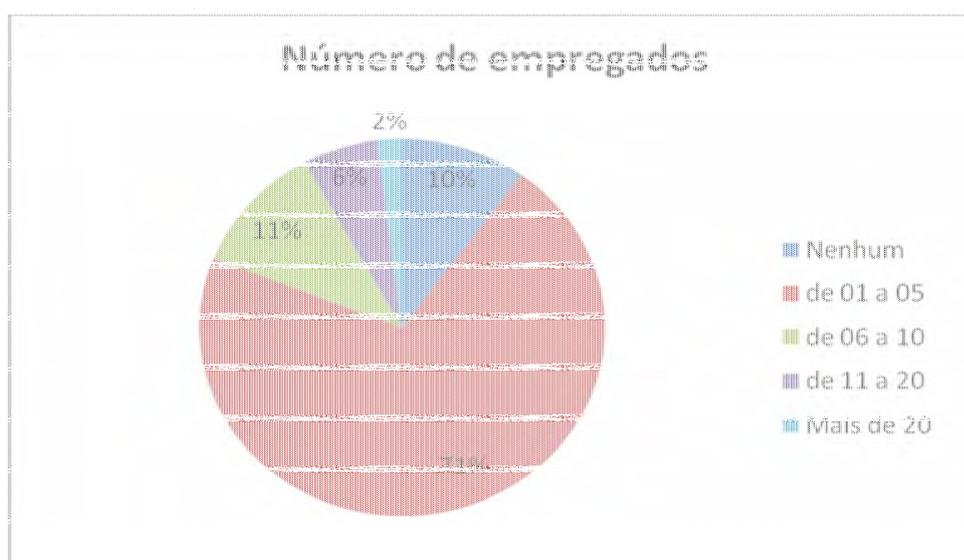
c) Número de empregados nos estabelecimentos

O gráfico 18 categoriza os estabelecimentos pelo número de empregados informados. Com isso, pode-se estabelecer o porte do estabelecimento. Os dados obtidos mostram que 10% dos estabelecimentos pesquisados disseram não possuir nenhum empregado, funcionando com o dono ou familiares; 71% dos estabelecimentos possuem de 01 a 05 empregados; 11% possuem de 06 a 10 empregados; 6% possuem entre 11 e 20 empregados e 2% possuem mais de 20 empregados.

Esse indicador que busca identificar a geração de empregos, confirma a composição dos estabelecimentos quanto à categoria. Sendo a maioria das atividades terciárias de abrangência local, ou seja, de porte pequeno, geralmente as pessoas envolvidas com o estabelecimento são de cunho familiar. Ainda assim, há um número grande de estabelecimentos que geram entre 1 e 5 empregos.

Neste caso, a variável geração de emprego é um forte indicador para se definir um subcentro, tendo em vista que a concentração de atividades terciárias deve atrair fluxos e, por conseguinte, gerar empregos, provocando um diferencial urbano nestas áreas, em relação a sua adjacência.

Gráfico 18. Número de empregados por estabelecimento pesquisado na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.

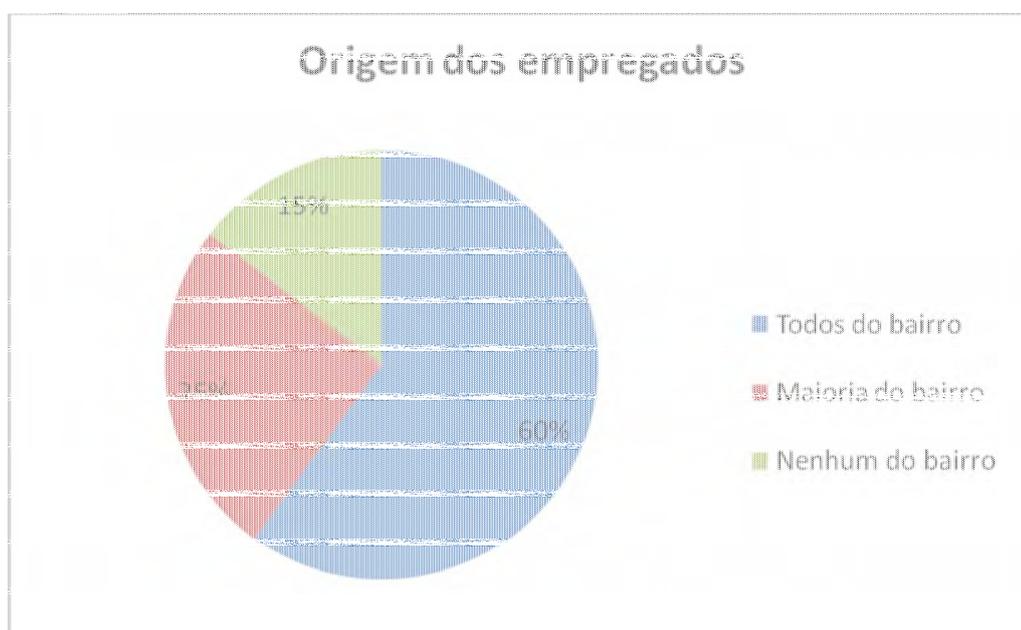


Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

d) Origem dos empregados

A análise da variável origem dos empregados (gráfico 19) ajuda a entender o fluxo de emprego gerado na área. Dessa forma, os dados mostram que em 66% dos estabelecimentos entrevistados os empregados são todos originários do bairro; 28% dos estabelecimentos possuem pelo menos um empregado de outra área da cidade e em 16% dos estabelecimentos os empregados são todos de outras áreas.

Gráfico 19. Origem dos empregados dos estabelecimentos pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina, 2010.

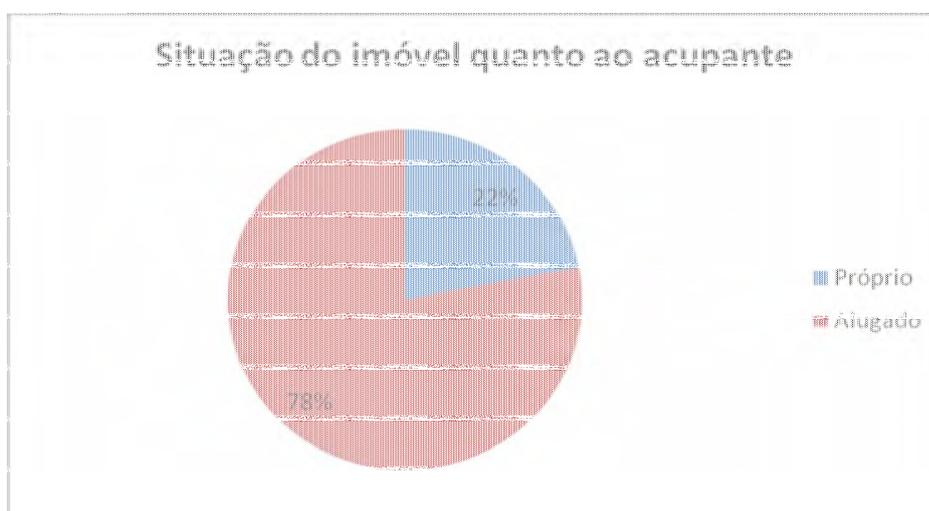


Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

e) Situação do imóvel quanto ao ocupante

A variável situação do imóvel quanto à condição do ocupante (gráfico 20), permite analisar alguns aspectos. Pode-se constatar, inicialmente, que a maioria das atividades terciárias realizadas no local não são os proprietários dos imóveis quem as realizam, uma vez que os dados mostram que 72% dos estabelecimentos pesquisados ocupam um imóvel alugado e somente 22% estão ocupando um imóvel próprio.

Gráfico 20. Situação do imóvel quanto a condição do ocupante, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

Por outro lado, cabe destacar que a valorização imobiliária da área tem levado alguns proprietários de imóveis a fazer um fracionamento dos mesmos, como estratégia para auferir renda. Com isso, e por se tratar de um conjunto habitacional construído para atender às classes de baixa renda, os lotes são de 200 metros quadrados e, ao serem fracionados, permitem apenas a instalação de pequenos estabelecimentos (figura23).

Figura 23. Exemplo de fracionamentos dos imóveis pesquisados na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

Essa condição, porém, não é empecilho para a reprodução do capital. A figura 24 mostra que, diante da viabilidade de se reproduzir, o capital consegue alterar a condição urbana imposta.

Figura 24. Presença de grande estabelecimento comercial na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.

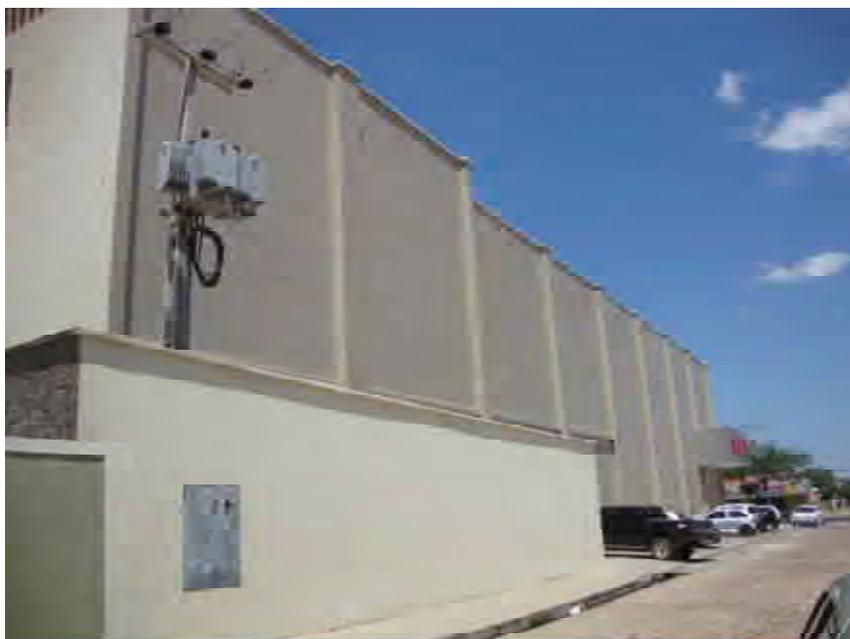


Fonte: <http://earth.google.com>. Acessado em 05 de agosto de 2009.
Elaborado por: Lima, P.H.G., 2010.

Observa-se, na figura 25, a instalação de um grande estabelecimento comercial na área desse estudo. A primeira condição para a sua instalação foi a aquisição de um terreno. Mesmo não havendo “essa disponibilidade” a priori, isso não foi impedimento para o capitalista que, diante da possibilidade viável de reprodução do capital, buscou estratégias para a aquisição de uma área para o seu empreendimento.

Neste caso, a estratégia adotada foi um remembramento, ou seja, a aquisição e unificação de vários imóveis, de tal modo que configurou uma única área. Com isso, viabilizou a construção do empreendimento na perspectiva de que este é viável, do ponto de vista da lógica capitalista, isto é, a obtenção de lucro.

Figura 25. Exemplo de um estabelecimento comercial de grande porte na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010

f) Percepção da centralidade

O gráfico 21 apresenta os resultados obtidos dos entrevistados, quanto à percepção da centralidade na área. Segundo os dados obtidos, 87% dos entrevistados consideram que o bairro Itararé representa uma nova centralidade, enquanto 13% consideram que não.

Dentre os argumentos apresentados pelos entrevistados, que consideram a área como uma nova centralidade, destaca-se: “o grande fluxo de pessoas na área”; “uma grande diversidade de comércio e serviços”; “o bairro já dispõe de quase tudo que se precisa”; “o bairro já possui muitas lojas grandes” “grande desenvolvimento comercial do bairro”; “devido à proximidade de outros bairros e a quantidade de fluxo populacional”; “tem tudo que caracteriza um centro, banco, grandes lojas”, “por ter uma grande população e bastantes serviços”; “já tem muita coisa que faz as pessoas não irem ao centro”.

Gráfico 21. Percentual dos entrevistados sobre a percepção da centralidade na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

Observa-se, nos argumentos apontados pelos entrevistados, que a paisagem formada na avenida remete à percepção de uma centralidade. De fato, considerando a paisagem da figura 26, vê-se que nela se encontram muitos dos elementos que denotam essa percepção, tipo: uma grande quantidade de estabelecimentos comerciais, intenso fluxo de veículos e pedestres, ou seja, a funcionalidade da área tem sido capaz de atrair e gerar movimentos que caracterizam uma centralidade.

Figura 26. Vista parcial da Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, Teresina-PI, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. de. 2010

De modo complementar, procurou-se saber em que situação as pessoas eram obrigadas a se deslocarem até o centro, ou seja, o que o bairro não dispunha, fazendo com que fossem obrigados a se deslocar ao centro para realizar tais operações.

Nesse item foram apontados os seguintes motivos: “faltam mais bancos”; “falta cartório”; “falta shopping”, etc.

Quanto às alegações dos entrevistados, que não consideram a área como uma nova centralidade, destaca-se: “o bairro tem que se desenvolver mais”; “não tem shopping”; “faltam muitas lojas ainda”; “o bairro não é tudo que as pessoas pensam”; “comércios pequenos e concentrados na avenida principal”.

Da mesma forma, existem aqueles que acham que a área não possui características de centralidade, por não dispor de elementos que, no julgamento destes, são determinantes para que isso aconteça.

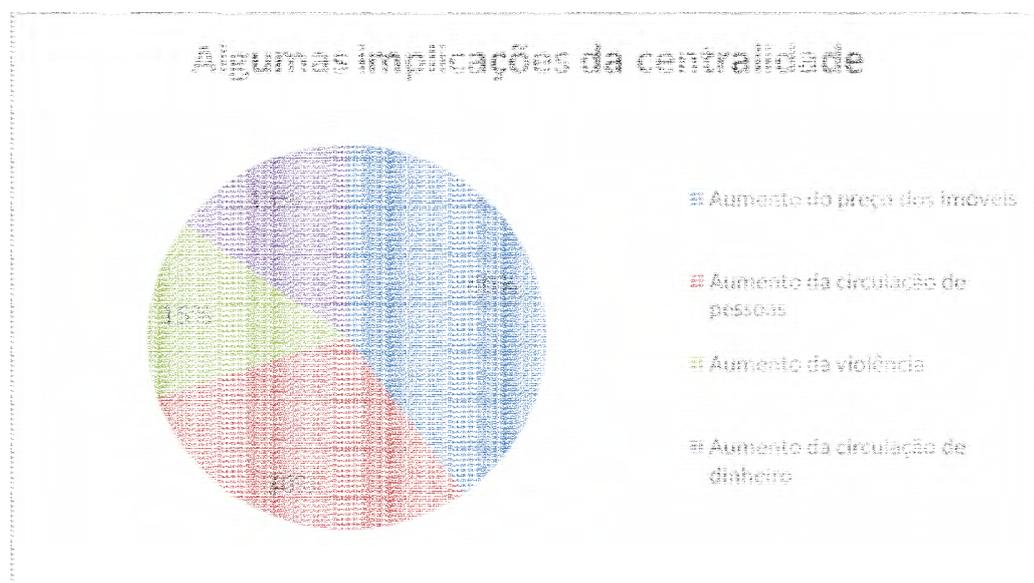
g) Implicações percebidas com a centralidade

Aproveitou-se essa pesquisa para, além da percepção da centralidade, que é mais objetiva, tendo em vista elementos para comparação, indagar sobre algumas implicações que ocorrem por conta da centralidade (gráfico 22). Trata-se de variáveis que, em alguns casos, não se dispõe, nesse trabalho, de elementos para sua comprovação, como aumento da circulação de dinheiro, violência, etc. As suas indicações, porém, servem de apontamentos para trabalhos futuros.

As demais variáveis, como preço dos alugueis e a circulação de pessoas, são mais fáceis de comprovação, tendo em vista o indicador situação do imóvel quanto à ocupação, pois, como se viu anteriormente, 72% dos estabelecimentos onde se realizou as entrevistas ocupam imóveis alugados.

Portanto, o alto preço dos imóveis é uma das características das áreas centrais e um fenômeno advindo dessa situação é o fracionamento dos imóveis.

Gráfico 22. Implicações apontadas em decorrência da formação da centralidade na Avenida José Francisco de Almeida Neto, bairro Itararé, 2010.



Fonte: Lima, P.H.G. 2010.

Por outro lado, com uma infraestrutura em franca expansão, o capital imobiliário começa a investir na área, com o lançamento do “Grand Park Dirceu Residence” (figura 27), um empreendimento imobiliário formado por 14 blocos de apartamentos, destinados à classe média, e que se encontram todos vendidos, com prazo de entrega para novembro de 2011.

Segundo material de divulgação da empresa responsável pelo empreendimento, a Construtora Boa Vista, o atrativo para se investir no Itararé é que o “Grande Dirceu apresenta diversidade de grandes empresas que se estabeleceram e se tornaram referência nesse bairro, que se destaca quando se trata de fator socioeconômico e cultural do Estado” (Construtora Boa Vista, folder de divulgação do Grand Park Dirceu, 2010).

Figura 27. Indicação da localização de um Empreendimento Imobiliário no bairro Itararé, 2010.



Fonte: Folder de divulgação do “Grand Park Dirceu Residence”, construtora Boa Vista, 2010.

No mercado imobiliário, a inovação é utilizada para diferenciar o novo produto habitacional do estoque existente e, dessa forma, produzir um efeito depreciador sobre a produção passada de moradia. O artifício da inovação no produto imobiliário tem um duplo objetivo.

O primeiro deles é distinguir o produto moradia, que está sendo ofertado do estoque de residências da demanda solvável potencial, pois o longo tempo de depreciação dos imóveis impõe uma rigidez no seu deslocamento para o novo vetor de atuação dos capitais.

O segundo objetivo diferenciador é caracterizar um novo padrão de ocupação na área onde os capitais estão atuando, pois só assim podem antecipar o ganho fundiário. A mudança de uso do solo que determina um novo padrão de ocupação da área faz-se, em geral, diferenciando o novo produto imobiliário do estoque existente na região e a inovação é um artifício utilizado para essa transformação.

Para refletir sobre como os capitais atuam no deslocamento da demanda, tem-se que definir o que significa a decisão de adquirir um imóvel. A esse respeito pode-se dizer que:

[...] quando as famílias adquirem um imóvel, estão tendo acesso a uma forma de consumo do espaço que é definida tanto pela materialidade do imóvel quanto pelos atributos simbólicos, sociais, culturais e naturais, que sua localização produz (CAMPOS, 1988, p. 114).

Isso quer dizer que o consumo do espaço da moradia define 'formas de habitabilidade' e que essas se alteram ao longo do tempo. Desse modo, continua o autor, adquirir um imóvel garante ao seu adquirente ter um direito a um eventual ganho, ou perda, à medida que a estrutura interna da cidade sofre alterações. Isso leva à constatação de que a opção pela aquisição de um imóvel tem duas motivações básicas.

Assim, considera-se que os capitais imobiliários procuram interferir nas decisões das famílias quando estas buscam adquirir um produto imobiliário. Essa interferência expressa-se, tanto por meio da introdução de alterações capazes de deslocar suas preferências para imóveis, como 'novos' serviços de habitação e/ou aumentando a atratividade pelos ativos imobiliários que estão sendo produzidos, definidos como sendo "inovações imobiliárias" (CAMPOS, 1988).

A necessidade de deslocar sua demanda para outras áreas da cidade tem, como propósito, a busca de uma valorização do capital empregado. Para isso, os incorporadores atuam com o propósito de alterar áreas do espaço urbano. Para que isso ocorra, a atuação dar-se-á no sentido de alterar os padrões de ocupação das áreas, através de conversões nos usos do solo, de modificações de suas

características (adensamento/verticalização) e de mudanças nas características dos imóveis ali localizados.

Os capitais devem definir estratégias a fim de antecipar o tempo de depreciação do estoque habitado por sua “demanda cativa”. Para tanto, devem introduzir no mercado imobiliário, ou na “ideia” de morar, modificações capazes de deslocar esta demanda para a nova área de atuação. Um desses artifícios é a reprodução do caráter segregado socialmente no espaço urbano. (CAMPOS, 1988).

Para que isso ocorra, devem direcionar a demanda potencial para uma “nova” área onde os atributos físicos, sociais, simbólicos etc. reponham as características supostamente originais de seu antigo local de residência. A estruturação do espaço intraurbano tem sido, via de regra, estudada a partir de duas linhas paradigmáticas, associadas aos conceitos de equilíbrio (neoclássico) e de conflito (marxista) Lima (Apud LACERDA, 2001, p. 46).

As constantes modificações da estrutura intraurbana podem conferir ao mercado imobiliário uma imprevisibilidade. É verdadeira a constatação de que, ao produzir um imóvel, o incorporador imobiliário também estará operando mudanças nas características de uso do solo naquela área. Isso quer dizer que o sucesso de um empreendimento imobiliário depende da capacidade dos capitais definirem um uso futuro do solo que consiga deslocar a demanda para a região onde estão investindo.

É justamente este quadro projetado da estrutura urbana futura, capaz de deslocar a sua demanda, que irá guiar as decisões de investir dos incorporadores. No entanto, nada lhes assegura, com absoluta certeza, que conseguirão deslocar sua demanda para o novo local da construção. Portanto, as decisões de investir são tomadas não só em um quadro de incerteza econômica, mas também de “incerteza urbana” (CAMPOS, 1988).

Quando se percebe que, teoricamente, o espaço urbano, de um modo geral, está “disponível” no seu todo ao capital imobiliário, e que o mesmo, estrategicamente, utiliza-se somente de algumas áreas específicas, concentrando nelas seus investimentos, depara-se com aquilo que foi chamado por Campos (1988) de “convenção” sobre o local do investimento.

Para que o capital consiga deslocar sua demanda para as novas áreas de construção, estas devem possuir atributos tais que os incorporadores possam induzir

as famílias a se deslocarem espacialmente para recuperarem os atributos socioespaciais diferenciadores.

Com relação ao prestígio social que a localização do imóvel confere ao seu proprietário, portanto um elemento de caráter não econômico na formação do seu preço, observa-se que:

[...] o mercado incorpora elementos não-econômicos no processo de definição desta forma subjetiva de valor que é contaminada pela oferta e pela demanda final. Pela demanda final, porque ela constitui uma combinação de interesses econômicos e não-econômicos. Pela oferta, porque a lógica do promotor imobiliário é, em grande parte, uma lógica de comercialização (LIMA, apud LACERDA, 2001, p. 43).

A viabilização dos movimentos espaciais de valorização dos capitais imobiliários exige o deslocamento da demanda para as novas frentes de valorização, à medida que a oferta imobiliária não está apenas repondo os estoques depreciados na região.

Toda essa dinâmica do consumo do espaço, no Itararé, vem atestar o interesse, a atração e o investimento por diversos agentes nesta região da cidade, o que também contribui para a defesa da tese aqui apresentada, ou seja, a área possui as características de um subcentro e, dessa forma, confirma a ocorrência da policentralidade em Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O que nos guiou nesse trabalho foi o indicativo de que o crescimento geográfico e populacional de Teresina apresentou, nos últimos anos, entre outros aspectos, uma mudança espacial nas atividades terciárias, configurando um processo de descentralização/recentralização urbana, de forma que novas áreas foram apontadas como possuindo características de centralidade e, com isso, o começo da ocorrência de policentralidade.

A evidência desse processo encontra-se no documento “Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015”, elaborado entre agosto de 2001 e 2002 e que, posteriormente, em 2006, veio a ser transformado no “Plano Diretor de Teresina”. Portanto, um instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, nos seus aspectos político-sociais, físico-ambientais e administrativos de Teresina.

Diante disso, propôs-se, neste trabalho, analisar se, de fato, alguma área, dentre as apontadas no Plano, apresentava as características que a configuram como uma nova centralidade. Nossa hipótese foi que sim. Caso isso se comprovasse, o começo da ocorrência de policentralidade em Teresina estava confirmada e, portanto, a hipótese testada e aprovada.

Escolheu-se como objeto de análise empírica o bairro Itararé, por considerar, depois de várias visitas in loco e observações, que esta área apresenta as características mais visíveis de uma nova centralidade, seja pela grande quantidade de estabelecimentos de comércios e serviços, distribuídos em toda a área, seja pela influência que exerce sobre a região, pelos fixos existentes, atraindo fluxo de pessoas, mercadorias, informações etc.

De início, considerou-se que, para a compreensão do fenômeno da policentralidade, seria possível a partir de uma recuperação histórica da origem e formação das cidades, uma vez que o elemento “cidade” representa um acúmulo histórico das ações de diversos agentes que a produziram e a modificaram. Desse modo, fez-se algumas considerações sobre a origem e formação de Teresina, e o seu processo evolutivo, onde se buscou conhecer o papel dos principais agentes sociais produtores e consumidores do seu espaço.

Além disso, considerou-se que houve um “desdobramento tardio” da centralidade de Teresina, ainda que não haja um padrão de escala espacial, ou forma urbana, para que ocorra este fenômeno. Ainda assim, entendeu-se que a atividade comercial justifica, em boa parte, a organização interna das cidades (ORTIGOZA, 2007), fez-se, também, uma análise da estrutura produtiva de Teresina. Com isso, conheceu-se a composição socioeconômica dessa cidade.

Verificou-se que a cidade possui uma grande concentração populacional nas atividades de comércio e serviços, sendo este último formado, na sua maioria, por servidores públicos que representam um grande contingente, mas, no entanto, não expressam o maior segmento de renda per capita. Isso aponta para uma condição em que existe muita gente trabalhando nos serviços públicos, porém, com renda baixa. Essa situação revela-se, na organização espacial de Teresina, na perspectiva do espaço como produto social

Essa situação possibilitou refletir sobre a estrutura socioeconômica de Teresina, com base nos indicadores de renda, a ponto de se elaborar um mapa socioeconômico. Identificou-se uma cidade que concentra sua elite econômica em uma zona específica, enquanto as camadas de renda mais baixa estão espalhadas pelo resto da cidade. Nesse aspecto, o padrão de organização espacial de Teresina se parece com o de outras cidades.

Considerou-se o elemento espacial centro, na estrutura urbana de Teresina, com destaque, por ser, a partir dele, que houve o processo de expansão dessa cidade. Além disso, enquanto detentor do papel de centro principal, este se mostrou democrático, acessível a todas as camadas sociais. Ainda assim, é um lugar de referência para cidade, pela condição histórica, simbólica, funcional, etc. Muito embora o “Centro” esteja delimitado como um bairro de Teresina, na sua organização interna, possui características diferenciadas.

Desse modo, a parte mais antiga dessa área, que corresponde ao primeiro traçado da cidade, de 1852, pela definição de uso, que é comercial, possui fluxo intenso diurno e abandono no período da noite. Assim sendo, o Poder Público Municipal busca estratégias para “revitalização do centro”, por considerar este como um elemento importante da estrutura urbana. É a área onde se concentram e diversificam as principais atividades terciárias. É o elemento que expressa à memória histórica, através das “rugosidades” (SANTOS, 2004).

Como espaço de concentração e diversificação de atividades terciárias, o centro principal de Teresina não é mais o único. Essa condição de monocentralidade deixa de existir a partir do momento que novas áreas com características de centro se formam. Portanto, como proposta para analisar a formação de uma nova centralidade na região Sudeste de Teresina, indicando o começo da ocorrência de policentralidade considerou-se, inicialmente, o processo de formação dessa cidade. Com isso entendeu-se que o propósito foi atingido de forma satisfatória.

A seguir, buscou-se conhecer as características socioespaciais da Região Sudeste de Teresina, tendo em vista tratar-se da área de formação da centralidade. Esse conhecimento baseou-se em uma análise histórica, uma vez que o bairro Itararé significou o início da ocupação da região. Assim, entendeu-se que esta condição apresenta a singularidade da área, visto que a mesma expressa a sua ocupação associada aos estratos sociais de baixa ou nenhuma renda. Este processo teve início com a construção do conjunto Itararé I, em 1977. Observa-se, portanto, o pouco tempo decorrido para a formação de toda uma região que abrigava, em 2007, 131.001 habitantes (IBGE, 2007).

Num primeiro momento, pode-se pensar que existiu um atrativo que levou à rápida ocupação dessa área. Em verdade, quando se analisou o início do processo de ocupação da região Sudeste de Teresina, a partir da construção do conjunto habitacional Itararé I, constatou-se que essa área não dispunha da mínima infraestrutura. Pelo contrário, representava uma periferia distante, dispersa do resto do tecido urbano de Teresina.

De fato, o acelerado processo de ocupação dessa região foi influenciado por um aumento de fluxo migratório campo-cidade. Teresina, por ser a capital do estado do Piauí, dispõe das melhores condições de serviços (educação, saúde, lazer). Isso faz com que a cidade seja pólo de atração daqueles que buscam melhores condições de vida.

Entretanto, o fluxo migratório verificado em Teresina, em todos os tempos, decorre, em muitos casos, de pessoas que fugiam de secas, da inexistência de terras para produzir, ou seja, eram pessoas pobres e, por essa condição, passaram a ocupar espaços disponíveis sem infraestrutura, iniciando um processo de favelamento. Nesse sentido, a região Sudeste, pela disponibilidade de terras, uma vez que se configurava como área de expansão, além de atrair esses estratos

sociais, também virou local de implantação de conjuntos habitacionais para classes sociais de baixa renda.

Esse fato pode ser comprovado, entre outros aspectos, comparando-se a situação econômica entre as regiões de Teresina. Por esse indicador, a renda média do responsável pelo domicílio da região Sudeste é a que apresenta a menor média salarial.

Como produção social, o espaço urbano revela a condição dominante das classes sociais. No caso da região Sudeste de Teresina, formou-se um aglomerado urbano com o predomínio de baixa renda o que significou, no começo da ocupação, uma área sem a mínima infraestrutura. Porém, com o passar dos anos, houve uma ação do poder público como provedor da infraestrutura necessária. Dessa forma, serviços de uso coletivo, como abastecimento de água, coleta de lixo, transporte, educação, saúde, segurança, etc., passaram a ser disponíveis na área. Com isso, começou-se a dispor de certas atratividades que favorecem a formação da centralidade.

De forma específica, interessou conhecer a condição do bairro Itararé na estrutura urbana de Teresina. Para tanto, considerou-se que esse bairro, contendo uma das melhores condições funcionais de Teresina, pela disponibilidade de vários serviços que permitem atender a região, fazendo com que não seja mais necessário o deslocamento de seus moradores até o centro, tornara-se um elemento espacial diferente nessa estrutura.

Dessa forma, a caracterização funcional do bairro Itararé permitiu encontrar uma condição funcional, levando-se a constatação da existência de uma centralidade nessa área. Essa condição urbana mostrou-se visível através de observações durante várias visitas ao bairro, pela comprovação da existência de vários equipamentos de uso coletivo, pela infraestrutura e funcionalidade comparável somente com a área do centro, o que confere ao bairro um aspecto diferencial positivo.

Cita-se como exemplo, o Campus da Universidade Estadual do Piauí, onde são oferecidos vários cursos de graduação; um dos três teatros existentes em Teresina, sendo este o segundo melhor (o primeiro fica na área do centro principal), que oferece intensas atividades culturais; agências bancárias, supermercados e mercado público; hospital e maternidade pública; clínicas médicas particulares; um

eixo comercial formado pela Avenida José Francisco de Almeida Neto, onde se concentra uma grande quantidade de estabelecimentos de comércios e serviços.

Assim, enquanto o centro passa a se voltar para a demanda dos que têm “poder de compra”, a periferia incha, crescem as necessidades e ela também passa a requerer e a criar suas próprias alternativas de sobrevivência. A centralidade nasce, portanto, no Itararé, por uma força endógena e só depois passa a fazer parte do “projeto” de acumulação e reprodução do grande capital.

Com isso, já é expressiva e se espalha pela paisagem local a quantidade de grandes estabelecimentos comerciais que, em conjunto com os pequenos e outros tipos de serviços (saúde, educação, lazer etc.), conseguem atrair e fixar um grande fluxo de pessoas do bairro e entorno, atendendo as suas necessidades, criando e recriando novas formas de comércio e consumo. Dessa forma, o deslocamento para fora dessa área passa a ser cada vez mais desnecessário.

Portanto, do ponto de vista da funcionalidade – aglomeração e diversificação de comércios e serviços - que dispõe o bairro Itararé, notadamente no eixo comercial da Avenida José Francisco de Almeida Neto; pelo interesse que desperta no Capital Imobiliário, que passa a incorporar esta região no plano de sua valorização, sob uma ótica mais moderna e eficaz; pela percepção dos moradores, com base na paisagem urbana e demais elementos que possam caracterizar uma centralidade e, com base na definição de Villaça (2001), que adota-se nesse trabalho, concluiu-se que o bairro Itararé assume a condição de um subcentro na estrutura urbana de Teresina

Nessa perspectiva, a ideia de centralidade, inicialmente associada somente ao Centro da cidade, torna-se elemento identificador de aptidões que certas áreas urbanas têm de promover e impulsionar fluxos, seja de ideias, mercados e serviços.

Portanto, todo o levantamento das características típicas de áreas centrais, realizado por nós, conjugado com a opinião de quem faz, altera e mantém a paisagem, ajudou a compreender que o bairro Itararé possui, efetivamente, características funcionais de uma centralidade e apresenta a configuração de um subcentro em processo de formação. Dessa forma, comprova-se que essa região da cidade tem um papel complementar dentro da centralidade de Teresina, reestruturando sua forma espacial urbana e indicando o começo da ocorrência de uma policentralidade.

Com isso, considera-se que a organização espacial de Teresina, reestruturada com base na existência de novos elementos da estrutura urbana, apresenta a tendência que verifica-se nas grandes cidades, ou seja, a expansão urbana afasta da área de melhor infraestrutura, o centro, camadas significativas da população, que também precisam de atendimento em suas necessidades.

Portanto, da necessidade de atendimento imediato e dos problemas causados pela concentração urbana, a formação de novas centralidades representam um modelo que otimiza a organização espacial, por indicar aquilo que já foi apresentado como sendo um crescimento sadio da cidade.

No caso de Teresina, esse modelo de crescimento urbano, baseado na policentralidade, apresenta sinais de começo da ocorrência, embora se considere que houve um retardamento no desdobramento da centralidade causada, entre outros aspectos, pela condição socioeconômica, onde predomina uma população de baixa renda, pelo tipo de atividades produtivas que caracteriza Teresina, e que não são capazes de gerar pólos de desenvolvimento.

Ainda assim, do ponto de vista da organização espacial, significa que essa cidade dispersou-se, rompendo a estrutura monocêntrica, com a formação de uma nova área de centralidade, representada pelo bairro Itararé, que aparece como resposta a uma descentralização, atraída, sobretudo, pela concentração populacional e pela infraestrutura implantada na região.

Desse modo, à medida que a cidade de Teresina se expande e se espalha novos elementos espaciais, que se formam e/ou se modificam, agregam-se ao seu espaço urbano, indicando um nível crescente de complexidade da sua organização interna, apontando para a formação de uma estrutura policêntrica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, I. G. de. **O crescimento da zona leste de Teresina: um caso de segregação?** Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- ARAÚJO, J. L. L. A verticalização como segregação espacial em Teresina. **Revista Espaço-Tempo**, Teresina, v.1, n. 3, 1993.
- ASCHER, F. Metropolização e transformações dos centros das cidades. In: ALMEIDA, M. A. R. (Org.). **O centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- BOLETIM ESTATÍSTICO DO PIAUÍ, 1941.
- BRASIL. Lei n. 4.591, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. **Câmara dos Deputados: legislação**, Brasília, DF, publicada no D.O. de 21 dez. 1964. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4591-16-dezembro-1964-368909-retificacao-41038-pl.html>>. Acesso em: 20 ago. 2009.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos **Plano Diretor Participativo**. Coordenação Geral de Raquel Rolnik, Benny Schasberg e Otilie Macedo Pinheiro – Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005.
- BRAZ, M. Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia Piauiense. **Texto de Discussão**, Teresina, v.1, n. 12, 2007.
- CAMPOS, P. A. **A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento das espacialidades urbana**. 1988. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR, Rio de Janeiro, 1988.
- CARDOSO, L. B. **Paisagem cultural do centro de Teresina/PI: significados dos seus elementos morfológicos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CARLOS, A. F. A. A cidade. 8. ed. São Paulo: contexto, 2007.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade: São Paulo: Contexto, 2004. (Repesando a Geografia).

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 3. ed. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CHAFFUN, N. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, N. (Org.). **Habitat**: as práticas bem-sucedidas em habitação. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CHAVES, J. **Teresina**: subsídios para a história do Piauí. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1952.

_____. **Como nasceu Teresina**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1987.

_____. **Cadernos históricos**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1993.

CHOAY, F. **O Urbanismo**: utopias e realidades uma antologia. São Paulo: Perspectiva. 2000.

CLARK, D. **Introdução à geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
CONSTRUTORA BOA VISTA. Folder de divulgação do "Grand Park Residence". Teresina, 2010.

CORREA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série Princípios).

DAGGER, R. Stopping sprawl for the good of all: the case for civic environmentalism. **Journal os Social Philosophy**, Hoboken, v. 34, n. 1, p. 28-43, 2003.

DAVIDOVICH, Fanny. MetrÓpole e contemporaneidade, algumas pontuações. In: **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.) São Paulo : Contexto, 2003.

- FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1979.
- FORTES, R. L. F. **Economia de Teresina:** alguns aspectos estruturais. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.gov.br>>. Acesso em: ago. 2009.
- GARCEZ, K. M. G. **Centro e centralidade em São Luis do Maranhão.** 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.
- GARNER, B. J. Modelos de geografia urbana y localizacion de asentamientos. In: CHORLEY, R. C., HAGGET, P. **La geografia e los modelos sócio-economicos.** Madrid: Instituto de Estudios de Administracion, 1971.
- GOOGLE. Software Google Earth 6. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Teresina e seu espaço regional.** Rio de Janeiro: IBGE, 1972. (Subsídios ao Planejamento da Área Nordeste, 3).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados censitários do município de Teresina.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1940 a 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.

JORNAL MEIO NORTE. Teresina, edição 29 nov. 2009.

JORNAL MEIO NORTE. Teresina, edição 30 nov. 2008.

JORNAL MEIO NORTE. Teresina, edição 4 mar. 2005.

JORNAL O DIA. Teresina, edição 3 set. 2005.

KNEIB, E. C. **Subcentros urbanos**: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para planejamento de transportes. 2008. Tese (Doutorado em Transportes)-Faculdade de Tecnologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LACAZE, J-P. **A cidade e o urbanismo**. Tradução: Magda Bigotte Figueiredo. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1995.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **Direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Ed. Anthropos, 1974.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ulisséa, 1972.

- LECOQC-MULLER, Nice. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. **Simpósio de Geografia Urbana (Buenos Aires, 1966)**. Rio de Janeiro: 1968.
- LIMA, J. J. **Vila-Bairro: habitação, Infra-estrutura e erradicação da pobreza em vilas e favelas em Teresina/PI**. Rio de Janeiro: IBAM/CEF, 2002.
- LIMA, P. H. G. de. **Promoção imobiliária em Teresina/PI: uma análise do desenvolvimento da produção privada de habitações – 1984/1999**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano)-Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.
- LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. Tradução de M. F. Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1994.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. O papel do Estado na urbanização capitalista: da política estatal à política urbana. In: FORTI, R. (Org.) **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.
- MENDES, C. M.; GRZEGORCZYK, V. Centro, centralidade e verticalização em Maringá. In: MORO, D. A. (Org.). **Maringá espaço e tempo**. Ensaio de Geografia Urbana. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – Maringá: UEM, 2003. p. 89-126.
- MOIZES, J. A.; MARTINEZ-ALIER, V. A **revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”**: contradições urbanas e movimentos sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- MONTESSORO, C. C. L. **Centralidade urbana e comércio informal: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- MOREIRA, Amélia A. N. et al. A cidade de Teresina. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, n. 230, 1979.

- MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NADALIN, V. G. e IGLIORI, D. C. **Evolução Urbana e Espraiamento na Região Metropolitana de São Paulo**. IPEA – Texto para discussões. Rio de Janeiro, 2010.
- NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP**. 2007. 384 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- NUNES, M. B. **Aspectos da política habitacional brasileira do BNH ao SNHIS**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Geografia. São Paulo, PUC, 2010.
- ORTIGOZA, S. A. G. A metrópole pós-moderna como centro do consumo: notas sobre São Paulo (Brasil) e Lisboa (Portugal). **Estudos Geográficos**, UNESP, Rio Claro, 2007.
- _____. **O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista**. 2001. 195 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.
- PEREIRA, W. E. N. **Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos de 1990**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- REVISTAAU. Disponível em: <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo>. Acessado em 20 de julho de 2011.
- RIBEIRO, L. C. de Q. **A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

- ROLNIK, R. **O que é a cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos).
- RUIZ, J. A. M. **Shopping centers: segregação, exclusão e inclusão - análise a partir de bairros residenciais em Presidente Prudente - SP**. 2004. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, n. 4, jan-jun, p. 39- 53,1998.
- _____. Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra**, Lisboa, v. 32, n. 63, 1997.
- SANTANA, R. N. M. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.
- SANTOS, A. L. C. **Salvador, o centro tradicional e o novo centro: polinucleação ou centro/subcentro?** 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – IPPUR – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- SANTOS, E. B. dos. **Os pequenos centros comerciais e a (re)organização do espaço urbano: o caso do bairro Manaíra em João Pessoa – PB**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008a.
- _____. **Manual de geografia urbana**. 3. ed. São Paulo. EDUSP, 2008b.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2008c.
- _____. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 ed. reimpr. – São Paulo. EDUSP, 2008d.
- _____. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.

SILVA, W. R. da. **Para além das cidades, centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

_____. Centro e centralidade: uma discussão conceitual. **Formação**, Presidente Prudente, n. 8, 2001.

SJOBORG, Gideon. Origem e evolução das cidades. In: **Cidades: a urbanização da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SILVEIRA, J. A. R. da. **Percursos e processo de evolução urbana: o caso da avenida Eptácio Pessoa na cidade de João Pessoa-PB**. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

SOARES, B. R. Considerações sobre a produção da geografia urbana em Minas Gerais. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUSA NETO, M. et al. **Às margens da cidade: história e memória dos moradores do conjunto habitacional Dirceu Arcoverde (Teresina 1976-1980)**. Universidade Estadual do Piauí, 2009. Disponível em: <http://www.uespi.br/prop/XSIMPOSIO/TRABALHOS/INICIACAO/>. Acessado em março de 2010.

- SOUSA, A. J. de M. **Situações das indústrias do Estado do Piauí, perspectivas de desenvolvimento**. [S.l.: s.n.], [200-].
- SOUZA, M. V. M. de. **Cidades médias e novas centralidades: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG)**. 2009. 247 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. **B. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 502 f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- _____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.
- _____. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a Geografia).
- _____. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v.10, p.1-18, 1991.
- TAJARA J. E.; TAJARA FILHO, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). **Piauí: formação, Desenvolvimento e Perspectivas**. Teresina: FUNDAP, 1996.
- TERESINA. Prefeitura Municipal. **Plano de Desenvolvimento Sustentável - Teresina - Agenda 2015**. Teresina, 2002.
- _____. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Censo de vilas e favelas de Teresina/1996**. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. Teresina, 2000.
- _____. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Teresina em bairros**. Teresina, 1994.

_____. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Teresina: aspectos e características.** Teresina, 1993.

_____. Lei Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006. Prefeitura Municipal de Teresina, 2006.

TOURINHO, A. de O. **Do centro aos centros:** bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

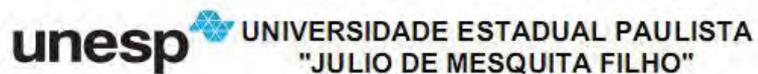
VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. Efeitos do espaço sobre social na metrópole brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Florianópolis: ANPUR, 1997.

_____. **Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre espaço urbano.** 1988. Tese (Livre-Docência)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

YAZIGI, Eduardo. Funções culturais da metrópole. Metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (org.). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. Novas abordagens. GEOUSP; v. 4. São Paulo: Contexto, p. 81-97, 2005.

ANEXOS

ANEXO A

CAMPUS DE RIO CLARO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
Av. 24 A, nº 1515 Bela Vista - CEP: 13506900 - Tel. - e-mail: epgigce@rc.unesp.br

Doutorando: Paulo Henrique Gomes de Lima

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Silvia Ortigoza

FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS**CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**

Endereço do imóvel: _____

1. Usos:

() Serviços;

() Comércio;

() Residencial.

Nome (comércio ou serviços) : _____

2. Abrangência:

() Local;

() Subcentral;

() Regional.

3. Número de Empregados:

() Nenhum;

() de 01 a 05;

() de 06 a 10;

() de 11 a 20;

() Mais de 20.

4. Origem dos empregados:

() Todos do bairro;

() A maioria do bairro mais existe de outras áreas

() Nenhum é do bairro;

Neste caso, indique a origem _____

5. Remuneração média dos empregados, em salário(s) mínimo(s):

- () Um salário mínimo;
 () Mais de um até três;
 () Mais de três até cinco;
 () Mais de cinco.

6. Situação do Imóvel quanto ao ocupante:

- () Próprio;
 () Alugado;
 () Cedido;
 () Outra.

Neste caso, indique qual _____

7. No caso de alugado, qual o preço do aluguel? _____

8. No caso de ser próprio, o preço estimado para venda: _____

9. Área do imóvel (m²): _____

10. Tem conhecimento de áreas vendidas nesse local?

- () Sim;
 () Não.

Caso a resposta seja sim, local e valor conhecido: _____

11. Há quanto tempo está estabelecido nessa área? _____

12. Porque a escolha dessa área para se instalar?

13. Período da semana com maior fluxo de clientes?

SEG		TER		QUA		QUI		SEX		SAB		DOM		TODOS	
-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-----	--	-------	--

Em sua opinião, o que explica esse fato?

14. Média de clientes por dia:

- entre um e vinte;
 mais de vinte até cinquenta;
 mais de cinquenta até cem;
 acima de cem.

15. Caso seja possível identificar a origem dos clientes, aponte-a:

- Todos do bairro;
 Maioria do bairros;
 Maioria de outros bairros.

Qual (is) o(s) bairro(s): _____

16. Em sua opinião, o bairro Itararé pode ser considerado uma nova área de centralidade em Teresina?

- Sim;
 Não.

Por quê? _____

17. O que falta no bairro para atender suas necessidades?

18. O que faz você sair do Itararé e ir ao Centro de Teresina?

19. Em sua opinião, o que mais aumentou no bairro Itararé e, principalmente, na Avenida José Francisco de Almeida Neto, por conta da grande quantidade de comércio e serviços estabelecidos aqui?

- A violência;
 O preço dos imóveis;
 A circulação de dinheiro;

() A circulação de pessoas.

Situação do entrevistado quanto ao estabelecimento caracterizado:

() Proprietário;

() Gerente;

() Empregado;

() Outro. _____

ANEXO B

ESTABELECEMENTOS CARACTERIZADOS NA PESQUISA

ORD.	ESTABELECEMENTOS	ORD.	ESTABELECEMENTOS
1	BAR	41	ARTIGOS PARA BEBÊ
2	AGÊNCIA DE TURISMO	42	LOJAS J. MONTE CENTER
3	DOCE MANIA	43	DISTRIBUIDORA BOMBONS
4	FRUTARIA	44	LOJINHA DE DVD, ANTENAS
5	MOTO TAXI	45	GIU AUTOPEÇAS
6	ELETRÔNICA	46	FK CHAVEIROS
7	INFORMÁTICA	47	RADICAL MODAS
8	MAGIA MODAS	48	TRANSDISCOS
9	OTICA	49	SORVETERIA
10	REP. HERMES	50	ODONTOARTS
11	LOJAS CITY LAR	51	CENTRO DOS COSMÉTICOS
12	LOJA CELULAR	52	JOTAL MOTOS
13	BIJOUTERIA	53	DAYLLIGHTFULL
14	LOJA ROUPAS	54	FREEDOM INFORMÁTICA
15	LOJA ROUPAS	55	BAR E MERCEARIA
16	FARMACIA	56	FOTO SÃO JOSÉ
17	AUTO TINTAS	57	FOTOGRAFIA DIGITAL
18	LOJAS VIP	58	ARMARINHO N.S.FÁTIMA
19	FRIGORÍFICO	59	BAR DA MARILENE
20	BOTICA	60	ACADEMIA R. PARAGUASSU
21	DOCE SALGADOS	61	PÃO DA HORA
22	ARMAZENS PARAIBA	62	CHURRASCARIA - XAXADA
23	CABELELEIRO	63	S.O.S COMPUTADORES
24	FARMÁCIA BIG BEM	64	LOJAS JM
25	OTICA DINIZ	65	SUDESTE AGRORAÇÕES
26	PEÇA BOA VISTA	66	SALÃO CORTE E VOLTE
27	TRANSMOTO	67	SERVTEC INFORMÁTICA
28	FOGÕES E CIA	68	BAR O SAMPAIO
29	FLORICULTURA	69	BAR DOMINGOS
30	REFRIGERAÇÃO	70	SONHO DE CASA
31	JB CONSTRUÇÕES	71	MINI-MERCADO
32	LOJAS TOINHO VARIEDADE	72	BAR
33	CASA DAS FRALDAS	73	TATUADOR
34	COMERCIAL CARVALHO	74	REFRIGERAÇÃO - GILSON
35	LOJAS JET	75	LOJAS GRAFITE MÓVEIS
36	FAMÁRCIO MANIPULAÇÃO	76	LOJA DE BIJOUTERIAS - BRUNA
37	ELETRÓGUA	77	DROGARIA MOTTA
38	PORTAL DIRCEU	78	CONFECÇÃO E SERIGRAFIA
39	ARMARINHO E PAPELARIA	79	EMBELEZE

40 MERCADINHO MELO		80 MEGA CONSTRUÇÕES	
CONT.			
ORD.	ESTABELECIMENTOS	ORD.	ESTABELECIMENTOS
81	CASA ECONÔMICA	122	BISÓTICA
82	FRANGO BOM SABOR	123	FRIGORIFICO DOIS IRMÃOS
83	GELO POLAR - DEPÓSITO	124	SALÃO BELEZA PURA
84	CORREIOS	125	VN PRESENTES
85	SAMBAÍBA PARAFUSOS	126	SAPATARIA
86	DPJ AUTO CENTRO	127	OTICA RAUL
87	SALÃO CAPRICHOS	128	CASA MATOS
88	DIRCEU ESPORTES	129	IDEAL DAS CONSTRUÇÕES
89	ARTIGOS PARA BEBÊ	130	FRUTARIA
90	LOCADORA DVD	131	TUDO DE BOM
91	CABELELEIRO	132	AUTO ESCOLA S. DOMINGOS
92	CALÇADEIRA	133	OTICA PARIS
93	PANIFICADORA TROPICAL	134	BAR E RESTAURANTE
94	SALÃO VISON	135	BORRACHARIA
95	PERFUMARIA - YES	136	CABELELEIRO
96	VIDRAÇARIA	137	DIRCEU FORROS
97	DROGARIA ECONÔMICA	138	INTERCEL
98	BORRACHARIA	139	BARATÃO DO POVO
99	DAFRA MOTOS	140	SEMPRE TELEFONIA
100	SANDRA MODAS	141	PAPELARIA DO ESTUDANTE
101	METALÚRGICAS FÉ EM DEUS	142	DROGARIAS GOMES
102	FRIGORÍFICO	143	SALÃO MÃO DE FADAS
103	AUTO PEÇAS E MECÂNICA	144	DROGARIA RAYARA
104	FRIGORIFICO DOIS IRMÃOS	145	SABOR CASEIRO
105	DROGAFARMOS	146	VISION NET
106	LEMOND PET	147	ÓTICA EVANGELICA
107	MERCADINHO ESSPERANÇA	148	ELEM MODAS
108	ÁGUIA NET	149	SALÃO AVENIDA
109	ÁGUIA MOTO TÁXI	150	METALÚRGICA J CRISTO
110	MULTILINHAS	151	VIDRAÇARIA LIMA
111	ARMARINHO N.S. DAS DORES	152	LOJA PONTUAL
112	INFORLAN	153	LOJA DE CALÇADOS
113	PAX UNIÃO	154	ARTESAN. - TOQUE DE ARTE
114	SALÃO CABELEIREIRO	155	ELIZA CABELOS
115	TOP JOVEM CONFECÇÕES	156	REI DAS MALHAS
116	EMPÓRIO E DECORAÇÕES	157	FRIGORIFICO DOIS IRMÃOS
117	ÓTICA MAZILES	158	FRIGOPIRES
118	ALEMÃO	159	FARMÁCIA POPULAR
119	AÇOUGUE	160	ANIMAIS E COMPANHIA
120	FARMÁCIO-DROGARIAS BORGES	161	ZÉ PEÇAS
121	CHARMOSA - LOJA ROUPAS	162	TANDY CAR - SOM

CONT.

ORD.	ESTABELECIMENTOS
163	PLÁSTICOS AMAZONAS
164	CASTELÃO DAS CONSTRUÇÕES
165	CONFEC SUL
166	PANIFICADORA GOSTO DE PÃO
167	NOVO MOTO TAXI

ANEXO C

AMOSTRA DE ESTABELECIMENTOS DESCENTRALIZADOS

ORD.	ESTABELECIMENTO	ESCOLHA PELA LOCALIZAÇÃO
01	LOJA DOCE MANIA	PELO GIRO DE CLIENTELA
02	OTICAS PRADO	PELO TAMANHO DO BAIRRO E POPULAÇÃO
03	CITY LAR	POR SER O BAIRRO MAIS POPULOSO DA CAPITAL
04	AUTO TINTA GILSON	É UM BAIRRO EM CRESCIMENTO
05	LOJAS VIP	OUTROS BAIRROS PRÓXIMOS E SER ÁREA COMERCIAL
06	BOTICA	GRANDE QUANTIDADE DE CLIENTES QUE SAÍAM BUSACR NO CENTRO
07	ARMAZEM PARAIBA	PELO NÚMERO DE HABITANTES QUE AUMENTOU
08	DROGARIA BI BEM	POR CONTA DO DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO
09	OTICA DINIZ	FLUXO DE PESSOAS
10	JB CONSTRUÇÕES	PELA POPULAÇÃO
11	LOJAS TOINHO VARIEDADES	NÃO SABE INFORMAR
12	COMERCIAL CARVALHO	DEVIDO AO DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO
13	LOJAS JET LTDA	PELO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL
14	FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO	BAIRRO MAIS POPULOSO DE TERESINA
15	DPJ AUTO CENTRO	BUSCA DE NOVOS CLIENTES
16	LOJAS J. MONTE CENTER	PELA ESTRUTURA DO BAIRRO, BAIRRO GRANDE
17	CENTRO DOS COSMÉTICOS	ATENDER A NECESSIDADE DA POPULAÇÃO
18	JOTAL MOTOS	GRANDE POPULAÇÃO
19	FREEDOM INFORMÁTICA	MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS
20	FOTOS SÃO JOSE	CAPACIDADE DE CRESCIMENTO, EXPECTATIVA
21	RICARDO PARAGUASSU	FLUXO DE PESSOAS
22	SOS COMPUTADORES	FLUXO DE PESSOAS
23	LOJA JM	PELA DEMANDA DA POPULAÇÃO
24	LOJAS GRAFITE MOVEIS	POR CAUSA DO CRESCIMENTO COMERCIAL
25	ASIA MOTOS	PELO GRANDE MOVIMENTO DE PESSOAS
26	PANIFICADORA TROPICAL	NECESSIDADE DO BAIRRO
27	DAFRA MOTOS	BOA LOCALIZAÇÃO
28	PAX UNIÃO	CRESCIMENTO DO BAIRRO